www.valor.com.br

Quinta-feira, 29 de dezembro de 2022 | Ano 23 | Número 5657 | R$ 5,00

Valor ECONÔMICO

Indicações de Haddad aliviam tensão e ativos brasileiros reagem C2

Países exigem teste de covid para viajantes da China A9

Vendas da Rose Inc no país tiveram resultados melhores que o esperado, diz Caroline Hadfield, CEO da marca B6

Estados terminam ano com alta dos gastos e receitas em queda

Marta Watanabe
De São Paulo

Os Estados devem fechar 2022 com a arrecadação tributária em queda e um aumento nas despesas correntes puxado pelos gastos com pessoal, em quadro oposto ao do ano passado. Para o ano que vem, enquanto a inflação deve influenciar os gastos, o desempenho das receitas está sujeito não só à esperada desaceleração da economia como também a várias definições para o ICMS.

De janeiro a outubro a receita tributária dos Estados — arrecadação de impostos, taxas e contribuições — foi de R$ 565,7 bilhões, queda de 0,3% reais no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal em relação a igual período do ano passado. O resultado já está sob impacto da redução do ICMS para combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, apontada como a principal causa da queda de arrecadação. Em 2021, essa receita subiu 11,6%. Já as despesas correntes aumentaram 6,2% este ano. Os gastos com pessoal e encargos subiram este ano 9,7% — em 2021 houve queda de 6,8%.

Os dados foram levantados pelo **Valor** a partir dos relatórios fiscais de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset afirma que os números mostram uma nova tendência para as contas estaduais e o quanto o cenário de 2023 será desafiador aos novos governadores.

Para ele, ainda que os Estados consigam recuperar parte da perda de ICMS, as receitas devem ficar sujeitas no ano que vem aos efeitos da desaceleração econômica. Ao mesmo tempo, diz, o crescimento das despesas de pessoal mostra o efeito rápido dos reajustes salariais aprovados este ano — caso do Rio de Janeiro e São Paulo, cujas assembleias legislativas aprovaram reajustes salariais para o próximo governo.

"Ficará para os novos governadores uma herança complicada, se combinada desoneração do ICMS com folha salarial corrigida. Certamente cortarão investimentos", avalia José Roberto Afonso, professor da Universidade de Lisboa e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). **Página A5**

Renan, Jader Filho e Lupi vão ser ministros do governo Lula

De Brasília

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deve anunciar hoje os 16 ministros que ainda não foram formalizados, assim como presidentes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras. A três dias da posse, ele ainda administrava conflitos com os futuros aliados, mas desatou os nós do MDB, PSD e PDT.

Na cota do MDB, Jader Filho, ligado à bancada da Câmara, deve assumir o Ministério das Cidades. Já o senador eleito Renan Filho foi indicado para a pasta dos Transportes. O PSD ficará com três ministérios: André de Paula na Pesca, Alexandre Silveira em Minas e Energia e Carlos Fávaro na Agricultura. Pelo PDT, Carlos Lupi ficará com a pastadaPrevidência.

No início da noite, Lula teve de retirar o Ministério das Comunicações da cota do PT para ceder a outros aliados. As negociações não haviam sido concluídas até o fechamento desta edição. **Página A7**

Destaques

Venda de genéricos segue em alta
Passados 23 anos da lei que liberou o uso de medicamentos genéricos no país, a Prógenéricos, entidade do setor, espera repetir em 2023 a média de crescimento anual de 10% dos últimos anos. Além de o consumidor estar mais confiante no uso desse tipo de remédio, o novo governo acena com planos de ampliar o Farmácia Popular. São genéricos 85% dos medicamentos envolvidos nesse programa. **B5**

Seguro rural 'ganha' mais recursos
O governo federal reforçou o caixa do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) com R$ 252 milhões de "sobras" orçamentárias. A expectativa agora é encerrar o ano com um total de R$ 1,2 bilhão. Em 2021, foram aplicados R$ 1,1 bilhão. O orçamento original, que previa R$ 948 milhões, acabou em setembro, quando a maioria das seguradoras parou de operar pela falta de recursos. **B8**

Plataforma de engajamento
A Dotz, que abriu seu capital há cerca de um ano e meio, espera em 2023 colher frutos do trabalho realizado desde o IPO. Entre os principais objetivos para o próximo ano, estão lançar dois produtos de parcelamento de compras e alavancar a solução de dados para varejistas. O CEO da companhia, Roberto Chade, diz que o último ano marcou a evolução da Dotz de programa de fidelidade à plataforma de engajamento. **C3**

Parceria em São Paulo

Com um ticket médio para os apartamentos que constrói, cujos preços passaram de R$ 2,5 milhões para R$ 5,6 milhões a unidade desde 2019, a incorporadora Embraed, de Balneário Camboriú (SC), estima fechar o ano com R$ 550 milhões em vendas, 10% a mais do que em 2021. Tatiana Rosa Cequinel, presidente da companhia, diz ser um "sonho" para a empresa entrar no mercado de São Paulo e uma parceria seria bem-vinda. **B5**

Censo definitivo sai em março
Prévia do Censo Demográfico divulgada pelo IBGE indica que o Brasil chegou este ano a 207.750.291 habitantes. São Paulo, Estado mais populoso, tem 46 milhões e Roraima, com a menor população, tem 634,8 mil. Após vários atrasos, os números finais só devem ser publicados em março. Os antecipados ontem se baseiam em pequisa até 25 de dezembro. A coleta não chegou a 80% em São Paulo, Belo Horizonte e Rio. **A4**

Regra agiliza retomada de julgamento
A nova regra que fixa prazo de 90 dias para ministros do STF devolverem processos para análise dos colegas, após pedido de vista, permitirá retomar julgamentos tributários de impacto bilionário. Entre os pedidos que excederam o prazo, está o processo que discute multa de 50% sobre valores de restituição, ressarcimento ou compensação tributária considerados indevidos pela Receita. **E1**

Ideias

Denise Freire e João Saboia
Jovens com o ensino médio completo ou nível mais elevado passam a predominar entre os 'nem nem' **A10**

Maria Cristina Fernandes
Lula será melhor presidente quanto mais livre estiver do peso dos traumas pelos quais o PT passou nos últimos anos **A8**

Indicadores

Ibovespa	28/dez/22	1,53 % R$ 18,7 bi
Selic (meta)	28/dez/22	13,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	28/dez/22	13,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	28/dez/22	5,2730/5,2736
Dólar comercial (mercado)	28/dez/22	5,2527/5,2533
Dólar turismo (mercado)	28/dez/22	5,2622/5,4422
Euro comercial (BC)	28/dez/22	5,5994/5,6006
Euro comercial (mercado)	28/dez/22	5,5763/5,5769
Euro turismo (mercado)	28/dez/22	5,6198/5,7998

Custo com home office pode ser excluído do INSS

Beatriz Olivon
De Brasília

As empresas que reembolsam os funcionários por despesas com internet e energia elétrica no home office podem excluir esses custos do cálculo das contribuições previdenciárias a pagar e do Imposto de Renda descontado do empregado. O entendimento da Receita Federal foi divulgado nesta semana e vale como orientação para os fiscais do órgão. Apesar da boa notícia para as companhias, o desafio agora, segundo advogados, será a forma de comprovar a finalidade dos valores recebidos pelos funcionários. **Página E1**

Além do filtro e da dancinha

DIVULGAÇÃO

A nova geração de redes sociais, que engloba nomes como Zepeto, BeReal, Koo, Naver, Mastodon, ByteDance e mesmo a estabelecida TikTok, traçam estratégias variadas para ganhar a fidelidade dos usuários: autenticidade, proximidade da realidade, interesses em comum e serviços estão entre as apostas. "O foco é muito mais em achar sua comunidade", diz Kim Farrel, diretora geral do TikTok na América Latina. Página B1

Frete volta ao nível de antes da pandemia

Taís Hirata
De São Paulo

Após dois anos de fretes marítimos em nível recorde, o setor de navegação encerra 2022 com preços em declínio no mundo todo. No trajeto de importação da Ásia para o Brasil, que chegou à casa dos US$ 12 mil por contêiner de 40 pés no auge da crise, os preços voltaram ao nível pré-pandemia em dezembro deste ano, por volta de US$ 1,3 mil. A queda no consumo mundial e o aumento na oferta de capacidade de navios e contêineres explicam o recuo. Para analistas, o cenário de preços fora da curva ficou para trás, a não ser que surjam novas turbulências globais. **Página B3**

Reoneração deve aliviar a dívida e elevar a inflação

Anaïs Fernandes, Rodrigo Carro, Rafael Rosas e Fábio Couto
De São Paulo e do Rio

A volta dos tributos federais sobre combustíveis a partir de janeiro deixa o déficit do governo federal em 2023 mais próximo de 1% do que de 1,5% do PIB, mas deve elevar em 0,6 ponto percentual a inflação de janeiro. O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao atual ministro, Paulo Guedes, que não renove a desoneração de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina, etanol e diesel, feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a corrida eleitoral.

Economistas avaliam positivamente a medida. "Bolsonaro tomou uma decisão política que contraria a lógica econômica", diz Raul Velloso, especialista em finanças públicas. Nas contas de André Braz, do FGV/Ibre a desoneração fará o IPCA encerrar 2022 ao redor de 5,5%, em vez dos cerca de 8,5% que seriam registrados sem a medida. **Página A2**

CEOs contam como fazem para relaxar

Stela Campos e Barbara Bigarelli
De São Paulo

Equilibrar a rotina pesada no alto escalão com atividades que ajudam a desconectar dos negócios e a aumentar o bem-estar em tempos de incertezas, como enfrentados em 2022, tem sido a receita dos CEOs brasileiros para cuidar da saúde mental. E para se desligar dos problemas cotidianos no escritório vale tudo: pilotar aviões, participar de triatlos, fazer motocross, jogar beach tennis, surfar e até coisas mais simples, como jogar baralho com a família e, claro, conversar com os filhos. **Página B2**

Inovações e recordes marcam ano do Valor

De São Paulo

A campanha institucional lançada em julho resume o tom, de 2022, do **Valor**, principal publicação de economia do país. O mote dos filmes e peças — "O Valor não tem interesses, tem valores" — refletiu o foco na inovação e aprofundamento de temas caros à sociedade, embasados na independência editorial do jornal.

Entre os mais de 200 projetos com o selo **Valor**, estão novas plataformas dedicadas a temas cada vez mais presentes na vida dos leitores e empresas. O projeto "Prática ESG" joga luz sobre iniciativas ambientais, sociais e governança nas corporações. O canal de criptoativos ajuda investidores a navegar por um mercado crescente. O jornal também estreou na educação executiva com o Master Class Executivos de Valor, em parceria com a FGV.

Em um intenso ano eleitoral, o **Valor** ofereceu análise e contexto. Com a plataforma Valor Fiscal, mergulhou no tema contas públicas, uma das grandes questões do país. Valor PRO, Valor Empresas 360, Valor Investe e o site Pipeline se modernizaram ou ganharam novas ferramentas. As premiações "Valor 1000" e "Executivo de Valor" voltaram ao formato presencial, assim como o Cidadão Global, realizado em parceria com o Santander. O jornal teve desempenho digital histórico em outubro, e mantém em 2022 o título de mais usuários no segmento de economia e negócios e o 3º maior site entre os grandes jornais. **Página A12**

Brasil fica para trás em corrida de combustível sustentável

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Brasil corre o risco de ficar para trás na corrida global pela produção de biocombustíveis quimicamente iguais aos combustíveis fósseis e com baixa emissão de carbono, como o bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês) e o diesel verde (RVO, na sigla em inglês). Apesar da abundância de matéria-prima para estes renováveis no Brasil, são as economias desenvolvidas que estão fomentado diretamente esta indústria e que caminham para liderar esta rota de transição energética.

Projeções divulgadas pela Agência Internacional de Energia indicam que, até 2027, os Estados Unidos devem ter entre 50% e 60% de participação na produção global de SAF. A fatia da Europa, que hoje domina o mercado com 80%, deve cair a 20%. Ásia e do Pacífico devem abocanhar 27% do mercado. **Página B8**

O que está por trás da polarização política?

Cristiano Romero

O atentado terrorista em Brasília, ainda que fracassado, deveria conscientizar definitivamente as elites do país — todas, não apenas as ricas — de que o abismo que separa os brasileiros é profundo e imperscrutável. Não se trata de uma novidade, e a referência aqui não se limita à violência (do Estado e de seus oponentes) observada durante as duas ditaduras ocorridas século passado (1937-1945 e 1964-1985).

O Brasil é um país condenado à desigualdade porque a formação de seu povo se deu sob o regime escravagista mais longevo da história dos homens e que, na verdade, nunca acabou, apenas se transformou. Fator de acumulação de capital durante quase quatro séculos, esse regime era parte fundamental do modelo econômico adotado aqui, baseado na produção e exportação de produtos básicos (pau-brasil, cana de açúcar, café, algodão, fumo, minérios).

O uso de mão de obra indígena (até meados do século XVI) e africana escravizada deu aos produtores vantagem competitiva incomparável. O fim da escravidão, a última a se dar nas Américas, foi fortemente rejeitada pelas oligarquias rurais, de tal modo que resultou, entre outras consequências, na queda da monarquia no ano seguinte, na importação de mão-de-obra de países europeus para “branquear” a força de trabalho e na marginalização de milhões de ex-escravos que viviam no campo e nas cidades.

Avanços, como as cotas nas federais, explicam insurgência da direita

Principal característica nacional desde sempre, como constatou o abolicionista Joaquim Nabuco pouco antes da proibição legal da escravatura, em 13 de maio 1888, o racismo está presente em todas as relações sociais. A discriminação, por exemplo, contra mulheres, pobres e nordestinos, mesmo àqueles que, digamos, sejam considerados brancos, espelha o tratamento dispensado aos africanos escravizados. Estes eram “propriedade” de produtores rurais e de chefes de família abastados dos centros urbanos.

Em “Haiti”, Gilberto Veloso e Caetano Veloso tratam do tema: “Quando você for convidado pra subir no adro da Fundação Casa de Jorge Amado// Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos// Dando porrada na nuca de malandros pretos e ladrões mulatos // E outros quase brancos // Tratados como pretos // Só pra mostrar aos outros quase pretos // (E são quase todos pretos) // E aos quase brancos pobres como pretos // Como é que pretos, pobres e mulatos // E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados (...)”.

A escravidão oficial foi abolida no Brasil de forma bastante gradual — entre 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido, e 1888. O conceito de propriedade esteve presente, porém, por todo o tempo, uma vez que, quando um escravo ou seu descendente era alforriado em decorrência de alguma lei, seus “donos” eram compensados financeiramente.

Segundo dados de 2019 da Pnad, do IBGE, 42,7% dos brasileiros se declaram brancos, 46,8% afirmam serem pardos, 9,4%, pretos, e 1,1%, amarelos ou indígenas. “Esse dado deve ser bem observado pela maioria dos progressistas e por setores do movimento negro que consideram a política afirmativa como um instrumento em favor da diversidade. É muito mais do que isso. É um instrumento em favor da democracia, do funcionamento do Estado, que favorece o país inteiro. Achar que ela garante a diversidade é considerar que os negros são uma minoria, como nos Estados Unidos. Mas no Brasil eles são a maioria”, disse, em elucidativa entrevista, concedida em 2018 a Amanda Rossi, da BBC Brasil, o historiador Luiz Felipe Alencastro.

Este é um aspecto central para se tentar entender o que está em jogo na polarização política vivida pelo país. Nas últimas décadas, a sociedade civil, do lado dos negros e dos mais pobres, avançou, em termos de direitos e conquistas reais, num ritmo mais veloz que o observado até então na história do país. A mudança mais notável ocorreu nas universidades federais, obrigadas por lei a oferecerem 50% das vagas a estudantes pobres, negros e descendentes de indígenas.

Em 2018, o número de matrículas de pretos e pardos ultrapassou pela primeira vez a de brancos no conjunto das universidades federais. É evidente que isso não resolve o problema do racismo e da discriminação social existente no país, mas promove inclusão, prática que, com o tempo, ajudará a diminuir as desigualdades. “Juridicamente, a situação estava definida: os negros não sofrem discriminação legal, mas há mecanismos informais que os discriminam e desqualificam de forma óbvia”, observou Alencastro na fascinante entrevista à BBC Brasil.

Negros, principalmente, mas também mulheres, indígenas, gays, trans, pobres, imigrantes não brancos, sempre viveram em permanente risco de morte no Brasil, sob a mira de fuzis da polícia e de criminosos. Estes, onde não há poder público, reinam como ditadores nos Estados paralelos, onde viver é exceção. Ascensão da extrema-direita, como nunca se viu antes no Brasil, pode ser a insurgência de minorias brancas contra a emergência da maioria negra, feminina e pobre.

É como se estivéssemos todos aqui no mesmo palco, mas sem consciência do papel de cada grupo na sociedade. Não se trata, aqui, de atribuir o fenômeno social às vitórias eleitorais do PT. O que está acontecendo vai muito além da política. É inegável que o partido de Lula, dadas suas ligações históricas com movimentos sociais, seja catalisador do que ocorre nas ruas. Mas, este é apenas um elemento do que estamos vendo.

Mudanças na sociedade em direção a menos desigualdade são visíveis e gratificantes para quem jamais acreditou que este país possa alcançar a civilização em meio a tanto horror e iniquidade: os direitos e garantias fundamentais da Constituição de 88, o voto do analfabeto, o Bolsa Família, as cotas raciais e sociais nas universidades públicas, a estabilização da moeda (sim, o fim da inflação crônica fechou um dos mecanismos mais perversos de concentração de renda), a união civil entre pessoas do mesmo sexo etc. A história está apenas começando.

Uma coisa parece certa: morreu a ideia de que a construção de uma nação no Brasil dar-se-ia pela socialdemocracia, com o PT e o PSDB fazendo alianças à esquerda e à direita para governar. A direita extrema e disposta a tudo acordou e subiu ao palco, com força impressionante. O bolsonarismo é mais novo que o lulismo. Independe, a partir de agora, de Jair Bolsonaro. Este perdeu a eleição, mas discípulos ascenderam ao poder nos Estados mais populosos e ricos. Lula começa a governar no domingo contra a vontade de quase 59 milhões de eleitores.

Cristiano Romero é colunista e escreve às quintas-feiras
E-mail cristiano.romero@valor.com.br

Reoneração de combustível ajuda, mas mantém necessidade de rever gastos

Anaïs Fernandes e Rodrigo Carro
De São Paulo e do Rio

A volta dos impostos federais sobre combustíveis a partir de janeiro deixa o déficit do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) em 2023 mais próximo de 1% do que de 1,5% do PIB, apontam economistas, mas não muda a preocupante trajetória da dívida e a necessidade de revisão dos gastos.

O futuro ministro da Fazenda de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad, pediu ao atual ministro, Paulo Guedes, que deixe vencer em 31 de dezembro a desoneração de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina, etanol e diesel, determinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida eleitoral.

“Bolsonaro tomou uma decisão política que contraria a lógica econômica”, afirma Raul Velloso, especialista em finanças públicas. O esforço fiscal para manter preços dos combustíveis artificialmente baixos, diz, é incompatível com a necessidade de equilibrar o Orçamento, mesmo que sem um teto de gastos, do qual Velloso é crítico.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Raul Velloso: “Não tem como abrir mão de um valor elevado como esse”

O retorno dos impostos deve devolver aos cofres da União no próximo ano quase R$ 55 bilhões, estimam economistas. “Não tem como, a essa altura do campeonato, abrir mão de um valor elevado como esse, a não ser que o governo eleito desista da sua política de assistência social”, diz Velloso.

Muitos casas já incluíam essas receitas adicionais nas suas projeções. A Terra Investimentos espera um déficit de R$ 90 bilhões para o governo central em 2023. O cálculo considera, do lado dos gastos, um aumento das despesas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e outras iniciativas de expansão fiscal e, do lado das receitas, R$ 53 bilhões pela volta dos impostos federais sobre os combustíveis, além de cerca de R$ 30 bilhões de outras reonerações que, na visão da Terra, devem acontecer — por exemplo, em impostos sobre produtos industrializados e importações.

Ainda assim, o déficit esperado é grande, diz Homero Guizzo, economista da Terra, estimando que a dívida bruta deve sair de 76,5% do PIB em 2022 para 82,3% em 2023. “Certamente, os números são feios, apenas não tão feios como as estimativas mais sombrias.”

A XP Investimentos também já esperava um déficit de R$ 106,9 bilhões (1% do PIB) para o governo central em 2023, com a volta dos tributos. Sem isso, o déficit iria para R$ 161 bilhões (1,5% do PIB).

Para o setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais), a projeção de déficit de 1,5% do PIB da Ryo Asset não contava integralmente com a reoneração de combustíveis. Agora, ela deve ficar perto de 1% do PIB. A consultoria BRCG prevê um déficit no setor público consolidado da ordem de 0,5% do PIB em 2023, já incorporando não só a volta dos impostos federais, mas também um terço da tributação equivalente de ICMS, explica Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Os recentes cortes nos preços dos combustíveis pela Petrobras tornam o aumento de impostos mais fácil, amortecendo parte do impacto, observa o BTG Pactual, que, considerando a reoneração de combustíveis, já projetava déficit de R$ 123 bilhões (1,2% do PIB) para o governo central em 2023.

Haddad disse que pediu para o governo atual se abster de medidas que impactassem a próxima gestão para que pudesse se reunir, em janeiro, com Lula e a nova diretoria da Petrobras para discutir as políticas do setor.

Para Velloso, como são produtos comercializáveis no exterior, os combustíveis deveriam ter como preço de referência o valor real (descontada a inflação) da média dos últimos anos convertida em real pela taxa de câmbio média do período. “O importante é saber qual é a tendência de médio prazo e não o preço do dia”, diz. A partir dessa referência, o governo tomaria a decisão de política tributária.

Mas, como a composição da consolidação fiscal também importa, é fundamental que medidas pelo lado da despesa sejam adotadas, segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo. “Corte de gastos entrega menor perda de PIB potencial e maior produtividade, enquanto aumento de impostos são mais detratores de PIB, produtividade e taxa de investimento”, afirma.

Impacto no IPCA pode ser de 0,6 ponto em janeiro

Rafael Rosas
Do Rio

A volta da cobrança de PIS/Cofins sobre os combustíveis deve ter impacto de 0,6 ponto percentual no IPCA de janeiro. A estimativa é de André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). A reoneração deve significar um impacto de 10 pontos percentuais na gasolina, 7,5 no etanol e 4,5 no diesel.

Ele lembra que os combustíveis terão influências diferentes sobre a inflação do mês que vem de acordo com os pesos que possuem no IPCA. A gasolina pesa 4,6% no índice, enquanto o etanol pesa 0,6% e o diesel, 0,3%.

“O impacto vai ser grande. Podemos perfeitamente ter uma inflação em torno de 1% ou mais no mês que vem”, diz Braz, que é o responsável pelos Índices Gerais de Preços divulgados pelo FGV/Ibre. “Mas essa inflação não é de 2023, ela pertence a 2022”, acrescenta, lembrando que já se previa essa alta quando a desoneração chegasse ao fim.

Segundo ele, a desoneração vai fazer o IPCA chegar ao fim do ano ao redor de 5,5%, em vez dos cerca de 8,5% que seriam registrados sem os benefícios concedidos pelo governo federal este ano, segundo cálculos do economista.

A desoneração dos combustíveis — também houve redução legal do teto do ICMS cobrado pelos Estados, medido que continua em vigor — foi fundamental para que o IPCA registrasse três meses seguidos de deflação este ano, com taxas de -0,68% em julho, -0,36% em agosto e -0,29% em setembro.

Braz acrescenta que a inflação de janeiro também deve sofrer o impacto de alimentos, principalmente hortaliças e legumes, afetados pela variação climática típica do verão, quando ocorrem chuvas mais intensas.

Em relação aos combustíveis, Braz ressalta que, embora o diesel tenha um impacto direto relativamente pequeno, o produto tem uma influência indireta na cadeia até maior que a gasolina. Usado principalmente em caminhões e no setor de transporte, o diesel costuma ser responsável por aumentos de frete, energia e transporte público, entre outros, o que acaba contaminando os preços ao consumidor.

“O diesel em 12 meses tem alta expressiva, de mais de 30%. Já está caro em relação ao ano passado e tem o problema de contaminar outros setores. O peso no IPCA é pequeno, mas o efeito indireto é pior que o da gasolina, embora seja difícil de estimar”, diz Braz.

Fim do corte de impostos elevará preço nas bombas

Fábio Couto e Rodrigo Carro
Do Rio

A decisão do futuro governo Lula de não prorrogar o corte de impostos federais sobre os preços dos combustíveis terá como efeito impacto sobre o preço final uma vez que a tendência imediata é de que distribuidoras repassem os custos, gerando efeito cascata que chegará ao consumidor no início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, na visão de representantes do setor.

Na terça-feira, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que se abstivesse a tomar qualquer medida que possa impactar a próxima gestão. Para conter a alta nos preços dos combustíveis por causa da Guerra na Ucrânia, o presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas de PIS/Cofins e da Contribuição de Intervenção no Desenvolvimento Econômico (Cide) até 31 de dezembro.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) afirmou que o retorno dos impostos federais e estaduais traz de volta o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), base de cálculo do ICMS, reajustado a cada 15 dias, impactando no preço final do produto na bomba.

Levantamento do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) aponta para um impacto de R$ 0,69 por litro nos preços da gasolina; de R$ 0,26 por litro sobre o etanol; e de R$ 0,33 por litro para os preços do óleo diesel.

O sócio da área tributária do Demarest Advogados, Douglas Mota, também vê impacto e destacou que o orçamento federal e a PEC da Transição talvez tenham sido elaborados com a previsão de retorno desta receita. O temor, afirmou, é que a medida gere pressão maior dos governadores pela revisão do ICMS, imposto que teve incidência limitada da alíquota de 17% a 18%, com a equiparação feita pelo governo a produtos essenciais.

Para David Zylberstajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o corte de impostos foi eleitoreiro e subsidiou os combustíveis fósseis. Mais interessante, para ele, seria desonerar o transporte público “pois é quem pega ônibus e trem que precisa de subsídios”, na lógica do atual governo de priorizar os mais pobres. Porém, Zylberstajn salientou que o importante é que o fim do corte não sinalize intenção de intervir nos preços dos combustíveis, o que “foi desastroso no passado e desarranjaria o mercado por completo”.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Conjuntura Mês tem 135 mil vagas formais a mais, mas Caged mostra desaceleração e resultado inferior à média do 1º semestre

Geração de emprego perde força em novembro

Marcelo Osakabe e Estevão Taiar
De São Paulo e Brasília

Em uma nova demonstração de que a economia brasileira está perdendo velocidade, o ritmo de criação de vagas com carteira assinada voltou a ficar abaixo da expectativa em novembro.

Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criadas 135.495 vagas com carteira assinada no mês passado. Com isso, o saldo de contratações no acumulado de 2022 subiu a 2.466.377 postos.

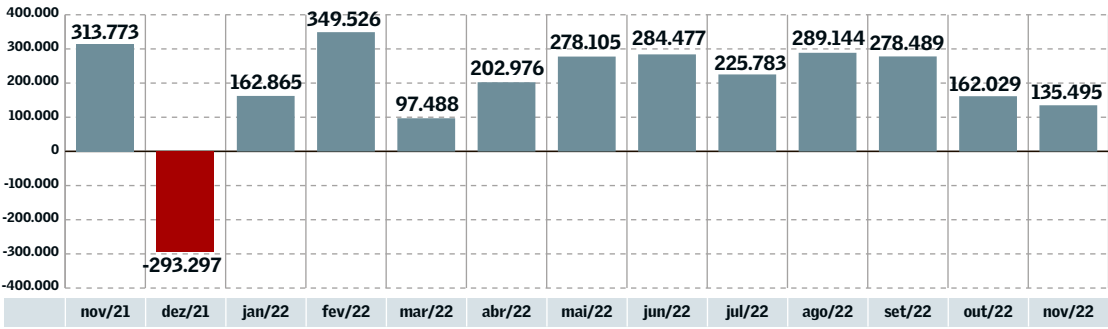
O dado de novembro veio abaixo da mediana das projeções do Valor Data, que era de abertura de 143 mil postos. O resultado também foi pior do que o registrado no mesmo mês de 2021, quando foram criadas 313.773 vagas.

Com isso, o ritmo de criação de vagas no mês passado se afastou ainda mais da da média mensal de criação de vagas do primeiro semestre, que foi de 207,7 mil. Já o acumulado em 12 meses chegou a 2,173 milhões em novembro, de 2,351 milhões em outubro.

Dois dos cinco setores da economia ficaram no positivo quanto à geração de vagas em novembro: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (105.969) e serviços (92.213). Por outro lado, houve fechamento líquido em agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (18.211), indústria geral (25.707) e construção civil (18.769). Estes dois últimos tiveram o primeiro resultado mensal negativo desde dezembro de 2021.

No recorte regional, Sudeste (84.164), Sul (20.750), Nordeste (29.213) e Norte (3.055) tiveram saldo positivo de vagas. Já o Centro-Oeste perdeu 773 vagas.

Em coletiva para comentar os números, o secretário de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, Mauro Souza, comemorou que a média móvel de admissões e demissões de postos formais "mantém crescimento". Outro dado ressaltado foram os salários médios de admissão e demissão, que ficaram em R$ 1.919,81 e R$ 2.009,05, respectivamente.

Emprego
Saldo de contratações com ajuste

Fonte: Novo Caged. Elaboração: Valor Data *Em 2022 até novembro = 2.466.377

Embora esses valores estejam em queda pelo terceiro mês consecutivo, ainda assim são maiores que o registrados no mesmo período do ano passado. Isso eliminaria fatores sazonais e mostraria um resultado "relativamente bom", afirmou o subsecretário de Estudos e Estatísticas do Trabalho, Felipe Pateo.

Para o Santander, o ritmo de criação de empregos com carteira assinada em novembro já reflete a desaceleração econômica em curso e é mais um sinal de que o mercado de trabalho segue o mesmo caminho, embora ainda permaneça pressionando a inflação.

Nos cálculos dessazonalizados do banco, o dado significou uma abertura de 103 mil vagas em novembro, desacelerando em relação aos 108 mil em outubro. Com isso, o banco estima que a distância entre a média móvel de três meses e o ritmo de geração de postos que não resulta em crescimento do desemprego teve redução de 3 mil em novembro, a primeira desde julho de 2020.

"Esperamos que a criação de empregos se mantenha em níveis mais baixos à frente, especialmente levando em conta os efeitos da política monetária mais apertada, que começam se refletir em setores mais sensíveis ao ciclo, como construção e manufatura", diz o banco em comentário a clientes.

Também em relatório, o economista da Tendências Consultoria Lucas Assis destaca que o ritmo de criação de vagas em novembro capta a dinâmica menos favorável da demanda interna. "Ao longo de 2023, espera-se acomodação do mercado de trabalho formal no País, diante de maiores efeitos do aperto monetário, em um ambiente externo de baixo crescimento."

Apesar desse cenário, o economista entende que o emprego formal ainda deve ser sustentado ano que vem pela recuperação da produção agrícola, pelo crescimento contínuo da massa total de rendimentos e pela expansão fiscal no próximo governo. A Tendências espera uma expansão de 0,9% do PIB em 2023.

Brasil atinge 207,8 milhões de habitantes, indica Censo

Paula Martini e Rafael Rosas
Do Rio

Sem conseguir terminar o Censo Demográfico de 2022 até o fim do ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma prévia do levantamento, que indica que o Brasil chegou este ano a 207.750.291 habitantes. São Paulo, Estado mais populoso do país, tem 46.024.937 moradores e o Estado com a menor população é Roraima, com 634.805 habitantes. Os dados são baseados nas coletas realizadas pelo Censo até o dia 25 de dezembro. Após vários atrasos no cronograma, os números finais só devem ser publicados em março, segundo o IBGE.

O resultado parcial, divulgado ontem, tem como objetivo cumprir a lei que determina ao instituto fornecer, anualmente, o cálculo da população de cada um dos 5.570 municípios do país para o Tribunal de Contas da União (TCU) realizar o cálculo de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O instituto avaliou propostas para cumprir as obrigações legais e, após reunião do Conselho Consultivo, concluiu que o melhor modelo seria utilizar os dados do Censo em municípios onde a coleta já foi concluída com uma combinação de dados coletados e estimativas para cidades em que ainda há pendências. Grandes cidades, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, estão entre as que a coleta não atingiu 80%.

De acordo com Cimar Azeredo, diretor de pesquisas do IBGE, os dados representam o "melhor" que o instituto tem em mãos para o que o órgão de controle possa calcular o FPM. "A gente está entregando hoje para a sociedade o melhor número que o IBGE tem para que o TCU possa fazer o cálculo da repartição dos municípios. A gente entende que esse dado é o mais próximo do que será divulgado quando o Censo estiver fechado, em março", afirmou. Azeredo destacou ainda que a nota elaborada pela diretoria de pesquisas é "técnica e extremamente rigorosa".

Além do repasse orçamentário, os dados de população também embasam a quantidade de vereadores e deputados federais e estaduais em todo o país.

Uma das alternativas para atender ao TCU era apresentar uma estimativa populacional com base no Censo de 2010, como tem sido feito nos últimos anos. O IBGE, no entanto, pediu um adiamento do prazo, que se encerraria em 31 de outubro, para entregar dados mais atualizados ao órgão de controle mesmo sem ter a pesquisa completa. Além disso, a última projeção divulgada pelo instituto, em agosto de 2021, apontava para uma população de 213 milhões de pessoas no Brasil, número superior ao do resultado parcial.

Segundo o diretor, a diferença se deve principalmente à distância de 12 anos do último Censo e à falta de uma contagem populacional no meio da década passada.

"É muito comum essa diferença entre estimativa e Censo. Temos que lembrar que a estimativa anterior está 12 anos afastada do último Censo e não teve contagem no meio da década. Agora, temos o Censo está praticamente bem fechado", disse.

O Censo é realizado a cada dez anos e uma contagem mais simples é feita no meio desse intervalo. A pesquisa prevista para 2015, no entanto, não aconteceu. Os dois anos de pandemia também podem ter influenciado a diferença entre as estimativas, assim como problemas em censos feitos em décadas anteriores.

A pesquisa está em campo desde 1º de agosto e o trabalho deveria ter se encerrado em três meses. Um dos principais problemas apontados pelo órgão é a falta de recenseadores que, na avaliação da diretoria, foram atraídos para outros setores da economia diante do aquecimento do mercado de trabalho.

O IBGE corre agora para terminar a coleta em janeiro e realizar, em fevereiro, um trabalho de "rescaldo". Nesse período, serão revisitados domicílios com moradores ausentes e casas onde houve recusa de moradores, além de endereços classificados como não ocupados.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	jun/22	mai/22	abr/22	mar/22	fev/22
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	-0,7	-0,6	0,5	-0,4	0,3	0,1	0,6	0,6
Indústria de transformação	-	0,0	-1,4	-0,3	0,3	-0,3	1,0	0,0	0,8	0,3
Indústrias extrativas	-	0,6	1,8	-3,1	2,1	2,6	-5,8	0,3	0,7	5,7
Bens de capital	-	-4,1	-0,7	5,8	-3,4	-1,7	6,6	-8,8	10,1	1,6
Bens intermediários	-	0,7	-1,0	-1,6	1,9	-0,7	-1,0	0,6	0,8	2,2
Bens de consumo	-	0,3	-0,8	-1,1	0,9	0,1	0,3	2,6	-3,1	0,2
Faturamento real (CNI - %)	-	0,3	-0,5	1,3	1,2	1,5	0,8	-0,2	1,1	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,2	-1,0	2,3	-0,1	1,0	0,6	-2,3	-0,1	1,4
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,2	0,2	-0,3	-1,5	0,4	-0,1	0,1	7,5	2,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,4	1,2	0,2	-0,2	-1,8	0,3	0,6	1,3	1,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	-	23,6	61,4	97,2	114,1	424,1	44,2	109,3	14,6
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	-	-17,0	-11,1	-5,6	7,8	127,2	-29,0	45,0	-4,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	8,3	8,7	8,9	9,1	9,3	9,8	10,5	11,1	11,2
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	0,3	-0,3	-0,1	0,5	0,6	0,1	-0,2	-0,3	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	-6,7	-4,0	1,5	1,2	-0,8	1,0	1,4	4,5	-0,1	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	28.164	27.299	28.661	30.775	29.861	32.766	29.648	28.954	29.399	23.512
Importações	21.489	23.381	24.953	26.663	24.491	23.859	24.694	20.764	21.806	18.876
Saldo	6.675	3.918	3.708	4.112	5.370	8.908	4.954	8.190	7.593	4.636

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7191	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,83	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	1,03	0,5697	0,4424	0,4133	4,13	23,59	1.212,00
jun/22	0,1484	0,6491	0,6491	0,9496	1,02	0,5513	0,4472	0,3954	2,22	23,59	1.212,00
jul/22	0,1631	0,6639	0,6639	0,9844	1,03	0,5851	0,4456	0,4101	0,73	23,67	1.212,00
ago/22	0,2409	0,7421	0,7421	1,0929	1,17	0,5851	0,4630	0,4881	-0,01	23,67	1.212,00
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	-	23,81	1.212,00
2022	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**8,93**	**1,15**	**10,18**
Em 12 meses *	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**9,17**	**1,15**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	3º Tri/22	2º Tri/22	2022 (1)	2021	2020	2019
PIB (R$ bilhões) *	2.544	2.472	9.641	8.899	7.610	7.389
PIB (US$ bilhões) **	477	488	1.801	1.609	1.448	1.873
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,0	3,0	5,0	-3,3	1,2
Agropecuária	-0,9	0,1	-1,3	0,3	4,2	0,4
Indústria	0,8	1,7	0,8	4,8	-3,0	-0,7
Serviços	1,1	1,3	4,4	5,2	-3,7	1,5
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,8	3,8	0,8	16,5	-1,7	4,0
Investimento (% do PIB)	19,6	18,3	18,8	18,9	16,6	15,5

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de calculo em R$	Aliquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-novembro 2022	Janeiro-novembro 2021	Var. %	novembro 2022	novembro 2021	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**643,4**	**507,8**	**26,72**	**52,1**	**43,0**	**21,03**
Imposto de renda pessoa física	54,0	51,9	4,04	4,3	3,9	12,02
Imposto de renda pessoa jurídica	297,9	231,1	28,87	20,2	16,8	20,25
Imposto de renda retido na fonte	291,6	224,7	29,76	27,5	22,4	23,17
Imposto sobre produtos industrializados	59,6	67,7	-11,93	5,5	7,3	-24,88
Imposto sobre operações financeiras	53,4	43,1	24,02	4,9	4,9	-1,04
Imposto de importação	54,5	56,7	-3,74	5,1	5,6	-7,79
Cide-combustíveis	1,4	1,7	-17,11	0,0	0,2	-99,47
Contribuição para Finsocial (Cofins)	270,6	257,9	4,93	10,6	25,9	-59,18
CSLL	155,6	116,3	33,84	10,6	8,4	25,34
PIS/Pasep	79,7	72,2	10,46	7,2	7,1	1,48
Outras receitas	689,9	561,7	22,84	76,2	54,9	38,76
Total	**2.008,3**	**1.684,8**	**19,20**	**172,0**	**157,3**	**9,34**

	set/22 Valor	set/22 Var. %*	ago/22 Valor	ago/22 Var. %*	set/21 Valor	set/21 Var. %*
ICMS - Brasil	**58,7**	**3,21**	**56,8**	**-3,78**	**58,6**	**0,94**

	out/22 Valor	out/22 Var. %*	set/22 Valor	set/22 Var. %*	out/21 Valor	out/21 Var. %*
INSS	**45,8**	**4,49**	**43,8**	**0,03**	**38,4**	**-2,87**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	dez/22	nov/22	2022	2021	12 meses	dez/22	nov/22	dez/21	dez/21
IBGE									
IPCA	-	0,41	5,13	10,06	5,90	-	6.434,20	6.120,04	6.120,04
INPC	-	0,38	5,21	10,16	5,97	-	6.660,19	6.330,59	6.330,59
IPCA-15	0,52	0,53	5,90	10,42	5,90	6.346,64	6.313,81	5.992,99	5.992,99
IPCA-E	0,52	0,53	5,90	10,42	5,90	6.346,64	6.313,81	5.992,99	5.992,99
FGV									
IGP-DI	-	-0,18	4,71	17,74	6,02	-	1.139,73	1.088,49	1.088,49
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	5,85	4,96	6,41	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,43	4,37	20,64	5,97	-	1.371,43	1.314,07	1.314,07
IPA-Agro	-	-0,96	3,70	18,80	5,31	-	2.019,92	1.947,79	1.947,79
IPA-Ind.	-	-0,22	4,63	21,39	6,25	-	1.130,86	1.080,78	1.080,78
IPC-DI	-	0,57	3,92	9,34	4,52	-	706,02	679,39	679,39
INCC-DI	-	0,36	9,18	13,85	9,56	-	1.050,70	962,32	962,32
IGP-M	-	-0,56	4,98	17,78	5,90	-	1.155,83	1.100,99	1.100,99
IPA-M	-	-0,94	4,77	20,57	5,76	-	1.406,72	1.342,67	1.342,67
IPC-M	-	0,64	3,84	9,32	4,71	-	689,84	664,32	664,32
INCC-M	-	0,14	9,11	14,03	9,44	-	1.048,43	960,89	960,89
IGP-10	0,36	-0,59	6,08	17,30	6,08	1.185,56	1.181,32	1.117,64	1.117,64
IPA-10	0,31	-0,98	6,08	19,72	6,08	1.454,37	1.449,93	1.370,95	1.370,95
IPC-10	0,58	0,67	4,40	9,63	4,40	696,93	692,90	667,53	667,53
INCC-10	0,36	0,19	9,55	14,20	9,55	1.038,60	1.034,89	948,04	948,04
FIPE									
IPC	-	0,47	6,75	9,73	7,36	-	651,16	610,00	610,00
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 4º trimestre = 1,21%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemana dez/22 = 0,38%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2022

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/22		-	Campo 7
2ª	30/06/22		1,00%	
3ª	29/07/22		2,02%	+
4ª	31/08/22	Valor da declaração	3,05%	Campo 8
5ª	30/09/22		4,22%	
6ª	31/10/22		5,29%	+
7ª	30/11/22		6,31%	Campo 9
8ª	30/12/22		7,33%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	out/22 Valor	out/22 % do PIB	set/22 Valor	set/22 % do PIB	out/21 Valor	out/21 % do PIB
Dívida líquida total	**5.542,5**	**58,33**	**5.487,5**	**58,25**	**4.865,8**	**57,17**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	3,6	0,04	5,3	0,06	5,7	0,07
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-725,8	-7,64	-768,0	-8,15	-1.004,5	-11,80
Dívida fiscal líquida	**6.264,7**	**65,93**	**6.250,3**	**66,35**	**5.864,6**	**68,90**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	6.265,9	65,94	6.263,3	66,49	5.874,1	69,01
Dívida externa líquida	-723,4	-7,61	-775,9	-8,24	-1.008,2	-11,85
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.654,7	48,98	4.604,3	48,88	3.938,6	46,27
Governos Estaduais	796,9	8,39	791,6	8,40	800,8	9,41
Governos Municipais	36,3	0,38	36,2	0,38	71,7	0,84
Empresas Estatais	54,6	0,57	55,4	0,59	54,7	0,64

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	out/22 Valor	out/22 % do PIB	set/22 Valor	set/22 % do PIB	out/21 Valor	out/21 % do PIB
Total nominal	**400,1**	**4,21**	**410,6**	**4,36**	**398,7**	**4,68**
Governo Federal**	394,8	4,15	403,1	4,28	490,4	5,76
Banco Central	20,4	0,21	37,3	0,40	-33,6	-0,39
Governo regional	-15,6	-0,16	-31,4	-0,33	-60,3	-0,71
Total primário	**-173,1**	**-1,82**	**-181,4**	**-1,93**	**20,4**	**0,24**
Governo Federal	-337,9	-3,56	-336,7	-3,57	-130,2	-1,53
Banco Central	0,5	0,01	0,4	0,00	0,5	0,01
Governo regional	-86,2	-0,91	-96,7	-1,03	-95,2	-1,12

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de novembro*

Discriminação	Janeiro-novembro 2022	Janeiro-novembro 2021	Var. %	novembro 2022	novembro 2021	Var. %
Receita total	**2.121,6**	**1.908,5**	**11,17**	**168,5**	**177,7**	**-5,22**
Receita Adm. Pela RFB**	1.287,3	1.199,4	7,33	108,5	107,2	1,16
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	471,6	441,8	6,76	42,4	42,3	0,27
Receitas Não Adm. Pela RFB	362,8	267,5	35,63	17,5	28,2	-37,78
Transferências a Estados e Municípios	**416,6**	**349,7**	**19,13**	**42,6**	**38,8**	**9,58**
Receita líquida total	**1.705,1**	**1.558,9**	**9,38**	**125,9**	**138,9**	**-9,36**
Despesa Total	**1.653,1**	**1.613,3**	**2,47**	**140,6**	**134,4**	**4,56**
Benefícios Precidenciários	742,0	725,9	2,22	61,7	57,1	8,05
Pessoal e Encargos Sociais	305,2	326,3	-6,48	29,8	30,7	-2,98
Outras Despesas Obrigatórias	274,8	315,7	-12,97	23,0	18,8	22,16
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	331,1	245,4	34,95	26,1	27,8	-6,20
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**52,0**	**-54,5**	**-**	**-14,7**	**4,4**	**-**

Discriminação	out/22 Valor	out/22 Var. %	set/22 Valor	set/22 Var. %	out/21 Valor	out/21 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-15,26	-0,2	19,16	-0,4	60,87
Discrepância estatística	0,1	-84,34	0,6	-23,90	1,0	159,19
Result. Primário do Gov. Central (2)	**30,4**	**170,56**	**11,2**	**-**	**31,0**	**3.949,75**
Juros Noniminais	**-33,1**	**-48,66**	**-64,4**	**125,60**	**-60,8**	**9,77**
Result. Nominal do Gov. Central	**-2,7**	**-94,94**	**-53,2**	**-32,41**	**-29,8**	**-45,50**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Contas públicas Resultado de 2023 dependerá de inflação e ajustes no ICMS

Estados fecham ano com gasto em alta e receita em retração

Marta Watanabe
De São Paulo

Os Estados devem fechar 2022 com arrecadação tributária em queda e com aumento nas despesas correntes puxado por gastos com pessoal, em quadro oposto ao do ano passado e que antecipa o dinamismo esperado para 2023. É o que mostram dados até o quinto bimestre de 2022.

Para 2023 a inflação deve influenciar os gastos e o desempenho das receitas está sujeito não só à esperada desaceleração da economia como também a várias definições para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De janeiro a outubro a receita tributária (arrecadação de impostos, taxas e contribuições) somou R$ 565,7 bilhões, com queda de 0,3% em termos reais (descontada a inflação) no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal contra iguais meses do ano passado. O resultado reflete a redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações adotada no meio de 2022. Em 2021 a receita avançou 11,6%.

No lado dos gastos, as despesas correntes aumentaram este ano 6,2%,. A alta foi de 0,96% em 2021. Gastos com pessoal e encargos, a mais representativa das despesas correntes dos Estados, avançaram 9,7% além da inflação até outubro. Haviam caído 6,8% no mesmo período de 2021.

Os dados de receitas e despesas foram levantados pelo **Valor** dos relatórios fiscais de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consideram despesas liquidadas e receitas realizadas atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses. Não foram incluídas despesas ou receitas intraorçamentárias.

Os números mostram uma nova tendência para as contas estaduais, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset. Os dados, revelam o quanto o cenário de 2023 será desafiador aos novos governadores, diz.

Ainda que os Estados consigam recuperar parte da perda de ICMS, seja via compensação, aumento de alíquota modal ou alguma recomposição do imposto cobrado sobre gasolina e álcool, avalia Leal de Barros, a receita deve ficar sujeita aos efeitos da desaceleração econômica em 2023.

"Os choques que tiveram efeitos positivos para a arrecadação, como aumento de preços de commodities e reabertura da economia, foram cíclicos, temporários e ficaram para trás", comenta.

DIVULGAÇÃO
Gabriel Leal de Barros: choques positivos à arrecadação ficaram para trás

Ao mesmo tempo o crescimento das despesas de pessoal, que são de natureza obrigatória e permanente, mostram o efeito rápido dos reajustes salariais concedidos este ano, afirma Leal de Barros.

A contenção anterior de despesas, que também ajudou o quadro fiscal dos Estados, teve grande contribuição da Lei Complementar 173/2020, que limitou contratações e reajustes a servidores até o fim de 2021. Ele prevê que a pressão por reajuste para servidores será forte no primeiro ano de mandato dos governadores eleitos.

Vários Estados, como Rio e São Paulo, já dão sinais nesse sentido, com as assembleias legislativas já tendo aprovado reajustes salariais para o próximo governo. Ele também cita como "precedente perigoso" a Emenda Constitucional 127/2022, que estabeleceu o piso da enfermagem e flexibiliza a contabilização desse reajuste nos limites para despesa de pessoal previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Ficará para os novos governadores uma herança complicada, se combinada desoneração do ICMS com folha salarial corrigida. Certamente cortarão investimentos", avalia José Roberto Afonso, professor da Universidade de Lisboa e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Os relatórios fiscais mostram investimentos somados de R$ 63,6 bilhões de janeiro a outubro, mais que o dobro, em termos reais, que os R$ 29,3 bilhões liquidados em igual período de 2021. "Esses gastos seguem o antigo, famoso e esperado ciclo eleitoral. Disparam no ano da eleição, com uma taxa bem alta no agregado. Mesmo assim não chega a 10% do que se gasta com despesa corrente, embora seja um resultado muito melhor que o da União", diz Afonso.

O dado do investimento é importante também quando se olha para as despesas correntes, diz Leal de Barros. "A reboque da elevação da arrecadação tributária houve aumento brutal de investimentos, que resultam em despesas obrigatórias ex-post", diz, referindo-se a gastos de custeio e de pessoal, gerados, por exemplo, por investimentos na construção de hospitais e escolas.

Os relatórios fiscais mostram também mudança de rumo nas receitas correntes, que no conjunto dos Estados alcançaram, de janeiro a outubro deste ano, total de R$ 939,96 bilhões, com alta real de 6,3% em relação a igual período de 2021, em crescimento pouco abaixo dos 7,1% de avanço em 2021, na mesma comparação. A composição, porém, mudou. Além da arrecadação tributária, que caiu este ano após alta no ano passado, as transferências correntes também inverteram o comportamento.

Ao contrário da arrecadação de impostos, taxas e contribuições, a evolução das transferências correntes foi mais favorável aos Estados neste ano. Essas receitas, que incluem os repasses federais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), somaram R$ 227,6 bilhões de janeiro a outubro, com avanço real de 16,5% em relação a 2021, após queda de 12,4% no ano passado, em igual critério.

Com efeito heterogêneo, o quadro favoreceu os Estados mais dependentes dos repasses de FPE. Mesmo no agregado, porém, os recursos de transferências correntes não representam nem metade da receita com recolhimento de tributos, destaca Afonso.

A queda de arrecadação dos Estados em 2022 é creditada às mudanças no ICMS, principalmente às mudanças resultantes da Lei Complementar (LC) 194/2022. A classificação de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações como itens essenciais resultou na redução da alíquota do ICMS aplicado sobre esses setores que, juntos, representam cerca de 30% da receita com o imposto. O ICMS é o mais importante tributo da arrecadação própria dos governos estaduais.

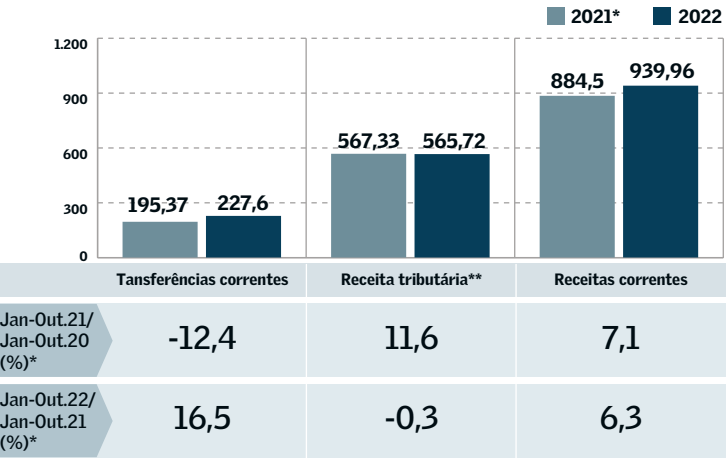
Renê Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, lembra que as leis trouxeram mudanças de caráter permanente para tentar combater a inflação, com impactos expressivos sobre a receita dos Estados. Estudo do secretário em conjunto com Tomaz Leal, assessor econômico da Fazenda paranaense, mostra que a arrecadação do ICMS nos três setores afetados caiu 30,6% reais de agosto a outubro deste ano em relação a iguais meses do ano passado. Publicada ao fim de junho, a LC 194/2022 teve efeito cheio na arrecadação dos Estados a partir agosto.

Considerando, entre outros fatores, que os impactos da LC 194 possam chegar a R$ 80 bilhões na arrecadação total de ICMS em 2023, o resultado primário no agregado dos Estados deve ser negativo. Segundo o estudo, aponta Renê, o conjunto dos Estados deve ter déficit primário de R$ 36,3 bilhões e déficit orçamentário de R$ 50,05 bilhões no ano que vem. No acumulado de 12 meses até agosto de 2022 o superávit primário dos Estados alcançou R$ 46 bilhões e o orçamentário, R$ 44,2 bilhões, mostra o levantamento.

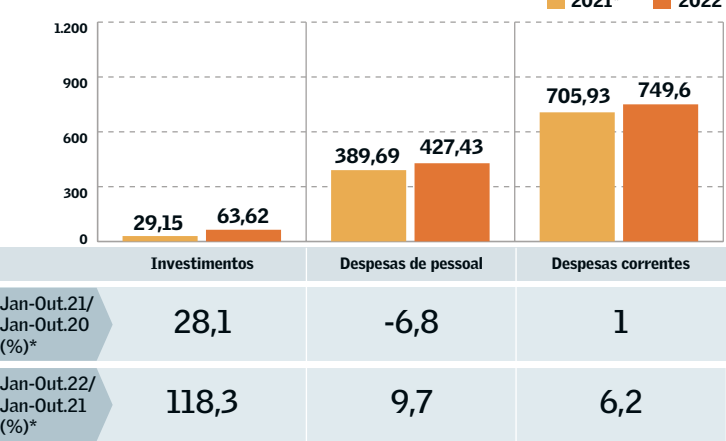
Em boletim divulgado na segunda quinzena de dezembro pela XP Investimentos, os economistas Tatiana Nogueira e Tiago Sbardelotto apontam que a manutenção da atual limitação de alíquotas do ICMS deve produzir um impacto de R$ 55 bilhões sobre as receitas dos Estados no ano que vem. Se houver avançado para reconhecer a gasolina como um item não essencial, os Estados poderão retornar as alíquotas aos valores anteriormente praticados. Com isso, a XP projeta ganho de receita de cerca de R$ 20 bilhões.

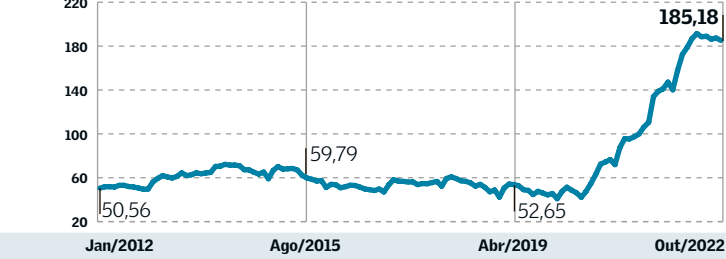
Mudança de receita

Valores de janeiro a outubro no conjunto dos Estados - em R$ bilhões

	Tansferências correntes	Receita tributária**	Receitas correntes
Jan-Out.21/ Jan-Out.20 (%)*	-12,4	11,6	7,1
Jan-Out.22/ Jan-Out.21 (%)*	16,5	-0,3	6,3

Gastos com pessoal avançam

Despesas liquidadas de janeiro a outubro no conjunto dos Estados - em R$ bilhões

	Investimentos	Despesas de pessoal	Despesas correntes
Jan-Out.21/ Jan-Out.20 (%)*	28,1	-6,8	1
Jan-Out.22/ Jan-Out.21 (%)*	118,3	9,7	6,2

Cofres cheios

Disponibilidade de caixa dos Estados e DF - em R$ bilhões

Fontes: Banco Central, para dados de caixa. STN/Siconfi, para receitas e despesas, com dados extraídos em 24/12/2022. *Com atualização pelo IPCA acumulado em 12 meses. **Considera impostos, taxas e contribuições sociais

O assunto ainda está em discussão em comissão especial no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o ano que vem ainda há a incerteza sobre a continuidade da compensação das perdas de receita com a limitação de alíquotas de ICMS. Em São Paulo as perdas são calculadas pela Fazenda estadual em R$ 13 bilhões anuais, com parte que vem sendo compensada com abatimento no serviço da dívida com a União na parcela que excede redução de 5% em termos reais contra mesmo período de 2021. Essa compensação, porém, termina em dezembro de 2022.

Na ação que mantém no STF sobre o assunto, o governo paulista pediu a continuidade da compensação em 2023 e a eliminação da trava de 5%. O tema, porém, ainda não foi decidido.

Outro indicador muito discutido no decorrer de 2022, a disponibilidade de caixa dos Estados, que atingiu recorde de R$ 191,4 bilhões em maio, também dá sinais de redução de saldo, embora deva garantir cofres cheios em nível historicamente altos no quadro geral dos Estados ao fim do ano.

Em outubro, esse saldo estava em R$ 185,2 bilhões, valor mais de R$ 40 bilhões superior ao da disponibilidade em outubro de 2021. Os dados são do Banco Central (BC). Representantes de Estados destacam, porém, que parte desse caixa não representa disponibilidade concreta, porque está comprometida com gastos de curto prazo, entre outros.

Em entrevista coletiva no dia 22, Felipe Salto, secretário de Fazenda do Estado de São Paulo na gestão do governo Rodrigo Garcia, que se encerra em 2022, destacou o valor em caixa de R$ 86 bilhões, o que significa uma disponibilidade imediata atual de R$ 33 bilhões. Segundo Salto, é uma reserva que poderá ser utilizada no próximo governo. Ele lembra que a proposta orçamentária enviada à Assembleia Legislativa pelo governo estadual foi elaborada em setembro e a receita a ser realizada em 2023 pode ficar menor que a projetada na peça, com incerteza que pode ensejar uma condução mais conservadora. Ele lembrou ainda que os efeitos da inflação, que beneficiaram as receitas nos últimos dois anos, chegam de forma defasada nas despesas.

Governo projeta superávit primário de R$ 50 bi em 2022

Estevão Taiar
De Brasília

A três dias do fim do ano, o Ministério da Economia calcula que o superávit primário do governo central deve encerrar 2022 em aproximadamente R$ 50 bilhões. Conforme divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, o resultado primário, principal medida de fluxo das contas públicas, estava positivo em R$ 66,5 bilhões no acumulado de 12 meses até novembro.

"Não será surpresa se o superávit primário ficar acima de R$ 50 bilhões em 2022", disse o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, em entrevista coletiva para comentar os números de novembro.

A estimativa oficial do Tesouro é de resultado primário positivo de R$ 34 bilhões neste ano. Mas Valle destacou dois fatores que, em dezembro, devem fazer com que o superávit seja maior: "alguma receita" superior ao projetado anteriormente e empoçamento de despesas, que acontece quando os gastos ficam parados nos ministérios. Com isso, ele reforçou que a relação entre dívida bruta do governo geral (DBGG) e Produto Interno Bruto (PIB) deve encerrar este ano em 73,7%. A DBGG é o principal indicador de estoque do endividamento público.

Resultado primário

Acumulado em 12 meses - R$ bi

Fonte: Tesouro Nacional

A última vez em que o governo central (que leva em conta Tesouro, Banco Central e Previdência) registrou superávit foi em 2013. De acordo com o secretário, a volta das contas do governo federal para o azul é explicada pelo crescimento da receita e controle da despesa. No primeiro caso, houve expansão elevada da arrecadação federal, seja aquela administrada pela Receita ou não. Do lado das despesas, houve queda nos gastos com a pandemia, em relação aos dois anos anteriores, e menor pressão de gastos com pessoal, em parte causado pela não concessão de reajustes salariais.

Em relatório, o economista Ítalo Franca, do Santander, destaca que projeta resultado primário, de R$ 65 bilhões, ainda maior para este ano. "No entanto, consideramos que parte do resultado positivo se deve à recuperação da atividade econômica e a fatores temporários, como receitas elevadas com petróleo e arrecadação tributária robusta sobre o lucro das empresas", escreve em inglês.

Já o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma também em relatório que "o resultado de novembro segue em linha com nossa expectativa de um superávit do governo central" de R$ 56 bilhões para 2022.

Mas, na entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional lembrou que o governo central deve voltar a registrar déficit primário no ano que vem. Valle afirmou que "várias questões [que] estão sendo discutidas pela equipe de transição" do governo eleito "precisarão ser aprofundadas", como o piso de enfermagem e o fim da desoneração de impostos federais sobre combustíveis. De acordo com ele, esses debates precisarão ser realizados mesmo com o Tesouro calculando que a arrecadação será superior em R$ 36 bilhões ao que está previsto oficialmente no Orçamento de 2023. O texto projeta déficit de R$ 231,5 bilhões para o ano que vem, em parte por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

Já Franca, do Santander, calcula resultado primário negativo de R$ 155 bilhões para 2023, "mas com um viés de alta para o déficit", comenta.

Por sua vez, Serrano, do BTG, projeta déficit de R$ 123 bilhões para 2023, também levando em conta os impactos da PEC.

"Dada a magnitude do aumento de despesas contratado para 2023, enxergamos uma probabilidade alta de o governo aumentar impostos no próximo ano. Dessa forma, incorporamos no nosso cenário a reoneração do PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis", afirma, destacando que tal reoneração tem impacto previsto de R$ 53 bilhões em 12 meses.

De acordo com ele, "a deterioração do resultado primário, bem como a manutenção da Selic em patamar elevado por mais tempo", deve levar a DBGG de 73,8% (sempre em relação ao PIB) em 2022 para 78,2% em 2023. "Esse forte crescimento vai quebrar a sequência de dois anos de queda da dívida pública e aumenta a incerteza do ajuste fiscal esperado", afirma.

Política

Executivo O nono e último balanço do Valor sobre o governo atual aborda as relações entre os três Poderes

Rendição ao Centrão e ataques ao STF foram marcas de Bolsonaro

Andrea Jubé, Luísa Martins e Isadora Peron
De Brasília

Na solenidade em que apresentou alguns dos futuros ministros, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma incursão no túnel do tempo ao rebater, sem citar o adversário, promessas do governo atual feitas na campanha de 2018, que viriam a ruir meses depois. "Não temos vergonha de política e de dizer que queremos ministros políticos também, políticos eficientes", disse.

Jair Bolsonaro elegeu-se presidente na onda do antipetismo, com o discurso de negação da política, a promessa de reduzir ministérios e governar somente com quadros técnicos. Promessas das quais abriu mão, à medida que os atritos com Legislativo e o Judiciário se acentuaram e se viu obrigado a pactuar com a força hegemônica do Congresso, o Centrão. O que não impediu que os quatro anos do atual governo tenham sido marcados pela relação de conflito com o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A turbulência com o Poder Judiciário teve como marco inicial a decisão do então presidente do STF, Dias Toffoli, de abrir, ainda em março de 2019, o inquérito das "fake news", atingindo aliados de Bolsonaro. O ministro Alexandre de Moraes foi indicado relator e, desde então, tornou-se alvo preferencial dos ataques do presidente e de seus seguidores. Previamente à abertura desse inquérito, contudo, a relação com o Judiciário estava envenenada por iniciativa de Bolsonaro. Ele questionou a lisura das eleições de 2018, mesmo as tendo vencido, apoiou a ideia de passar de 11 para 21 o total de ministros do STF e seu filho, Eduardo, foi flagrado em um vídeo afirmando que para fechar o Supremo bastaria um cabo e um soldado.

A primeira provocação frontal ao Congresso foi a nomeação de generais da reserva para os principais ministérios do Planalto: Walter Braga Netto — que viria a ser o candidato a vice na chapa presidencial — para a Casa Civil, e Carlos Alberto dos Santos Cruz e Luiz Eduardo Ramos para a Secretaria de Governo, responsável pela articulação política. Deputados e senadores faziam pilhéria nos bastidores de que teriam de bater continência aos novos interlocutores, mas na realidade, viram o gesto como humilhação à classe política.

Os ministros oriundos do Congresso não estavam no núcleo central do poder: eram Tereza Cristina, na Agricultura, Marcelo Alvaro Antônio no Turismo, Osmar Terra, na Cidadania, e Luiz Henrique Mandetta, na Saúde. O também deputado Onyx Lorenzoni começou o governo na Casa Civil, mas tinha pouca interlocução com o Congresso.

Tensão com o Judiciário começou ainda durante a campanha e presidente flertou com a ruptura

Após seis meses no cargo e desentendimentos com os filhos do presidente, Santos Cruz foi exonerado em junho de 2019, e substituído por outro militar, o general Luiz Eduardo Ramos, que ganhou o apelido de "Maria Fofoca" do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

A marca da crise com o Congresso era a relação de embate entre Bolsonaro e o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (na época no DEM-RJ), que ganhou projeção pela independência em relação ao Executivo.

Maia, entretanto, teve protagonismo na condução da reforma da Previdência Social, um dos principais legados de Bolsonaro na esfera econômica. A liderança de Maia e a parceria com Rogério Marinho, que depois se tornaria ministro do Desenvolvimento Regional, culminou na aprovação da proposta com o placar expressivo de 370 votos favoráveis. Eles foram aplaudidos de pé e Maia até chorou.

No Dia do Exército, em abril de 2020, Bolsonaro fez um discurso enérgico durante manifestação diante do quartel-general do Exército, em Brasília, onde centenas de apoiadores gritavam "mito" e pediam um novo "AI-5", cobravam o fechamento do Congresso e do STF.

"Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. Não vamos negociar nada", disse Bolsonaro, em alusão velada aos pleitos de políticos.

Dois meses depois desse ato, no esforço de melhorar as relações com o parlamento, Bolsonaro nomeou o deputado Fábio Faria (PSD-RN) para a pasta das Comunicações. O gesto também implicou em aumento do número de ministérios.

Faria era um dos aliados mais próximos de Rodrigo Maia e seu discurso de posse fez um apelo por um "armistício patriótico". "Deixemos as nossas diferenças políticas ideológicas de lado", exortou o novo ministro em junho de 2020.

Em dezembro daquele ano, quando o STF vetou a possibilidade de reeleição de Maia e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (na época no DEM-AP), Bolsonaro apoiou a candidatura de Arthur Lira (PP-AL). Maia lançou o nome do presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), que foi derrotado.

A vitória de Lira em fevereiro de 2021, depois da aprovação do orçamento secreto (na forma das emendas de relator) pacificou a relação do Planalto com a Câmara. A posse de João Roma no Ministério da Cidadania, semanas depois, entrou no pacote da nova relação mais arejada entre Planalto e Câmara.

Foi somente a 20 meses do fim do mandato que Bolsonaro nomeou um quadro político no lugar dos militares com a missão clara de melhorar o diálogo com o Congresso: a deputada Flávia Arruda (PL-DF), com o aval de Arthur Lira. Flávia tornou-se ministra em março de 2021, em meio à crise que culminou na demissão simultânea do então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, e dos três comandantes militares. Ramos foi remanejado para a Casa Civil e Braga Netto substituiu Azevedo.

Com a Câmara pacificada, a crise deslocou-se para o tapete azul, com a instalação da CPI da Covid no Senado em abril de 2021 e a designação do senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos principais opositores do Planalto, como relator da comissão.

O senador Flávio Bolsonaro sugeriu então que o líder do PP, senador Ciro Nogueira (PI), fosse nomeado para a Casa Civil a fim de melhorar o diálogo com os senadores. No discurso de posse, em agosto de 2021, Nogueira pregou a pacificação e prometeu atuar como um "amortecedor" do Executivo.

A posse de Nogueira na pasta mais importante do governo oficializou a aliança de Bolsonaro com o Centrão, até então uma relação envergonhada. Nos bastidores, entretanto, o clima no entorno de Bolsonaro era de franca irritação com Alexandre de Moraes, que havia determinado a prisão, pela primeira vez, do presidente do PTB, o ex-deputado Roberto Jefferson. Nogueira subiu o tom falando abertamente em "ativismo judicial".

Simultaneamente, os nervos estavam à flor da pele diante do embate entre Bolsonaro e o ministro do STF e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, por causa do voto impresso.

Quando Bolsonaro tomou posse, havia esperança no Supremo de que os discursos do presidente em defesa da ditadura ficassem no passado e fossem lembrados como "arroubos de retórica". A ruptura não ocorreu, mas avaliação interna de ministros do STF ouvidos pelo **Valor**, de forma reservada, é de que a democracia não se despedaçou "por pouco".

Há na Corte um consenso de que o momento mais tenso da longeva crise institucional foi a véspera do feriado de 7 de Setembro de 2021, quando a militância bolsonarista, inflamada pelos ataques de seu mentor, marchou até a Esplanada dos Ministérios e ameaçou invadir o prédio do STF, inclusive com caminhões.

Ainda no primeiro ano de governo, o presidente passou a reclamar também do então decano Celso de Mello. Bolsonaro se disse "esculachado" pelo ministro e o acusou de "interferir no Legislativo" ao conduzir o julgamento que tipificou a homofobia como crime. O voto, porém, é considerado um dos mais emblemáticos da história do STF.

Relação com o Legislativo foi de confronto nos primeiros anos e acomodação nos últimos

Em 2020, a pandemia abriu um novo ponto de atrito. Ministros foram firmes na defesa do isolamento social e lamentaram publicamente a postura negacionista do presidente. O STF proferiu uma série de decisões para frear as medidas anticientíficas do governo, como o incentivo ao "tratamento precoce", comprovadamente ineficaz.

O julgamento que reconheceu a competência de governadores e prefeitos para agir no combate à covid-19 também gerou desgastes. Bolsonaro repetiu diversas vezes que a Corte tinha limitado a atuação do governo federal, o que o Supremo teve de frequentemente desmentir.

A indicação do ministro Nunes Marques ao STF, no lugar de Celso de Mello, pegou a todos de surpresa. Como Bolsonaro já havia sinalizado que optaria por um nome "terrivelmente evangélico", todos apostavam que sua primeira opção para a Corte seria o seu então advogado-geral da União, André Mendonça.

A escolha por Marques teve como pano de fundo a situação do senador Flávio Bolsonaro, investigado pela Justiça estadual do Rio de Janeiro pela prática de "rachadinha". Após um vaivém de decisões que suspenderam e reabriram a apuração, ainda pairava uma indefinição sobre qual seria a instância correta para o julgamento.

Marques era favorável à tese de que Flávio tinha foro especial — portanto, não poderia ter sido investigado na primeira instância da Justiça fluminense. Quando a discussão chegou à Segunda Turma, o ministro confirmou seu voto nesse sentido, formando maioria para anular as provas colhidas até então.

Mendonça chegou à Corte em dezembro do ano passado, em substituição a Marco Aurélio Mello. Passado um ano, os ministros mais antigos ainda têm dificuldades de decifrá-lo. Em alguns casos, sua proximidade com o bolsonarismo parece mais evidente; em outros, nem tanto.

Ele pediu vista de uma ação contra o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), um dos líderes da bancada evangélica, às vésperas da prescrição. Por outro lado, votou pela condenação do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) em razão dos ataques sistemáticos à Corte.

Derrotado nas urnas, Bolsonaro não reconheceu oficialmente a vitória da coligação petista. Seu partido, o PL, insistiu na narrativa falsa de fraude no sistema eleitoral e chegou a pedir ao TSE a invalidação dos votos em 279 mil urnas. A legenda acabou condenada a pagar R$ 22,9 milhões em multa por litigância de má-fé.

Mesmo com o fim do mandato, Bolsonaro terá pendências com o TSE. Ele ainda é alvo de investigações por abuso de poder político, econômico e dos meios de comunicação durante a campanha. Eventual condenação pode torná-lo inelegível por oito anos.

Para o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), em meio ao cenário de crise, Bolsonaro fez um movimento assertivo ao buscar ministros "fruto da política e afeitos ao diálogo" para melhorar a relação com o Congresso. Mesmo assim, ele acredita que Bolsonaro encerra o mandato "menor institucionalmente" porque não conseguiu "externar uma mensagem que dialogue com o futuro e por não deixar uma marca do ponto de vista da gestão". "Foi uma relação muito ruim nos dois primeiros anos pela característica do tensionamento institucional do presidente", comentou.

LECO VIANA/THE NEWS 2/AGÊNCIA O GLOBO

Bolsonaro no 7 de setembro de 2021: ataques ao Supremo em discurso e manifestações foram momento de maior risco

PABLO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO

CPI da Covid no Senado, em 2021, levou Bolsonaro a fazer reforma ministerial para acomodar o senador Ciro Nogueira

Aras diz que procuradores devem atuar com base em provas, não convicções

Isadora Peron
De Brasília

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que os integrantes do Ministério Público devem ter uma postura imparcial e atuar com base em provas, e não convicções. A declaração foi divulgada em vídeo publicado nesta quarta-feira (28) em seu canal no YouTube, cujo mote era falar sobre como será a sua relação com o novo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Não podemos julgar com base em convicções, como foi dito algumas vezes, precisamos promover juízo de valor com base em provas, fatos e provas", disse.

Segundo ele, a atuação do órgão deve "preservar a velha lição de que os membros do Ministério Público e da magistratura falam nos autos, não devem atuar com seus caprichos pessoais, mas sim de forma imparcial".

"Tudo isso está na Constituição. Mas nós precisamos repetir o óbvio. Nós precisamos ter uma instituição impessoal, republicana. Como o próprio título diz, 'procuradores da República', procuradores que preservam a igualdade de oportunidades para todos os membros, que têm o dever de zelar pela correta aplicação da lei, preservando o devido processo legal, sem condenação prévia", afirmou.

Em sua fala, Aras não mencionou o fato de o Lula ter sido preso pela Operação Lava-Jato e, depois, ter os processos anulados por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O petista costuma dizer que foi condenado sem provas.

Na gravação, o procurador-geral da República também voltou a defender a sua atuação em relação ao governo Jair Bolsonaro e disse que abriu oito inquéritos contra o presidente. Para ele, as críticas que sofreu durante os últimos anos, de que se comportava como aliado de Bolsonaro, partem de adversários que "plantam mentiras" na imprensa.

Desde a derrota de Bolsonaro, Aras tem feito movimentos para se descolar do governo. Nesta semana, ele enviou ao STF uma ação para anular o perdão da pena concedido por Bolsonaro para beneficiar policiais militares envolvidos no massacre do Carandiru.

PF cumpre decisão do STF e recolhe pistola e munições de Carla Zambelli

Luísa Martins
De Brasília

A Polícia Federal (PF) informou nesta quarta-feira (28) ao Supremo Tribunal Federal (STF) ter recolhido uma pistola e 12 munições na casa da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), em cumprimento a decisão judicial do ministro Gilmar Mendes.

Em ofício enviado à Corte, a corporação afirma que a parlamentar está fora do país, mas indicou a sua irmã Paula para realizar a entrega voluntária dos equipamentos, o que ocorreu na terça-feira (27).

Conforme determinado pelo ministro, a autorização de porte concedida à deputada foi cancelada, ficando ainda proibida a emissão de novas licenças.

A decisão tem relação com o episódio em que a parlamentar, na véspera do segundo turno das eleições, em 29 de outubro, sacou e apontou uma arma para um homem no bairro dos Jardins, em São Paulo. No dia anterior ao pleito, o porte de armas estava proibido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar de Zambelli ter quatro armas registradas junto à PF, os agentes coletaram apenas uma — as demais não estavam incluídas nem no pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), nem na decisão do relator. De todo modo, Zambelli não pode mais portar nenhuma delas.

Intimada de forma virtual, inicialmente a deputada disse que não poderia cumprir a ordem, pois estava em viagem internacional. Segundo o ofício, ela só concordou com a entrega "dias depois", após uma série de questionamentos sobre a decisão.

A arma e o carregador com as munições estavam na garagem, localizada no quintal da casa da parlamentar. O material foi levado para a superintendência da PF em São Paulo. A corporação aguarda resposta de Gilmar sobre qual destino dar aos objetos.

Em nota, Zambelli confirmou a entrega e disse aguardar a "rápida apreciação de seu recurso" contra a decisão. Segundo ela, o porte de arma "é essencial para sua proteção, em decorrência de diversos ataques e ameaças que recebe constantemente".

Poderes Acordos com PSD, MDB e PDT foram fechados e anúncio de 16 ministros está confirmado para hoje

Pressão do PT veta indicação do União Brasil

Andrea Jubé, Matheus Schuch João Valadares, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet
De Brasília

A três dias da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda administrava conflitos com os futuros aliados na intrincada formação do ministério. De última hora, sob pressão da cúpula do PT da Bahia, Lula vetou a indicação do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), um dos principais aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Em contrapartida, Lula desatou os nós do MDB, PSD e PDT e avançou nas negociações com o União Brasil. Apesar dessas reviravoltas, está confirmada a solenidade de apresentação do lote final de 16 ministros, bem como dos presidentes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras para 11 horas desta quinta-feira (29).

Até o início da semana, estavam avançadas as conversas para que Elmar assumisse o Ministério do Desenvolvimento Regional, representando um grupo de 150 deputados ligados a Lira. Mas nos últimos dias, a cúpula do PT da Bahia, aliada a outros caciques do PT do Nordeste, pressionaram pelo veto a Elmar porque ele fez uma das campanhas mais agressivas contra Lula no Estado. Circulam nas redes sociais vídeos em que Elmar chama Lula de "ladrão". O veto a Elmar, entretanto, coloca em terreno sensível a relação de Lula com Arthur Lira, que caminha para ser reeleito por mais dois anos na direção da Casa.

Em contrapartida, está avançada a negociação para indicar o deputado Paulo Azi, também do União Brasil da Bahia, para o Ministério das Comunicações. O argumento de fontes do PT é de que Azi também faz oposição a Lula e ao PT no Estado, mas seria uma oposição "civilizada". Outro problema é que Elmar é adversário ferrenho do presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), aliado do PT, e esse problema não existe em relação a Azi. No entanto, até o fechamento desta edição, não havia sinalização positiva de que Azi teria demonstrado interesse no espaço.

A oferta do Ministério das Comunicações implicou um movimento radical contra os interesses do PT. Até o começo da tarde dessa quarta-feira (28), a pasta das Comunicações estava destinada ao deputado Paulo Teixeira (SP), secretário-geral do PT. Diante da necessidade de ceder o espaço aos aliados, Lula decidiu que Teixeira vai assumir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa decisão, por sua vez, contrariou o diretório do PT do Rio Grande do Sul, que queria emplacar o deputado estadual Edegar Pretto, derrotado na disputa ao governo do Estado, no comando da pasta.

Mais dois ministérios estão sendo negociados com o União Brasil, que terá 59 deputados e 9 senadores, configurando-se como uma das maiores forças do Congresso. O deputado Juscelino Filho, do Maranhão, é cotado para assumir o Ministério do Turismo. Em paralelo, o senador Davi Alcolumbre (AP), líder do partido no Senado, quer emplacar seu principal aliado, o ex-governador do Amapá Waldez de Góes, no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Mas Waldez de Góes é do PDT. A senadora eleita Professora Dorinha, do União Brasil do Tocantins, teria recusado a oferta para ser titular da pasta.

O diálogo com o União Brasil tem sido o mais complexo, porque a ala do partido egressa do DEM faz oposição histórica ao PT e ainda resiste a fazer parte do governo. De outro lado, Lula resolveu os impasses com MDB, PSD e PDT. Como o **Valor** havia antecipado, a bancada do MDB da Câmara indicou o empresário e presidente do MDB do Pará, Jader Filho, para o comando do Ministério das Cidades. Ele é irmão do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), que se projetou como um dos maiores aliados de Lula no partido. Além disso, o Pará elegeu 9 dos 42 deputados emedebistas.

Em paralelo, também como o **Valor** já havia publicado, foi confirmada a escolha do senador eleito Renan Filho (MDB-AL) para o Ministério dos Transportes, representando a bancada de senadores da legenda. Renan Filho havia sido cotado para o Planejamento, mas a pasta acabou cedida à senadora Simone Tebet (MDB-MS), terceira colocada na disputa presidencial.

Por fim, Lula solucionou a questão do espaço do PSD, que assim como o MDB, ficará com três ministérios. A novidade nessa quarta-feira foi a indicação do ex-líder do PSD na Câmara e candidato derrotado ao Senado em Pernambuco André de Paula para o Ministério da Pesca e Aquicultura. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também foi cotado para o primeiro escalão, mas prevaleceu a opção pelo ex-líder da bancada, um nome mais ligado ao presidente da sigla, Gilberto Kassab.

Os outros ministérios reservados para o PSD foram mantidos. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) será confirmado no Ministério da Agricultura e Pecuária, enquanto o senador não reeleito Alexandre Silveira (PSD-MG) assumirá o Ministério de Minas e Energia. A escolha de Silveira contempla o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que terá o apoio de Lula e do PT para ser reconduzido a um novo mandato na direção da Casa.

Por último, Lula acertou o espaço do PDT, partido do presidenciável Ciro Gomes, que protagonizou algumas das declarações mais duras contra o petista durante a campanha eleitoral. Mesmo assim, ficou definido que o presidente da legenda, Carlos Lupi, vai assumir o Ministério da Previdência Social.

Inicialmente, o PDT havia recusado este espaço, mas voltou atrás e aceitou o convite. Nas primeiras conversas com Lula, Lupi argumentou que o partido pretendia ocupar outro ministério, que permitisse viabilizar políticas públicas. Com a dificuldade do petista em achar outro espaço, o presidente do PDT decidiu nessa quarta-feira que aceitará o posto. Pesou na decisão, segundo interlocutores que acompanharam as discussões, os desafios para recompor a eficiência do INSS, que acumula pedidos de aposentadoria e auxílio-doença e sofre com déficit de servidores.

DANIEL MARENCO/AGÊNCIA O GLOBO
Elmar: deputado e aliado de Arthur Lira fez, de acordo com petistas, uma das campanhas mais agressivas contra Lula na Bahia, o que teria levado ao veto

Presidentes do BB e da Caixa podem ser anunciados hoje

Guilherme Pimenta e Andrea Jubé
De Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode anunciar nesta quinta-feira (29) os nomes para o comando da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. O chefe do Executivo quer duas mulheres no comando das instituições financeiras e, segundo o **Valor** apurou, tende a dar preferência para funcionárias de carreira.

Apesar de vinculados ao Ministério da Fazenda, a ser comandado por Fernando Haddad, o próprio Lula vai anunciar os nomes para os dois bancos públicos, que terão papel chave no governo, principalmente na concessão de crédito e atuação em programas aos mais endividados.

Na Caixa, uma ala da equipe de transição defende que deveria haver uma continuidade no trabalho da atual gestão da Caixa, comandada por Daniella Marques e criticada pelo lançamento de programas com impacto eleitoral durante a campanha. Mas sua gestão também foi marcada por ter alcançado resultados históricos. A carteira de crédito, por exemplo, vai atingir R$ 1 trilhão no fim deste ano. Daniella Marques substituiu em julho Pedro Guimarães, demitido depois de ser acusado de assédio sexual.

Nesse contexto, nesta semana chegou a circular no banco, para assumir a estatal, o nome da vice-presidente de negócios de varejo, Thays Cintra Vieira, que está na instituição financeira há 20 anos. Outro nome cotado para a presidência da Caixa é de Rita Serrano, que faz parte do Conselho de Administração do banco.

Tida anteriormente como favorita, a ex-presidente da instituição Maria Fernanda Coelho será secretaria-executivo do ministério da Secretaria Geral, a ser comandado pelo deputado Márcio Macêdo.

Pelo BB, conforme mostrou o jornal "O Globo", a senadora Kátia Abreu (PP-TO) , que está em fim de mandato, passou a ser vista nas últimas semanas como uma das favoritas para assumir a presidência do banco, hoje comandado por Fausto Ribeiro.

Entre a cúpula do banco, o nome dela já circulava para assumir a vice-presidência de Agronegócios, área a qual tem proximidade — Kátia chegou a ser ministra da Agricultura no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Apesar de não ser funcionária de carreira, seu nome passou a ser vislumbrado também para o comando da instituição.

Entre os nomes que circulam nos bastidores, ainda estão o da atual vice-presidente de controles internos e gestão de risco, Ana Paula Teixeira Sousa, única mulher na cúpula do BB; da diretora jurídica, Lucinéia Possar, que tem boa relação com órgãos de controle e com o Poder Judiciário; e o da presidente da BrasilPrev, Ângela Beatriz de Assis.

Recentemente, entrou também na disputa também Paula Goto, diretora de Planejamento da Previ, e a executiva Ana Cristina Vasconcelos, do BB Previdência, segundo apurou o **Valor**.

O governo eleito reconhece, nos bastidores, as gestões dos dois bancos. No Banco do Brasil, a atual gestão comandada por Fausto Ribeiro é composta por funcionários de carreira e tida como técnica, alcançando resultados históricos e fazendo frente a grandes bancos privados.

Moraes proíbe o porte de armas no DF até o dia 2

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu o porte de arma em todo o Distrito Federal para garantir a segurança durante a cerimônia de posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ocorre no domingo. A proibição começou a valer na quarta-feira (28) e se estende até a segunda-feira (2 de janeiro).

A medida foi adotada após pedido apresentado pelo delegado Andrei Rodrigues, que vai assumir o comando da Polícia Federal (PF). Na véspera, o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, havia anunciado que o Supremo seria acionado para analisar a ideia, após o aumento do clima de tensão na capital federal.

Na decisão, Moraes apontou que a decisão é necessária para garantir a segurança não só de Lula e do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), "como também de milhares de pessoas que comparecerão à posse no próximo dia 1º de janeiro de 2023". Além da cerimônia, um festival de música vai ocorrer na Esplanada dos Ministérios.

O ministro, que nas últimas semanas vem aumento o cerco aos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) que participam de atos antidemocráticos, apontou a existência de "grupos extremistas" que, segundo ele, estão sendo financiados por "empresários inescrupulosos" para protestar contra o resultado da eleição.

"Lamentavelmente, grupos extremistas — financiados por empresários inescrupulosos, explorando criminosa e fraudulentamente a boa-fé de diversos eleitores, principalmente com a utilização de covardes milícias digitais e sob a conivência de determinadas autoridades públicas, cuja responsabilidade por omissão ou conivência serão apuradas — vêm praticando fatos tipificados expressamente, tanto na Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021, relativos aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, quanto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que regulamenta o disposto no inciso XLIII do artigo 5º da Constituição Federal, disciplinando o combate ao terrorismo, inclusive punindo os atos preparatórios", escreveu o magistrado.

Na decisão, ele lembrou ainda que a suspensão temporária do porte de arma já havia sido adotada durante o primeiro e o segundo turno das eleições, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Portanto, estão presentes a proporcionalidade, Justiça e adequação entre os meios necessários a serem utilizados pelo Poder Público, no exercício de sua atividade de garantidor da segurança pública e da Democracia e a restrição temporária e excepcional, no território do Distrito Federal, de todas as espécies de porte de armas, bem como do transporte de armas e munições por colecionadores, atiradores e caçadores, sob pena de prisão em flagrante, por porte ilegal de arma", defendeu.

No despacho, o ministro esclareceu que a medida não se aplica aos membros das Forças Armadas, aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, aos membros da Polícia Legislativa e Judicial e às empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Pelo Twitter, Dino destacou trecho da decisão de Moraes e afirmou que "pessoas que eventualmente descumprirem serão presas em flagrante".

Para PF, Bolsonaro espalhou desinformação sobre pandemia

De Brasília

A Polícia Federal (PF) afirmou, em relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o presidente Jair Bolsonaro agiu de "forma direta, voluntária e consciente" ao espalhar desinformação sobre a pandemia durante uma "live" em outubro do ano passado.

Na transmissão, Bolsonaro associou a vacina contra a covid-19 ao risco de desenvolver Aids e disse que as vítimas da gripe espanhola, na verdade, tinham morrido em decorrência de pneumonia bacteriana, "causada pelo uso de máscara".

O inquérito sobre o caso foi aberto em dezembro de 2021, após um pedido apresentado pela cúpula da CPI da Covid. O relator é o ministro Alexandre de Moraes.

No documento, a delegada Lorena Lima Nascimento, responsável pelo caso, afirmou que a PF concluiu as investigações e havia juntado "elementos probatórios concretos suficientes de autoria e materialidade" em relação a Bolsonaro e a Mauro Cid, ajudante de ordens do presidente que produziu o material divulgado na ocasião.

Para a PF, os dois cometeram os delitos de "provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto", previsto na Lei de Contravenções Penais, e de "incitação ao crime", previsto no Código Penal Brasileiro.

"Jair Messias Bolsonaro, de forma direta, voluntária e consciente, disseminou as desinformações produzidas por Mauro Cesar Barbosa Cid, em sua 'live' semanal no dia 21 de outubro de 2021, causando verdadeiro potencial de provocar alarma junto aos espectadores", afirmou a PF.

Para os investigadores, as declarações sobre o uso de máscara teria o objetivo de incutir na mente das pessoas "um verdadeiro desestímulo" ao uso do equipamento de proteção.

O relatório também registrou que Bolsonaro foi intimado, no início de dezembro, a prestar depoimento sobre o caso, mas não se manifestou. Segundo a PF, essa ausência foi "entendida como exercício de seu direito constitucional de permanecer calado", mas a falta da oitiva "não trouxe qualquer prejuízo à elucidação dos fatos".

Em outro ofício, a delegada também explicou que apresentou o indiciamento em relação a Mauro Cid, mas não a Bolsonaro, porque há divergências, no Supremo, sobre se a PF pode indiciar um político com foro privilegiado.

Ela lembrou que um pedido de autorização em relação a isso já foi encaminhado ao STF, mas que ainda não houve decisão sobre o assunto por parte de Moraes. *(IP)*

A liberdade de Lula no poder

Maria Cristina Fernandes

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um dos maiores feudos de interesses privados encastelados na administração pública do país, com um orçamento superior à quase totalidade dos Estados e dominado pelo Centrão há décadas, será entregue a Fernanda Pacobahyba. Aos 44 anos, intendente da Aeronáutica por 13 anos, doutora em direito tributário, funcionária de carreira da Fazenda do Ceará e atual secretária do órgão, Fernanda venceu os 15 processos que as máfias da sonegação lá incrustadas, moveram contra si. Está, para as políticas de controle, como a futura secretária-executiva do MEC, a governadora do Ceará, Izolda Cela, está para as de educação.

A lógica pode ser replicada para a escolha de Nísia Trindade, a socióloga que preside a Fiocruz e vai para a Saúde, outra caixa preta de lobbies privados entrelaçados no Congresso Nacional e nos tribunais. Ainda que o martelo não tenha sido batido, a ida do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a Petrobras é outro do mesmo quilate. Como ainda não foi anunciado, ainda não se sabe que pressões tem enfrentado na escolha de diretores, mas não há notícia de quem tenha entrado no gabinete do senador, ao longo dos últimos quatro anos, e presenciado escambos na redação de parágrafos, linhas, pontos e vírgulas de projetos de lei. A trinca exemplifica o zelo pela coisa pública como critério para a escolha do comando de grandes orçamentos da União.

Sem os traumas da prisão, Lula será melhor presidente

A leva de ministros egressos da composição da base de apoio no Congresso ainda está por ser anunciada. Nesta lista se conhecerão os titulares de outras caixas-pretas, como a Codevasf, por exemplo, que está sob o abrigo do Ministério da Integração. O grupo que ambiciona a autarquia capitaneou os interesses do setor de gás que não apenas trafegaram com muita liberdade pela MP da Eletrobras, com votos de todos os partidos, como aí permanecem . Esperam encontrar a galinha dos ovos de ouro que financiará seus gasodutos.

O desmonte de parte do orçamento secreto, porém, devolveu ao Executivo uma fatia expressiva dos investimentos. Com isso, sua execução também estará sob o escrutínio das instituições de controle, o que não impede, mas mitiga as chances de assalto aos cofres públicos. A ida da senadora Simone Tebet (MDB-MS) para o Planejamento é outra tentativa de inserir, na alocação do Orçamento, uma mediadora cuja reputação foi construída no combate a interesses escusos. Junte-se a esses nomes aqueles da primeira leva de colaboradores que comporão o coração do governo, como Fernando Haddad e Flávio Dino, e tem-se uma configuração em que carreiras alicerçadas no compromisso com a probidade na gestão pública serão desafiadas a manter a rota para pavimentar ambições futuras.

Com a dieta a que foi submetido o Estado desde que o PT ocupou o poder, o diabo foi buscar abrigo na regulação. E seus detalhes continuarão a ser explorados à exaustão, a começar pelas pressões para que o futuro governo transforme os acordos de leniência fechados pelas empreiteiras envolvidas na Lava-Jato em parcerias público-privadas. É um enrosco que colocará em trincheiras concorrentes a CGU e o TCU, com a mediação concorrente do Ministério da Justiça e do Congresso. Da licitação ao capital de giro, não faltam constrangimentos à volta das antigas empreiteiras para a disputa das obras públicas.

O presidente eleito que volta ao poder 20 anos depois de sua primeira eleição conhece tudo isso pelo avesso. Se sua eleição foi uma vitória da frente antibolsonarista, a escolha de alguns nomes de seu ministério são uma demonstração de que o reconhecimento da injustiça de sua prisão não lhe basta. Ele parece disposto a assumir o ônus da prova. Se pouco se conhece do Luiz Inácio Lula da Silva que passou 580 dias encarcerado, é seu governo que o revelará.

Em mais de uma oportunidade, Lula disse que não se move por ressentimento mas que não esquece o que passou. A memória em modo alerta causou pelo menos um dano recente à sua equipe: o anúncio do futuro do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, previamente à definição do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O modo bravata inviabilizou a entrega da Pasta a um empresário de peso e sacrificou o vice-presidente Geraldo Alckmin, cuja expectativa, por definição do próprio Lula, era de atuar como chefe de governo para liberar o presidente a focar em sua atuação como chefe de Estado.

Só o tempo dirá o impacto da ausência, no núcleo mais próximo de Lula, de um contraponto como o de Alckmin, a quem costuma se referir como aquele que se deve respeitar porque derrotou o PT cinco vezes. O futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa, é um tarefeiro organizado e aplicado que governou a Bahia por oito anos, mas ainda não foi testado em jurisdições ampliadas. Lula não terá um Palácio de contemporâneos na construção do PT, como José Dirceu ou Luiz Gushiken. Na penosa reaproximação com Marina Silva pesou a condição de futura ministra que ombreia com presidente. Do entorno de Lula, a única pessoa que não o chama de presidente — até publicamente — é a primeira-dama, Janja da Silva.

Três pessoas que conviveram com Lula em sua chegada ao poder 20 anos atrás e acompanham sua volta ao Palácio do Planalto convergem na percepção de um pavio mais curto. A impaciência revela, paradoxalmente, um presidente que enfrenta diariamente o peso físico da idade e, emocional, da prisão. A masmorra de Curitiba valorizou o passe de quem não saiu do seu lado e aumentou a expectativa de quem espera ter acesso pela via da bajulação.

A formação da equipe de governo revelou a prisão como fronteira inexpugnável do lulismo. Egressos do lavajatismo são tolerados, mas defensores da prisão, ainda que arrependidos, como o policial rodoviário Edmar Camata, desconvidado para dirigir a PRF, são vetados, como se todos os 60 milhões de eleitores de Lula tivessem chorado em 7 de abril de 2018.

Ao final da formação de governo, por outro lado, a Esplanada deverá estar povoada de apoiadores do impeachment de Dilma Rousseff. Só então será possível aquilatar o peso que os traumas pelos quais o PT passou nos últimos anos terá no próximo governo. Lula será tão melhor presidente quando mais livre estiver deles.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Base reage e Bolsonaro recua de veto a mudança na LDO de 2022

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou pela manhã e, num recuo, sancionou à noite alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 que adia em um ano o cancelamento dos restos a pagar de convênios e contratos firmados entre 2019 e 2020, em grande parte atrelados a emendas parlamentares.

Esses cancelamentos ocorreriam a partir de janeiro, mas agora só serão autorizados depois de 31 de dezembro de 2023. Por outro lado, Bolsonaro manteve o veto ao dispositivo do mesmo projeto que permitia transformar as verbas classificadas como emendas de relator no Orçamento deste ano como discricionárias dos ministérios. No entendimento da cúpula do Congresso, contudo, isso não atrapalhará o pagamento.

Os vetos incomodaram parlamentares e líderes partidários, que chegaram a sondar deputados sobre a possibilidade de convocação de uma sessão extraordinária neste fim de ano para derrubada desses dispositivos e promulgação pelo próprio Legislativo. Esta movimentação, contudo, já está descartada pela cúpula do Congresso. O líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), procurou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-PR), e assegurou que os recursos serão liberados para os ministérios, mesmo sem esse dispositivo.

As emendas de relator, também conhecidas como orçamento secreto, foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 19 de dezembro e os parlamentares aprovaram, logo depois, o projeto que permite ao Executivo transformar os recursos do Orçamento que estavam alocados nelas em gastos dos ministérios. Foi uma forma de tentar preservar as verbas já conveniadas e tentar influenciar politicamente na destinação dos R$ 7,7 bilhões que estavam congelados antes do julgamento. A tendência é que um crédito nesse montante seja aberto no Ministério do Desenvolvimento Regional para execução de obras em convênios com prefeitos.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Ricardo Barros: líder do governo foi ao presidente da Câmara para assegurar que os recursos seriam liberados

O veto à mudança de classificação dos programas no Orçamento ocorreu, segundo justificativa publicada no "Diário Oficial da União", por "vício de inconstitucionalidade, pois [o artigo] desrespeita a pertinência temática exigida, ao veicular matéria estranha ao projeto de lei".

Por outro lado, o governo publicou edição extra do "Diário Oficial da União" à noite recuando do veto sobre os restos a pagar. No documento, é informado que a lei foi republicada "por ter constado incorreção". O veto tinha ocorrido a pedido do Ministério da Economia, que alegou ser inconstitucional esse trecho porque a LDO se refere exclusivamente ao ano de 2022, mas o dispositivo versa sobre recursos de 2019 e 2020. "Tal situação modificaria regra de caráter permanente, ao não considerar a periodicidade anual que o Orçamento público deve guardar", diz a justificativa. O correto, disse, seria aprovar uma lei complementar.

Pelo projeto agora sancionado, os restos a pagar relativos a contratos, convênios ou acordos inscritos no Orçamento em 2019 e 2020, inclusive os ligados ao combate à pandemia em 2020, só poderão ter os saldos não liquidados cancelados depois de 31 de dezembro de 2023. Pela regra atual, esse cancelamento pode ocorrer já a partir de 1º de janeiro de 2023. Grande parte dessas verbas está ligada a emendas parlamentares não pagas.

Cláusula de desempenho beneficia Centrão

De Brasília

PP, Republicanos e Podemos, siglas que devem se manter independentes em relação ao governo Lula (PT) neste começo de mandato, serão os maiores beneficiados pela cláusula de desempenho, mostra levantamento do **Valor** com os parlamentares eleitos. As três legendas receberão, cada uma, dois deputados federais dos partidos que não atingiram o número de votos exigido para terem fundo partidário e propaganda na TV.

A cláusula de desempenho começou a valer na eleição de 2018. Neste ano, só 13 dos 32 partidos conseguiram superá-la, sejam sozinhos ou em federações. Os demais podem se juntar para ultrapassarem a cláusula e, assim, continuarem com o fundo partidário e propaganda eleitoral, ou seguirem sem esses dois recursos até a próxima eleição. De qualquer modo, os deputados eleitos por essas siglas podem trocar de partido sem risco de perderem o mandato por infidelidade.

"Gostaria de manter minha fidelidade partidária, mas o partido não ultrapassou a cláusula de barreira e ficou sem representatividade nenhuma na Câmara, eu não teria como participar de nada assim. Vou para o PP porque tenho bons amigos lá e tem ideologia mais próxima da minha", afirmou o deputado Bebeto (RJ), eleito pelo PTB, que será incorporado pelo Patriota.

Ao todo, 21 deputados estão livres para trocar de partido. Desses, 11 ficarão onde estão, caso dos quatro eleitos pelo Patriota e dos três pelo Novo. Dois só vão decidir depois da posse, em fevereiro, e oito já acertaram seu destino. As siglas de esquerda e os partidos de centro mais próximos do governo Lula, como MDB e União Brasil, foram preteridos. O único governista que crescerá suas fileiras é o PSD. Max Lemos (RJ) deixará o Pros numa negociação que envolveu o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD).

O Podemos incorporará o PSC, mas só dois parlamentares vão ficar, Glaustin da Fokus (GO) e Gilberto Nascimento (SP). Com isso, chegará a 14 deputados, mesmo número do PSDB e PSB. "Recebi outros convites, mas há sinergia com o Podemos e com o grupo político que temos no PSC em São Paulo e que migrará", disse Nascimento. Os outros vão para Republicanos, caso de Aluísio Mendes (MA) e Euclydes Pettersen (MG), ou PSDB, situação de Ruy Carneiro (PB), que tinha deixado o ninho tucano em março para disputar a reeleição (o PSDB não lançou chapa na Paraíba).

Quem mais perderá com a cláusula será a dupla Solidariedade/Pros. Aliados de Lula, ambos viram suas bancadas diminuírem na eleição e decidiram se juntar após o resultado. Ainda assim, dois dos sete eleitos avisaram que sairão e outros dois cogitam essa possibilidade. Weliton Prado (Pros-MG) diz que pode ficar, mas que busca espaço para defender melhor a causa do combate ao câncer e argumenta que a legislação permite que deixe o partido a qualquer momento do novo mandato.

Marcelo Lima (Solidariedade-SP), eleito pela primeira vez, afirmou que só tomará a decisão após a posse e que deseja pautar essa discussão na reforma política. "É uma crítica ao sistema. Para que os partidos fazem essa fusão? É para manter o fundo partidário e cabide de emprego? Ou é para fazer uma mudança no programa que a população não aceitou no dia 2 de outubro?", questiona. "Se for simplesmente para ter o fundo partidário, aí sou contra."

O prazo para tomada dessa decisão é incerto. A emenda constitucional que criou a cláusula de barreira não tratou da questão. Uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2019 teve o julgamento suspenso há dois anos sem resolução. Segundo a advogada Ezikelly Barros, membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), os precedentes da Justiça Eleitoral apontam que essa desfiliação deve ocorrer "em um prazo razoável". "A sugestão da assessoria consultiva do TSE, em parecer na referida consulta, foi de 30 dias após a posse. Não poderia o filiado eleito, por exemplo, deixar o partido no segundo ano da legislatura alegando a cláusula de desempenho como justa causa." ***(RDC e MR)***

Líderes do PL tentam convencer Costa Neto a aceitar Moro

Renan Truffi e Vandson Lima
De Brasília

De olho na corrida pela presidência do Senado, líderes e dirigentes do PL tentam convencer o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, a aceitar uma eventual filiação do senador eleito Sergio Moro (União Brasil-PR) como parte de uma ofensiva para aumentar ainda mais a bancada da sigla na Casa. As conversas buscam quebrar uma resistência que Costa Neto teria ao nome do ex-juiz — Moro foi auxiliar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante o julgamento do mensalão, quando o cacique terminou preso.

A partir de fevereiro, o PL terá 14 senadores no Congresso, mas os dirigentes do partido trabalham nos bastidores para aumentar este número e, consequentemente, fortalecer o nome de Rogério Marinho (PL-RN) para a presidência da Casa. Ele deve disputar o cargo contra o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é o atual presidente da Casa.

As sondagens junto a Costa Neto foram feitas depois que parlamentares do PL receberam recados de um suposto "desconforto" de Moro com a aproximação entre União Brasil, seu atual partido, e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nas últimas semanas, o partido dele passou a pleitear alguns ministérios na Esplanada e, em troca, sinaliza com um possível ingresso na base aliada da gestão petista.

Além do passado de Moro junto ao processo do mensalão e à Operação Lava-Jato, outro obstáculo que dificulta um acerto entre as duas partes é uma ação que coloca o ex-juiz e o PL em lados opostos na Justiça. Isso porque o diretório do partido no Paraná questiona a eleição de Moro em 2022 sob a acusação de abuso de poder econômico.

Os dirigentes do partido acreditam que a decisão judicial deve ser favorável ao ex-juiz enquanto o processo estiver no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, mas apostam numa reviravolta quando o caso chegar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expectativa da legenda é que Moro pode perder seu mandato a partir da análise da Corte.

Além disso, a cúpula do PL do Paraná resiste a ceder espaço para o senador eleito no comando local do partido. É praxe que senadores, quando ingressam numa nova legenda, assumam também a presidência da sigla em seu respectivo Estado.

Segundo pessoas próximas a Costa Neto, a única concordância dele por enquanto foi em relação à negociação para que Moro apoie a candidatura de Rogério Marinho. De acordo com interlocutores, o presidente do partido permitiu que emissários digam que o PL pode "tirar o pé" da ação judicial no TRE se o senador do Paraná topar dar apoio a Rogério Marinho.

Questionado sobre possíveis sondagens, Moro disse que está "focado no bom exercício de meu mandato em 2023 e em fortalecer o União Brasil no Paraná." Enquanto isso, o PL acertou todos os detalhes para anunciar a chegada de outro nome do União Brasil. Trata-se do senador Chico Rodrigues, de Roraima. Com o ingresso de Rodrigues, o PL aumenta sua bancada para 15 senadores a partir de fevereiro.

Em reação, o PSD de Rodrigo Pacheco conseguiu a filiação da senadora Zenaide Maia (RN), que estava no Pros, e de Margareth Buzetti (MT), que é suplente do senador Carlos Fávaro (PSD-MT) e estava no PP. Caso Fávaro assuma mesmo como ministro da Agricultura da gestão Lula, Margareth será empossada como senadora no lugar dele. Somando as duas, o PSD passa a ter 13 senadores.

Internacional

Pandemia Itália detecta covid em metade dos passageiros que chegaram da China em dois voos

Países exigem teste de covid para a entrada de viajantes da China

Julie Steenhuysen
Reuters, de Chicago

Autoridades da área de saúde dos Estados Unidos anunciaram ontem que adotarão a obrigatoriedade de testes de covid-19 para viajantes vindos da China. Com isso, os EUA juntam-se a Índia, Itália, Japão e Taiwan na adoção de novas medidas depois da decisão de Pequim de suspender as políticas rigorosas de covid-zero.

As autoridades federais americanas disseram que, a partir de 5 de janeiro, todos os passageiros com 2 anos de idade ou mais precisarão apresentar o resultado negativo de um teste realizado não mais do que dois dias antes da partida da China, de Hong Kong ou de Macau. Os passageiros que testaram positivo mais de 10 dias antes de seu voo podem fornecer documentação sobre sua recuperação no lugar do resultado negativo.

De acordo com as autoridades, a mudança de política se deve à falta de informações sobre variantes do vírus da covid-19 e a temores de que o aumento do número de casos da doença na China possa resultar no desenvolvimento de novas variantes.

O governo da Itália informou ontem que metade dos passageiros de dois voos vindos da China testaram positivo para covid ao chegar ao país. Por isso, decidiu impor a exigência de teste de covid na chegada à Itália para todos os viajantes procedentes da China. Se novas variantes forem identificadas nesses testes, as restrições de entrada poderão ser reforçadas.

Neste mês, em uma reviravolta abrupta, a China começou a desmantelar a política de combate à covid mais rígida do mundo, com lockdowns e testes frequentes, o que pôs sua fragilizada economia no rumo de uma reabertura completa no ano que vem.

Segundo alguns especialistas em saúde, a suspensão das restrições, depois de protestos generalizados no país, significa que a covid está se espalhando pela China quase sem controle e é provável que milhões de pessoas estejam sendo contaminadas por dia.

Pequim enfrenta críticas internacionais de que seus dados oficiais sobre a covid e a contagem de mortes são inconsistentes com a escala de seu surto.

"Temos apenas informações limitadas em termos do que é compartilhado em relação ao aumento do número de casos, às internações e, especialmente, às mortes. Além disso, houve uma diminuição na realização de testes em toda a China, o que também tornou difícil saber qual é a verdadeira taxa de infecção", disse uma autoridade de saúde dos EUA.

Segundo ele, dados o grande número de pessoas que não foram expostas ao vírus na China, a introdução de variantes ômicron e a reversão das políticas chinesas de covid-zero, as autoridades americanas estão preocupadas com a possibilidade de que haja um grande número de novos casos que levem a internações e mortes no país.

Alguns especialistas em saúde avaliam que o vírus pode infectar até um milhão de pessoas por dia, e análises de modelagem da epidemia sugerem que a China pode ter dois milhões de mortes ou mais.

No início desta semana, autoridades dos EUA citaram "a falta de dados transparentes" da China, uma reclamação persistente de Washington sobre o manejo da pandemia pelo país, como um motivo para considerar a adoção de restrições aos viajantes.

As abordagens dos EUA e da China para combater a covid foram marcadamente diferentes ao longo da pandemia. As altas taxas de contágio nos EUA no início da pandemia levaram Pequim a argumentar que seu modelo de medidas estritas de prevenção salvou vidas. A China tem tido dificuldades para vacinar sua população idosa e ainda não autorizou o uso de vacinas estrangeiras de RNA mensageiro (mRNA). Sua taxa geral de vacinação está acima de 90%, mas a dos adultos que receberam doses de reforço é de 57,9%, e a de pessoas com 80 anos ou mais vacinadas, de 42,3%, segundo dados do governo chinês da semana passada.

A China usa nove vacinas contra a covid desenvolvidas internamente, mas nenhuma foi atualizada para cobrir a variante ômicron, altamente contagiosa.

Em entrevista coletiva, as autoridades dos EUA disseram que ofereceram vacinas de mRNA e outros tipos de apoio à China, mas autoridades chinesas afirmaram publicamente que não precisam da ajuda dos EUA no momento. "Continuamos a manter nossa oferta", disse uma autoridade americana.

Em junho, os Estados Unidos suspenderam a exigência de que viajantes que chegassem ao país por via aérea apresentassem teste negativo para a covid-19, que estava em vigor havia 17 meses. Mas os EUA ainda exigem que a maioria dos não americanos apresente comprovação de vacinação para poder entrar no país.

China voltará a emitir passaporte para turistas

AP PHOTO/NG HAN GUAN

Em mais um recuo da política anterior de covid-zero, a China anunciou ontem que voltará a emitir passaporte para chineses viajarem ao exterior a turismo e vistos de entrada para turistas estrangeiros. O país deixou de emitir passaportes e vistos de turismo no início da pandemia, em 2020. A Agência Nacional de Imigração da China informou que voltará a receber pedidos de passaportes para viagens a turismo a partir de 8 de janeiro. Mas não deu prazo para o retorno da concessão de vistos de turismo a estrangeiros, que serão retomados gradualmente. Na foto, residentes de Pequim solicitam passaporte, que hoje só são concedidos para viagens oficiais, a negócios e alguns outros casos.

Japão registra recorde de mortes por covid-19

Agências internacionais

O número de casos e de mortes por covid-19 voltou a crescer no Japão. O país registrou ontem um recorde de óbitos em um único dia: foram 415 vítimas. O total de novas contaminações chegou ontem a 216.219, 4% a mais do que o observado na semana anterior. A alta de casos da quarta-feira faz o país se aproximar da pior marca desde o início da pandemia. Em agosto, em um único dia, foram cerca de 260 mil novos casos confirmados.

Segundo os dados compilados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), nos últimos sete dias, o Japão foi o país com o maior número de casos confirmados e o segundo em número de mortes, atrás apenas dos EUA.

O governo japonês tem discutido a possibilidade de reduzir nível de atenção sanitária para covid, colocando-a no mesmo patamar da influenza.

Se as autoridades sanitárias realmente reclassificarem o status da covid, não haverá mais necessidade — segundo os possíveis novos protocolos — de isolar pacientes ou de restringir os contatos de viajantes que chegam de outros países.

Preço do gás na UE volta a nível de antes da guerra

Shotaro Tani
Financial Times, de Londres

Os preços europeus do gás natural caíram para níveis registrados pela última vez antes da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro, pois o clima mais quente ajuda o continente a conservar suas reservas.

O contrato futuro de gás para o mês que vem no mercado holandês TTF, que é o padrão de referência europeu, chegou a cair ontem 7,4%, para € 76,78 por megawatt-hora – o menor nível dos últimos 10 meses, segundo dados da Refinitiv. Esse preço foi registrado pela última vez pouco antes de a Rússia iniciar seu ataque à Ucrânia.

Mas ao final do dia ontem o preço se recuperou para € 80,55 euros, uma queda de 2,8%.

O uso que Moscou faz das commodities que vende para a Europa como armas, combinado com temperaturas recordes, ajudou a empurrar os preços do gás para mais de 300 euros por megawatt-hora durante o verão europeu, no meio do ano.

Num esforço para conter o aumento dos preços, a União Europeia (UE) adotou uma série de medidas, entre elas o armazenamento obrigatório de gás e metas de redução de consumo.

Esta última queda de preços se deve às temperaturas mais altas do que o normal neste inverno em boa parte da Europa, que devem durar até o ano novo. À medida que o clima mais quente reduziu a demanda por aquecimento, a Europa pôde voltar a aumentar seu estoque de gás, que havia caído a partir de meados de novembro e com as ondas de frio no início de dezembro.

Desde a véspera do Natal, a Europa tem enviado mais gás para suas unidades de armazenamento do que retirado, com o que os níveis de estocagem tinham subido 0,28% até segunda-feira.

De acordo com a Gas Infrastructure Europe, a associação representativa do setor, a capacidade de estava em 83,2% em 26 de dezembro – ainda abaixo do seu ponto mais alto de meados de novembro, de 95,6%.

O nível atual é 30% maior do que o do mesmo período do ano passado, quando a Europa teve níveis de armazenamento excepcionalmente baixos, e cerca de 10% superior ao da média dos cinco anos anteriores.

A menor demanda por gás também ajudou os estoques, já que a região reduziu suas necessidades em cerca de um quarto em comparação com a média de novembro dos últimos cinco anos, depois de registrar uma queda semelhante em outubro.

Analistas alertam que a Europa ficará em uma situação difícil quando precisar reabastecer seus estoques de gás no ano que vem, já que o volume de gás fornecido pelos gasodutos russos será consideravelmente menor e o mercado de gás natural liquefeito (GNL), de que a região dependeu este ano, continua apertado.

"Para aumentar os estoques de gás para o próximo inverno, a Europa ainda precisará avaliar como lidar com a sua demanda, com a redução da importação [de gás] via gasodutos da Rússia e com o aumento da concorrência pelo GNL, à medida que a economia chinesa for se reabrindo após a pandemia [de covid]", disse Glen Kurokawa, chefe do setor de energia da consultoria CRU.

Ele afirmou que "se o preço do gás TTF continuar baixo, pode haver alguma revisão para cima no uso industrial de gás na Europa", como, por exemplo, para produção de amônia. "Mas qualquer aumento pode ser limitado porque os custos de produção industrial continuarão muito altos... É provável que no início de 2023 a demanda europeia de gás continue pressionada em uma base ano a ano."

Os países europeus têm trabalhado num pacote de medidas para evitar que os preços da energia subam como no verão passado. Antes do Natal, os ministros da UE chegaram a um acordo para fixar um teto para os preços do gás no bloco quando estes chegarem a € 180 por megawatt-hora por três dias e ficarem € 35 por megawatt-hora ou mais acima dos preços mundiais do GNL.

Preços em queda

Custo do gás natural europeu despenca

Fonte: Refinitiv / FT

Venda de gás russo caiu pela metade neste ano, diz estatal

Agências internacionais

A exportação de gás russo para a Europa ocidental caiu pela metade neste ano, segundo dados divulgados ontem pela estatal russo Gazprom. As vendas devem cair mais ainda em 2023.

A empresa diz ter vendido 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural neste ano, uma queda de 46% em relação a 2021. O nível é o menor desde o começo do século.

Moscou vem cortando, desde meados deste ano, o fornecimento de gás à Europa em retaliação às sanções europeias contra a Rússia, adotadas devido à invasão russa da Ucrânia. O fluxo para a maior parte da Europa está hoje perto de zero.

Curta

Mortes nos EUA

Fortemente afetada pela nevasca histórica, a cidade de Buffalo, no Estado de Nova York, começou a viver ontem momentos de algum alívio, graças a uma leve melhora no clima. No entanto, moradores convivem com a trágica possibilidade de que mais corpos sejam encontrados sob a neve. Mais de 30 mortes já foram confirmadas na região. Em todo o país, pelo menos 60 pessoas morreram em incidentes relacionados ao clima nos últimos dias, informou a NBC News. As equipes de emergência continuaram localizando e removendo veículos sob montes de neve. O serviço de meteorologia prevê um rápido degelo no final desta semana e chuva que pode desencadear inundações

Transporte marítimo para Rússia deve ficar sem seguro

Carolyn Cohn e Jonathan Saul
Reuters, de Londres

Coberturas de seguro contra riscos de guerra para navios cargueiros estão sendo canceladas para embarcações que operam na Rússia, Ucrânia e Belarus.

A partir de 1º de janeiro, os Clubes de Proteção e Indenização (ou apenas Clubes de P&I) American, North, UK e West não vão mais cobrir alguns riscos na região de conflito, segundo comunicados recentes divulgados em seus websites.

Esses clubes estão entre as maiores seguradoras P&I, que oferecem cobertura a cerca de 90% dos navios que cruzam os oceanos.

Resseguradoras — que são as companhias que seguram as seguradoras — já haviam decidido deixar de operar na região em função das graves perdas que registraram, tanto em função da guerra quanto em função do furacão Ian, que atingiu a Flórida há alguns meses.

Os clubes de P&I são importantes instituições no transporte marítimo e têm um histórico de assumirem alguns riscos no setor que seguradoras tradicionais muitas vezes rejeitam.

No dia 23, a P&I UK afirmou que suas dificuldades estavam relacionadas à falta de disponibilidade de resseguro. "As resseguradoras dos clubes já não estão mais dispostas a garantir resseguro para exposição ao risco de guerra nos territórios de Rússia, na Ucrânia e Belarus", disse a instituição britânica em nota.

A P&I American afirmou no mesmo dia que seus resseguradores, que antes aceitavam coberturas de risco de guerra, notificaram que não mais faria contratos na região.

Navios cargueiros normalmente contam com seguros P&I, que dão garantias em casos de danos a terceiros e também a danos ambientais. Há outros tipos de contrato para a cobertura de danos físicos ao casco e ao maquinário dos navios.

A decisão de abandonar coberturas para o transporte que passa pela zona de guerra envolve alguns, mas não todos os contratos oferecidos pelos clubes P&I, segundo três fontes do setor. "Isso está sendo impulsionado pelo resseguro", disse Stephen Rebair, vice-diretor global da North of England, acrescentando que os resseguradores estão limitando sua exposição à região. Esse movimento tem vários reflexos, segundo afirmam algumas fontes do setor. Afretadores passam a ter mais dificuldade para segurarem os navios, os preços no setor sobem e , em alguns casos, a cargueiros podem acabar cruzando os oceanos sem a cobertura de uma apólice.

Entre as empresas que oferecem resseguro para o setor estão players globais como Hannover Re, Munich Re e a Swiss Re. As empresas não quiseram fazer comentários sobre o assunto.

No início do mês a agência "Reuters" informou que uma nova cláusula proposta nos contratos estava circulando pelas resseguradoras. A cláusula em discussão excluía riscos relacionados à guerra tanto para aviões quanto para navios na Ucrânia na Rússia e em Belarus. Em meio a essas restrições, o governo do Japão cobrou da seguradoras que aceitem continuem oferecendo seguro marítimo para embarcações que transportam gás natural e liquefeito pelos mares da Rússia. (Com reportagem do **Valor**)

Rússia insiste em manter áreas anexadas

Reuters

Moscou voltou afirmar ontem que o fim da guerra com a Ucrânia só ocorrerá se Kiev aceitar a anexação pela Rússia de quatro regiões ucranianas. Luhansk e Donetsk, no leste; e Kherson e Zaporizhzhia, no sul. Dmitry Peskov, porta-voz do Kremlin, afirmou que qualquer plano de paz com a Ucrânia terá de passar necessariamente pela aceitação dessas anexações. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskiy, vem rejeitando essa exigência e defende uma agenda de paz com dez pontos, que inclui a demanda que a Rússia respeite a integridade territorial de seu país e que retire as tropas.

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Onda de reajustes salariais começa pela elite do Estado

Governos e Legislativos voltaram a agir como se as restrições financeiras tivessem acabado. Represados nos últimos dois anos, os reajustes salariais voltaram em grande escala. A reposição plena da inflação passada parece ter se tornado mais um direito de quem trabalha para o Estado, ao lado da estabilidade no emprego (ainda vigente para 10 milhões de 11,5 milhões de funcionários em todo o país). No mesmo país, os salários dos 40% trabalhadores mais pobres da iniciativa privada só agora se igualaram aos já baixos que vigiam antes da pandemia e até há pouco as correções salariais por índice abaixo da inflação predominavam.

No Executivo federal a fila foi puxada pela aprovação de reajuste de 28%, divididos em três anos, para os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, cujos vencimentos são também o teto salarial da União. Com isso, ao fim, os vencimentos dos ministros e o teto serão elevados para R$ 46,36 mil reais. Foram aprovadas correções da mesma magnitude para a Procuradoria Geral da República para a Defensoria Pública. A lista de beneficiários , no entanto, é bem maior, e inclui os estipêndios de juízes federais e membros de outros tribunais superiores, vinculados a uma fração do que é percebida pelos ministros do Supremo.

Outra fila foi puxada pelo Legislativo federal, que aprovou reajuste para deputados, senadores, ministros de Estados e presidente da República de 37,3%, praticamente em três parcelas, com 16,33% aplicados imediatamente, mais 6% em abril do ano que vem e mais duas parcelas em fevereiro de 2024 e 2025. Aqui também o exemplo da União se dissemina por Estados e municípios — a remuneração de deputados estaduais cuja remuneração guarda relação com os vencimentos dos deputados federais.

Os governadores não poderiam ficar de fora e a Assembleia Legislativa de São Paulo, com apoio do governador bolsonarista eleito, Tarcísio de Freitas, e da bancada petista, reajustou o salário de governador, secretários de Estado e cargos comissionados em 50%, elevando o teto do Estado para R$ 34 mil. O secretário da Fazenda, Felipe Salto, defendeu o reajuste argumentando que a folha de pagamentos paulista corresponde a 37,6% da receita corrente líquida do Estado, bem distante do limite de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo menos 12 Estados aprovaram correções salariais para o funcionalismo e todos os demais encaminharam propostas com a mesma finalidade às Assembleias. Ao mesmo tempo, muitos deles passaram a elevar o ICMS de vários produtos, aumentando a mediana da alíquota que serviu de limite para bens essenciais, como telecomunicações, energia e gasolina. O motivo é obter compensação pela redução do imposto patrocinada pelo presidente Bolsonaro com apoio do Congresso.

Haverá mais pressão por ajustes, porque ainda não foi definida a correção dos salários dos servidores públicos (exceto, até agora, os do Legislativo, que terão 18,13% em três parcelas). Até sair das mãos do ministério da Economia, o orçamento de 2023 reservara para esse fim verbas que corresponderiam a um ajuste de 8% para eles. Como a PEC da transição liberou muito mais dinheiro do que o que será gastos com o pagamento do Auxílio Brasil e com o adicional de R$ 150 para famílias com crianças menores de 6 anos, é possível que parte dos recursos extras sejam igualmente consumidos pela folha de pagamento do funcionalismo.

Com um número de funcionários menor que o da média dos países da OCDE, o Brasil gasta com salários mais do que a mesma média, o que reflete privilégios em penca da elite do funcionalismo. A reposição integral da inflação é um direito não escrito que os separa ainda mais dos trabalhadores da iniciativa privada. Nos últimos 12 meses findos em novembro, segundo o Salariômetro da Fipe, 41,9% dos acordos e dissídios estipularam reajustes abaixo da inflação (INPC). Só 31,4% a repuseram integralmente.

A forma correta de corrigir o cipoal de distorções no setor público é uma profunda reforma administrativa. Ela foi praticamente sepultada por Bolsonaro, cujo desinteresse sobre esse assunto, e muitos outros, foi notório, e o governo petista que será empossado no primeiro dia de 2023 não demonstra interesse nela — se algo se falou sobre isso no diagnóstico feito pelos grupos de transição, foi inaudível. No geral, o PT, defende a manutenção dos benefícios que as elites dos servidores têm e os demais trabalhadores, não.

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora
Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

PEXELS/INFOGLOBO

Mulheres são a maioria desses jovens e um dos grupos mais atingidos pelas crises. Por ***Denise Freire e João Saboia***

Aumenta a escolaridade dos 'nem-nem' no Brasil

Os jovens que nem trabalham e nem estudam no Brasil sempre estiveram associados à sua baixa escolaridade, que ajudaria a explicar sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho. As informações divulgadas na Síntese de Indicadores Sociais 2022[1], do IBGE, mostram que no início da década passada os jovens (entre 15 e 29 anos) com até o ensino médio incompleto realmente predominavam no conjunto de jovens na condição de nem-nem. Entretanto, a partir de 2015 esse quadro se alterou com a prevalência dos jovens com o ensino médio completo ou nível mais elevado entre os jovens nesta condição.

Mais escolarizados

Distribuição dos jovens (em %) - 2012-2021

Ano	Total			Nem-nem		
	Até fundamental incompleto	Fundamental completo até médio incompleto	Médio completo ou nível mais elevado	Até fundamental incompleto	Fundamental completo até médio incompleto	Médio completo ou nível mais elevado
2012	23,2	30,0	46,8	31,4	22,0	46,6
2013	22,2	30,4	47,4	30,7	22,4	46,9
2014	20,7	30,3	49,1	28,6	22,9	48,5
2015	19,9	30,1	50,0	26,6	22,9	50,5
2016	18,9	30,0	51,1	25,6	21,6	52,8
2017	18,3	30,0	51,7	25,1	22,6	52,3
2018	17,3	29,1	53,6	23,9	22,0	54,1
2019	15,9	28,9	55,2	22,4	21,1	56,5
2020	14,0	28,0	58,0	17,9	18,9	63,2
2021	14,1	28,6	57,3	17,7	18,7	63,6

Fonte: Elaboração própria a partir da Síntese de Indicadores Sociais 2022 (IBGE, 2022).

Essa mudança no perfil está em parte associada ao aumento da escolaridade média da população brasileira ao longo das últimas décadas, mas também às dificuldades enfrentadas pelos jovens na inserção no mercado de trabalho durante e após as crises econômicas recentes de 2015-2016 e de 2020-2021.

Durante as duas crises, os jovens foram muito impactados no mercado de trabalho com redução do seu nível de ocupação e aumento da taxa de desocupação. Em 2020, por exemplo, a taxa de desocupação no Brasil era de 13,8%, em média, mas para os jovens atingia 24,1%. Em 2021, o cenário se manteve. Nesse contexto, os jovens que nem trabalham e nem estudam, conceito que considera tanto o jovem que busca trabalho (desocupado) como o que não busca (fora da força de trabalho), totalizavam 14 milhões em 2020 (28% dos jovens), o maior valor da série iniciada em 2012. Em 2021, esse total recuou para 12,7 milhões (25,8% dos jovens), mas ainda acima dos valores observados antes da crise da covid-19.

Analisando todo o período 2012-2021, a taxa de ocupação dos jovens (44%) era o dobro do percentual de jovens que nem trabalham e nem estudam (22%) entre 2012 e 2014. Em 2015 e 2016, a taxa de ocupação recuou, devido à crise econômica, atingindo patamar abaixo de 40%, enquanto a taxa de jovens na condição nem-nem cresceu, situando-se em torno de 24% até 2019. Em 2020, a crise econômica ocasionada pela pandemia levou a uma nova redução da taxa de ocupação dos jovens (35%).

Em contrapartida, a taxa dos jovens que nem estudavam e nem trabalhavam aumentou novamente, atingindo o maior valor da série, 28%. Em 2021, com a recuperação parcial da economia, a taxa de jovens na condição nem-nem recuou para 26%, ainda acima do nível pré-pandemia, 24%, em 2019.

Considerando o nível de instrução, havia uma sobre representação dos jovens com até o nível fundamental incompleto entre os jovens na condição nem-nem em comparação com a totalidade dos jovens entre 2012 e 2014 (Tabela). A partir de 2015, os jovens com ensino médio completo ou mais passaram a ter uma maior participação entre os jovens na condição nem-nem do que no total de jovens, além de passarem a representar mais da metade dos jovens nesta condição (50,5%).

Crises econômicas lançaram à condição de nem-nem parte de jovens mais instruídos que estavam ocupados

A participação dos jovens mais escolarizados na condição nem-nem aumentou nos anos seguintes e foi amplificada na crise econômica recente, fazendo com que 63,6% (8,1 milhões) do total de 12,7 milhões de jovens nem-nem tivessem pelo menos o ensino médio completo, bem acima da participação entre a totalidade dos jovens, 57,3%. Ou seja, a partir da crise econômica de 2015-2016 e com a nova crise de 2020, o aumento da participação dos jovens nem-nem mais escolarizados foi bem mais expressivo do que no conjunto dos jovens.

Portanto, desde 2015, a maioria dos jovens que está na condição nem-nem no Brasil possui pelo menos o ensino médio completo ou nível mais avançado, o que difere do perfil de jovem nem-nem com baixa escolaridade como existia anteriormente. Essa mudança de perfil dos jovens nesta condição certamente tem relação com o aumento da escolaridade da população brasileira ao longo das últimas décadas, mas seu crescimento é proporcionalmente muito maior do que o crescimento da escolaridade da população jovem.

Outra razão para a mudança seria a redução na oferta de trabalho para os jovens ocasionada pelas duas crises econômicas recentes, que lançou à condição de nem-nem uma parte de jovens mais escolarizados que estavam ocupados anteriormente. Esses jovens possivelmente perderam as suas ocupações e não conseguiram mais se reinserir, seja pela falta de oportunidades, seja pela decisão de se manterem fora da força de trabalho pelo desalento ou em decorrência das atribuições domésticas.

O próprio aumento da escolaridade fez com que a oferta de jovens com nível médio ou superior no mercado de trabalho tendesse a aumentar dificultando a obtenção de empregos para esses jovens mais escolarizados. Cabe ainda acrescentar que as mulheres representam a maioria dos jovens nem-nem, 63%, em 2021, e foram um dos grupos mais atingidos nas crises econômicas recentes.

Identificar as mudanças no perfil dos jovens na condição nem-nem é importante para a promoção de políticas públicas adequadas. Os jovens que concluíram pelo menos o ensino médio necessitam de oportunidades de trabalho. Este foi o principal motivo apontado pelos homens para se tornarem nem-nem e o segundo pelas mulheres, que indicaram a necessidade de cuidado de filhos e parentes como o principal. O Estado precisa atuar para incentivar a geração de novas oportunidades de trabalho e montar uma rede de apoio para os jovens em todo o país.

1- Todas as informações estatísticas apresentadas no texto são oriundas da Síntese de Indicadores Sociais 2022 do IBGE.

Denise Guichard Freire é pesquisadora sênior do IBGE.
João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ.

Veredas nas finanças do clima

Joaquim Levy

A COP 27 não trouxe grandes acordos, estando afastada uma data para se encerrar o uso do carvão na geração de energia. O fundo de compensação por perdas e danos decorrentes da mudança climática desenhado no Egito está limitado a alguns países e não tem recursos definidos. Talvez a principal novidade tenha sido a proposta da delegação americana de as grandes empresas comprarem mais créditos de carbono.

A proposta americana foi recebida com cautela, apesar de ela visar baixar o custo da transição energética, aproveitando os ganhos típicos do comércio, nesse caso de créditos de carbono. Ao focar em créditos associados ao carvão, ela não promove diretamente o financiamento da preservação das florestas tropicais, mas aviva a discussão do assunto.

Há ambientalistas que temem que o comércio de créditos de carbono retarde a transição energética, permitindo aos grandes emissores um ajuste mais lento e desestimulando o avanço tecnológico. Essa é uma hipótese a ser testada, mas há mérito em diminuir logo as emissões, ao menor custo possível e dando tempo para as novas tecnologias se firmarem e as cadeias de suprimento para viabilizá-las se organizarem de maneira justa e atenta a riscos ambientais e sociais. Até porque os consumidores estão sensíveis ao preço das coisas e os recursos públicos para o clima andam escassos.

Créditos de carbono de qualidade têm sido considerados especialmente para compensar as emissões de escopo 3, isto é, aquelas associadas ao carbono emitido pelo consumidor final ou por terceiros na cadeia de valor da empresa. Empresas petroleiras comprarem, por um período limitado, créditos de carbono lastreados em emissões evitadas pelo menor uso do carvão poderia, por exemplo, custar menos ao motorista americano ou europeu do que a transição acelerada da frota veicular. O fluxo financeiro gerado pela compra poderia ajudar a amortecer o impacto social e econômico do fechamento de termoelétricas e minas de carvão em países como a Índia.

Esse tipo de duplo ganho ocorreria também na compra de créditos originários da preservação da floresta ou do reflorestamento. Essa compra geraria, se observadas as devidas salvaguardas, recursos para melhorar agora a vida das populações guardiãs das matas tropicais.

Um caminho distinto é exigir que as empresas reduzam suas próprias emissões de acordo com uma meta estabelecida pelo governo. Essa é a estratégia da União Europeia (UE), que estabeleceu uma trajetória para as emissões totais e distribui permissões de emitir (créditos) para diferentes setores, de acordo com a avaliação da capacidade de cada um deles cumprirem o teto de CO_2 estabelecido. As empresas acima do teto são penalizadas, salvo se comprarem créditos de carbono de empresas que tenham ficado abaixo dele. O mercado onde essa compra se dá e onde a tonelada de CO_2 custa perto de US$ 100 de modo geral exclui créditos de fora da UE.

A distribuição gratuita de créditos pela UE às empresas deve acabar, enquanto residências e o transporte deverão ir para debaixo do teto, assim como indústrias de fora da Europa. Essa última inclusão se dará através de uma sobretaxa na importação de bens cuja pegada de carbono exceda o teto da UE. A venda de permissões oficiais e a cobrança dessa sobretaxa poderão subsidiar pesquisas e investimentos na Europa, mas não há previsão de drenar parte desses fluxos para um fundo que irrigue as tentativas de reduzir as emissões nos países mais pobres.

A busca de financiamento para cortar emissões em países pobres na ausência de um mercado de carbono voluntário e de maior financiamento privado tem despertado novo interesse pelos bancos de desenvolvimento e FMI. É pouca a expectativa, no entanto, de grandes aumentos de capital nos bancos multilaterais tradicionais no curto prazo, dados os desafios orçamentários dos seus principais acionistas e alguns impasses na sua governança.

O G20 tem, assim, estimulado maior alavancagem desses bancos para financiar a baixa das emissões. O maior obstáculo a essa alternativa é ela talvez elevar o custo dos empréstimos dos bancos multilaterais, afugentando os melhores tomadores e aumentando o prêmio cobrado dos tomadores mais frágeis.

Mercado global de créditos de CO_2 e de bonds focados na proteção da floresta podem ser chave para a Amazônia

Diante dos limites dos bancos de desenvolvimento, a ideia de emitir mais direitos especiais de saque (DES), a moeda do FMI, tem ganhado destaque. Especialmente depois da recente emissão de US$ 650 bilhões desses direitos para ajudar numerosos países a financiar a importação de equipamentos e vacinas durante a covid.

O entusiasmo com os DES pode, no entanto, ser moderado por alguns motivos. Os DES só têm valor se convertidos em moedas fortes, e essa conversão pode ser globalmente inflacionária. Além disso, quando um país saca seus DES para convertê-los, ele passa a pagar juros para o FMI numa taxa que reflete aquelas das moedas que compõem o DES. Essa taxa já está perto de 3% ao ano, podendo se aproximar de 4% se os principais bancos centrais caminharem para onde sinalizam.

Assim, mesmo que os novos DES sejam distribuídos em proporção ao custo de descarbonização de cada país e não ao seu PIB e fluxo de comércio, o financiamento das ações climáticas não será gratuito para a maioria. A não ser que países com muitos DES cedam alguns deles para os com maior necessidade. Finalmente, países que precisam de autorização legislativa para apoiar a emissão de DES — que têm natureza para-fiscal — podem resistir a uma iniciativa dessas.

Felizmente, a transição energética no Brasil não dependerá desses esquemas, se acoplarmos os biocombustíveis à tração elétrica veicular, a regulação do setor elétrico for adequada e dermos segurança ao investimento privado. Já, um mercado global de créditos de carbono e de bonds focados na proteção da floresta podem ser chave para a Amazônia.

•

O ano está acabando sem sabermos o desfecho da guerra na Ucrânia. Mas talvez valha lembrar que, se a identidade russa se forjou desde Nevsky na exitosa defesa do seu território, por vezes o insucesso militar no exterior, como na Moldávia nos 1850s, em Tsushima e no Afeganistão, foi seguido de importantes reformas liberalizantes.

Feliz 2023!

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial.

Frase do dia

"O que eu quero dizer é: o governo tem que dizer ao que veio logo. Arrumar a casa é o item um".

Do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prometeu rever desonerações e benesses eleitorais dadas por Bolsonaro

Tentar economias de escala com produtos que dão prejuízo não dá certo. Por ***Brooke Master***

Três caminhos errados das Big Techs

Durante 20 anos, as gigantes do Vale do Silício e suas colegas definiram o padrão para o sucesso empresarial com um conjunto simples de estratégias: inovar rapidamente e gastar muito para conquistar clientes. A velocidade, em vez da perfeição, e o alcance, em vez dos lucros, provaram ser a chave para estabelecer posições dominantes que permitiram a elas afastar, esmagar ou comprar rivais potenciais.

Empreendedores de todas as partes prestaram atenção nisso, e a premissa de que crescer em escala e alcançar a lucratividade era a parte mais fácil tornou-se dominante para muito além das plataformas da internet de onde essas ideias se originaram.

Os investidores, desesperados por crescimento e taxas de retorno em meio a juros historicamente baixos, ficaram mais do que contentes em dar prioridade à promessa de crescimento e não aos ganhos de curto prazo. Durante a pandemia, essa tendência se tornou extremada, enquanto as ações de empresas com grandes sonhos e perdas igualmente grandes disparavam para alturas vertiginosas.

Esses dias acabaram. A inflação e a elevação de juros dos bancos centrais mudaram o cálculo financeiro. Quando os investidores podem obter retornos mensuráveis de depósitos bancários e títulos de primeira linha, os investimentos especulativos que prometem crescimento perdem sua vantagem. Os preços das ações de Google, Amazon e Facebook caíram entre 40% e 60% com relação a um ano antes, e seus concorrentes mais novos saíram-se ainda pior. Um índice do Goldman Sachs de empresas de tecnologia não lucrativas caiu 77% desde seu pico, em fevereiro de 2021.

Também há uma sensação cada vez maior de que os desafios mais importantes do nosso tempo — melhorar a área da saúde, reduzir as emissões de carbono, basicamente qualquer coisa que envolva o mundo real em vez de um produto apenas digital — exigirão uma abordagem diferente.

A maior parte das grandes empresas de tecnologia ficou rica com softwares, que podem ser atualizados com facilidade e cuja distribuição em grande escala sai praticamente de graça. Esse tipo de inovação online dá uma enorme ênfase, e com razão, ao modelo "failing fast" (algo como falhar rápido em português): lançar um produto com rapidez, conquistar seguidores e corrigir os defeitos depois.

Inovar rápido e gastar muito para conquistar clientes. A velocidade, em vez da perfeição, e o alcance, em vez dos lucros, provaram ser a chave para estabelecer posições dominantes que permitiram a elas afastar, esmagar ou comprar rivais potenciais

O mesmo simplesmente não se aplica no caso de um carro, um medicamento ou mesmo de um novo sabor de carne embalada. Esses produtos precisam funcionar corretamente e atender às normas de regulamentação desde o começo. Instalações de produção e redes de distribuição não podem ser criadas do nada, ou alteradas mais tarde com facilidade.

No âmbito físico, um inovador pode ver sua liderança evaporar diante da concorrência de rivais com experiência em produção e distribuição. A Tesla está descobrindo isso da maneira mais difícil. Sua participação no mercado de veículos elétricos dos Estados Unidos caiu para menos de 65%, em comparação com os 79% de cinco anos atrás. E a S&P Global Mobility prevê que ela cairá para menos de 20% até 2025, à medida que outros fabricantes lancem caminhões elétricos e modelos mais baratos de carros a uma velocidade maior do que aquela com que a Tesla consegue construir novas fábricas.

"O mundo real simplesmente é mais complicado. Mesmo que você tenha um ótimo carro, você precisa construí-lo em uma fábrica. Tem de achar um terreno, conseguir o zoneamento, encontrar pessoas. Não é algo que possa ser testado pelo método A-B", diz David Millstone, coexecutivo-chefe da Standard Industries, um conglomerado industrial de capital fechado.

A iniciativa da Standard de concorrer com a unidade de painéis solares residenciais da Tesla é um bom exemplo. Depois de anos de muita propaganda, a Tesla registrava uma média de 23 telhados solares por semana no início de 2022, ou cerca de 1.200 instalações por ano.

Quando a segunda fábrica GAF Energy da Standard abrir em 2023, ela produzirá telhas suficientes para revestir 50 mil telhados por ano. Essas telhas solares mais baratas também podem ser instaladas por um telhador convencional munido de uma pistola de pregos, em vez de um especialista. Ainda assim, expandir não tem sido fácil, mesmo para uma empresa que já é a maior fabricante mundial de materiais para telhados. Como grande parte do mundo empresarial dos EUA, a GAF se viu às voltas com a escassez de mão de obra. No fim, precisou criar um programa de capacitação que prepara veteranos das Forças Armadas, pessoas que cumpriram penas de prisão e jovens em situação de risco para trabalhar no setor.

O terceiro grande erro que os imitadores das Big Tech cometeram foi presumir que clientes se tornariam fiéis já desde a sua primeira compra. Muitas empresas de serviços digitais e comércio eletrônico acreditaram que seu rápido crescimento durante os lockdowns da pandemia marcava um aumento duradouro nas receitas, em vez de uma sacudida única e extraordinária que perdeu força rapidamente diante da renovação da concorrência. Alguns dos grandes sucessos da pandemia, como Zoom Video Communications, Delivery Hero e Peloton, estão entre aqueles jogados de volta à vida real.

"Na tecnologia de forma geral, e na área de software especificamente, o efeito de rede é uma fonte de vantagem potencial, mas... o modelo de correr para conquistar participação não funciona em muitos outros setores", diz David Garfield, chefe mundial para indústrias da AlixPartners.

Dedicar um tempo para fazer um produto bem feito soa muito menos emocionante do que "agir rápido e tolerar falhas". Mas para a maioria das empresas, na maioria dos setores, isso é quase certamente o caminho para um sucesso mais duradouro.

Brooke Masters é editora de Finanças do FT nos Estados Unidos.

Cartas de Leitores

Valor

Com esta mensagem, quero parabenizar a todos os integrantes desse conceituado jornal **Valor** Economico, que publicou em 26 de dezembro, como retrospectiva, suas Primeiras Páginas com assuntos de grande valia para todos nós, sobre política, invasão da Ucrânia pela Rússia, Copa do Mundo etc.

Como assinante, leitor, posso dizer que vocês foram muito mais longe, no meio das dores do mundo, crises energéticas, escassez hídrica, devastação de nossa Floresta Amazônica, incêndios no Pantanal. Ali estavam vocês para informar, mostrar as atrocidades contra a Natureza e a vida, mas tambem mostrando a forma de ajudar o meio ambiente pelas centenas de reportagens especiais, como as sobre ESG, em todos os segmentos.

Foram também muito além, porque ofereceram durante o ano inteiro oportunidades no espaço de Opinião, onde grandes artigos foram publicados.

Como se tudo isso não bastasse, ofereceram gratuitamente a assinantes e leitores todas as Revistas Setoriais que trataram de assuntos como sustentabilidade, saúde, comunicação corporativa, investimentos em 5G, inovação e tecnologia.

José Pedro Naisser
Ecologista

Clima e Direito

O direito pós-moderno exige produção de leis que tutelem valores inéditos e aparentemente imateriais. Por exemplo, a proposta de brasileiros e portugueses para que o clima seja considerado patrimônio comum da Humanidade. E coberto por uma legislação forte no âmbito do acordo UE-Brasil-Mercosul (**Valor**, 28/12, Brasil).

As relações internacionais costumam ser tíbias e pairar no abstrato meramente declaratório. Até hoje temos apenas um manifesto de especialistas (Manifesto UE-Brasil). Assim começam as leis e princípios normativos. Esperemos que os governos respectivos abracem o tema, de fundamental importância ao povo de todo o planeta, porém só percebido, como o oxigênio, quando nos falta. Legislar sobre o clima é inadiável no âmbito multilateral e transcendente às relações luso-brasileiras; é indispensável na pauta prioritária da ONU e da Unesco, para que as condutas humanas, em seu diálogo com a natureza, sejam compulsórias e cobradas, antes que efeitos deletérios sobre a vida no planeta sejam irreversíveis.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

•

O frio intenso e inédito nos EUA, exemplifica como a mudança climática está afetando a todos no planeta. Aqui também sentimos ditas alterações, como neste verão onde as temperaturas estão bem abaixo da média que costumávamos ter.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Balanço Valor lança conteúdos, retoma os eventos presenciais e firma liderança

Um jornal de valores, com solidez e inovação

De São Paulo

A campanha institucional lançada em julho resume o que foi o tom do **Valor** em 2022. O mote dos filmes e peças digitais e impressas — "O Valor não tem interesses, tem valores" — refletiu o foco na inovação e no aprofundamento de temas caros à sociedade, embasados na independência editorial. O **Valor** se firmou como a principal publicação de economia e um dos maiores veículos jornalísticos do país.

Entre os mais de 200 projetos especiais com o selo do **Valor**, estão novas plataformas dedicadas a temas cada vez mais presentes na vida de leitores e empresas. O projeto "Prática ESG" joga luz sobre iniciativas ambientais, sociais e de governança nas corporações, com seus avanços e desafios. O canal de criptoativos ajuda os investidores a navegar por um mercado crescente, que demanda didatismo e regulação.

Novas fronteiras foram exploradas. O jornal estreou em educação executiva com o Master Class Executivos de Valor, em parceria com a FGV.

Projetos anteriores também foram fortalecidos. Valor PRO, Valor Empresas 360, Valor Investe e o site de negócios Pipeline se modernizaram ou ganharam novas ferramentas e conteúdos. Uma delas foi o Consenso de Analistas, que coleta projeções de instituições financeiras para ações e aponta preços-alvo. O debate sobre inovação, gestão e empreendedorismo tomou impulso, seja no Pipeline, na editoria de Carreiras ou com os novos colunistas na seção de Empresas.

Em um intenso ano eleitoral, o **Valor** buscou oferecer análise e contexto. Com a plataforma Valor Fiscal, mergulhou no tema das contas públicas, uma das maiores preocupações do país. Unindo conteúdo em profundidade e jornalismo de serviços, o **Valor** teve desempenho digital histórico em outubro, e termina 2022 como o título com mais usuários no segmento de economia e negócios e o terceiro maior site entre os grandes jornais.

Foi o ano também de retomar o prazer da celebração. As premiações "Valor 1000" e "Executivo de Valor" voltaram ao formato presencial, assim como o Cidadão Global, evento que traz personalidades internacionais, em parceria com o Santander.

Líder em jornalismo econômico no país, o Valor fechou novembro com 130,4 mil assinantes, segundo o IVC. A carteira de assinantes digitais era em novembro 7% maior do que um ano antes. E hoje já tem mais de 7 vezes o tamanho da carteira impressa.

- Com a corrida eleitoral, o Valor teve um desempenho mensal histórico em outubro. Foram 22,3 milhões de usuários únicos acessando o site e 82,4 milhões de pageviews, mostra a ComScore
- Pelo segundo ano seguido, o Valor – plataforma que inclui Valor Econômico, Valor Investe e Pipeline – é o que tem mais usuários no segmento de economia e negócios no país.
- Também já há dois anos, o Valor é o terceiro maior site entre os grandes jornais do país, em visualizações de páginas. Fica atrás apenas do líder O Globo e da Folha de S.Paulo.

Projetos especiais

Os **234 projetos especiais** realizados geraram uma receita 14,4% maior do que em 2021. Ao longo do ano, por exemplo, foram 48 suplementos temáticos, 11 revistas setoriais e 4 anuários, de temas que foram do agronegócio aos serviços, da infraestrutura à comunicação corporativa.

Eleições

O recorde de pageviews do Valor nas eleições é resultado de um investimento tanto em conteúdo de profundidade, com notícias exclusivas, entrevistas e análises, quanto em jornalismo de serviços, com listas de candidatos, informações sobre a votação e perfis de candidatos. Um dos principais projetos na cobertura de eleições foi a plataforma Valor Fiscal, lançada em agosto, que reúne reportagens, análises, entrevistas e dados relacionados às contas públicas, buscando detalhar e explicar esse tema que é crucial para o desenvolvimento do país.

Prática ESG

A plataforma Prática ESG, lançada em março em parceria com o jornal O Globo, se propôs a discutir as iniciativas ambientais, sociais e de governança das empresas, mostrando avanços e desafios com exemplos concretos. Já foram 10 cadernos especiais no jornal impresso, cerca de 300 reportagens e artigos no ambiente digital, além de 7 lives.

Canal de criptoativos

Em junho, o **Valor estreou um canal com notícias relacionadas ao universo de criptoativos.** Um importante veículo para o público investidor, publicando diariamente notícias exclusivas e cotações, e cobrindo o movimento das empresas do setor, além de promover a discussão sobre regulação e o futuro dos criptoativos.

Valor Investe

Em 2022, o portal completou 3 anos, consolidando a liderança no segmento de sites de investimento e finanças pessoais, mantendo a primeira posição no setor com uma **média de 4,08 milhões de visitantes únicos por mês** em 2022 até novembro, de acordo com dados da ComScore.

Pipeline

O site de negócios do Valor, lançado em 2021, se consolidou no noticiário de empresas, venture capital e inovação. Cerca de um terço do conteúdo já trata de startups. **Em faturamento, o Pipeline cresceu 35% no ano.**

Campanha

Em julho, estreou a **campanha publicitária institucional "O Valor Econômico não tem interesses, tem valores"**. O Valor desenvolveu a estratégia de comunicação em parceria com a agência BETC Havas, e o plano foi destacar como é importante, em um contexto de excesso e facilidade de acesso a informações, poder contar com uma fonte diária de conteúdos relevantes, de credibilidade, produzidos com profundidade e isenção jornalística.

Valor Empresas 360

Após o pré-lançamento no fim de 2021, este ano marcou o pleno funcionamento da plataforma **Valor Empresas 360**. Ela reúne, em páginas dedicadas a cada uma das quase 400 empresas listadas na B3, as informações de que um "stakeholder" precisa para tomar decisões: notícias, cotações, indicadores de mercado e financeiros, informações contábeis resumidas e traduzidas, além de espaço para a comunicação da empresa com seu público. Empresas brasileiras listadas no exterior e companhias de capital fechado também podem ter suas páginas na plataforma e se comunicar com seus "stakeholders". Uma das inovações deste ano foi o Consenso de Analistas, que coleta as projeções de mais de 13 bancos e corretoras e cobre 253 ativos na B3, além de apontar o preço-alvo desses papéis. Uma versão completa do serviço está disponível no Valor PRO e uma resumida, no Empresas 360.

Valor PRO

O serviço de tempo real e cotações chega ao fim do ano com crescimento de 12% na receita. O Valor PRO ganhou um novo app e teve uma importante modernização na arquitetura tecnológica de todo o sistema. Em conteúdo, a plataforma agregou novos indicadores, como Índice Vix, Índice EWZ, Curva de Energia, Preços do Diesel e Índice de Criptomoedas. Importantes ferramentas foram lançadas, entre elas o Consenso de Ações.

Diversidade

A preocupação com uma **cobertura cada vez maior da diversidade** na sociedade passou também pela diversificação das fontes. Por exemplo, a edição impressa do Valor publicou imagens de mulheres em 70% das primeiras páginas do ano.

Eventos

O ano de 2022 marcou a retomada dos grandes eventos presenciais. Em dezembro, o Teatro Santander, em São Paulo, recebeu cerca de 650 pessoas para a quinta edição do **Cidadão Global, uma iniciativa do Valor e do banco Santander,** que este ano teve como tema "ESG – do discurso à prática". Os convidados foram personalidades internacionais: a CEO do Pacto Global das Nações Unidas, Sanda Ojiambo, e o economista e cofundador da consultoria Systemiq, Jeremy Oppenheim, debateram presencialmente; e o líder empresarial Paul Polman, ativista pelo clima e pelo igualitarismo, fez sua participação por vídeo.

Houve também 5 edições do "E Agora, Brasil?", plataforma que discute os grandes temas do país desde 2016, em parceria com o jornal O Globo.

Educação

O Valor estreou em educação com o Master Class Executivos de Valor, em parceria com a FGV. É uma formação executiva com conteúdo desenvolvido pelo Valor e por professores da FGV. As aulas, ministradas entre setembro e dezembro, foram seguidas por master classes com CEOs agraciados no prêmio "Executivo de Valor": Denise Santos (BP); Roberto Setubal (Itaú); Walter Schalka (Suzano); Tania Cosentino (Microsoft); e Fabricio Bloisi (iFood). A aula inaugural foi com Carlos Brito, ex-CEO global da Inbev, e Edu Lyra, CEO da Gerando Falcões.

Podcasts e vídeos

O podcast Business Case mostrou como as empresas usam a tecnologia. O CBN Professional desde junho de 2021 já entrevistou 73 CEOs. **O jornal publicou também cerca de 850 vídeos,** como os da parceria com a GZERO Media, do Eurasia Group, com comentários do diretor-executivo para as Américas, Christopher Garman.

Um jornal premiado

O Valor e seus jornalistas foram agraciados com pelo menos 26 prêmios em 2022. Entre eles: Menção Honrosa no Media Awards da INMA (Associação Internacional de Veículos de Comunicação), que reconheceu o trabalho da editoria de Carreira na categoria "melhor ideia para atrair assinantes em um nicho", em meio a 854 trabalhos inscritos do mundo todo / Melhor veículo de Economia, dos +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças, do Jornalistas & Cia / +Admirados da Imprensa de Tecnologia / Citi Journalistic Excellence Award 2022 / 19º Prêmio Abecip / 15º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor da CVM / Prêmio Especialistas - Revista Negócios da Comunicação / Homenagem Jornalista Parceiro do Empreendedor, do Sebrae / Prêmio Empiricus de Jornalismo / Top 3 no prêmio "Melhor do Brasil", do iBest

Premiações

Grandes premiações promovidas pelo Valor também tiveram a retomada das edições presenciais. **"Valor 1000"**, que revela o ranking das maiores do país e premia as melhores de cada setor, e **"Executivo de Valor"**, que reconhece os melhores líderes, foram realizados em São Paulo, com clima de reencontro da comunidade empresarial. "Valor Inovação" e "Valor Carreira" premiaram, em cerimônia virtual, as empresas mais inovadoras e as que adotam as melhores práticas na gestão de pessoas, respectivamente.

Novos colunistas

Estreou em setembro um novo espaço de colunistas na editoria de Empresas, com foco nos desafios das companhias: estratégia, gestão, inovação e empreendedorismo. O time de colunistas desse novo espaço é formado pelo consultor e publicitário **Nizan Guanaes**; o diretor-executivo do Instituto Four, **Wellington Vitorino**; a CEO da Falconi, **Viviane Martins**; o CEO do Grupo Reserva, **Rony Meisler**; a CEO do Flux Institute, **Flávia Camanho**; e o CEO do Pacto Global, **Carlo Pereira**. Na editoria de Opinião, tornaram-se colunistas fixos **Ana Maria Diniz**, fundadora do Instituto Península; **Ana Inoue**, superintendente do Itaú Educação e Trabalho; e **Edvaldo Santana**, doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

Nizan Guanaes

Wellington Vitorino

Viviane Martins

Rony Meisler

Flávia Camanho

Carlo Pereira

Ana Maria Diniz

Ana Inoue

Edvaldo Santana

Valor

Empresas

Especializada em erguer imóveis de alto luxo, a Embraed, de Tatiana Cequinel, estuda entrar na capital de S. Paulo B5

Destaques

Disputa na Gafisa I

As ações da Gafisa dispararam 28,6% ontem na B3, para R$ 8,09, após a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) manter a assembleia de acionistas convocada pela Esh Capital para 2 de janeiro. A autarquia determinou que a incorporadora adie a homologação do aumento de capital de R$ 150 milhões até a deliberação, em mais um round da disputa entre a gestora e o empresário Nelson Tanure, controlador da Gafisa. A Esh detém participação minoritária na companhia e convocou uma assembleia geral extraordinária (AGE) para votar a responsabilização pessoal, dos controladores e diretores da Gafisa, por alegadas "práticas ilícitas" que teriam causado prejuízo.

Disputa na Gafisa II

A Esh também quer destituir os membros dos conselhos de administração e fiscal da Gafisa por quebra de deveres fiduciários, e propõe nova eleição de administradores e conselheiros fiscais, bem como cancelamento ou não homologação do aumento de capital. Antes da decisão da CVM, a empresa havia suspendido a convocação original da Esh e marcado assembleia em 9 de janeiro, após obter uma liminar judicial favorável.

Venda da Petrobras

A Petrobras iniciou a fase vinculante referente à venda de sua rede da fibra óptica onshore e informou que os potenciais compradores classificados para essa fase receberão carta-convite com instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo orientações para a realização de due diligence e para o envio das propostas vinculantes. A fase não vinculante do processo de venda havia sido iniciada no dia 21 de outubro de 2022. "Essa operação está alinhada à estratégia de otimização do portfólio e à melhora de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor e maior retorno à sociedade", disse a companhia. O ativo consiste na rede de fibra óptica onshore que possui a extensão de aproximadamente 8 mil km, abrangendo todas as regiões do país.

CCR no Metrô da Bahia

A CCR firmou com o governo da Bahia um aditivo ao contrato de concessão do metrô em Salvador, na Bahia. O acordo prevê que a concessão passe a incorporar a operação do Tramo 3 da Linha 1 do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), com extensão de 4,65 km. Em troca, haverá um reequilíbrio de R$ 28,4 milhões, a ser pago em 246 parcelas. O aditivo também prevê que a CCR instale e opere redes de Wi-Fi nas Estações já existentes das Linhas 1 e 2 pelo prazo de 7 anos, mediante um reequilíbrio de R$ 1,1 milhão, pago em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas

Índice

Tecnologia Mais do que publicar selfies superproduzidas, usuário busca ambiente autêntico

Novas redes sociais misturam mundo real, avatares e serviços

Daniela Braun
De São Paulo

A nova cara de uma rede social começa por não usar o nome "rede social". Mais do que publicar selfies superproduzidas, usuários de aplicativos como o francês BeReal e a plataforma de vídeos chinesa TikTok buscam um ambiente autêntico — mais próximo do mundo real, mas com espaço para brincar com avatares — e que ofereça serviços.

No TikTok, por exemplo, o internauta pode pesquisar receitas culinárias ou dicas de reparos domésticos, em vez de ir ao Google.

A plataforma sul-coreana Zepeto aposta na tecnologia do metaverso — o usuário pode entrar na brincadeira de vestir seu avatar com peças de alta costura vendidas em seu aplicativo.

O microblog indiano Koo oferece tradução simultânea de posts para expandir a rede além do inglês e conquistar usuários descontentes com a gestão de Elon Musk no Twitter.

Para as marcas de produtos e serviços que usam a internet, este novo cenário de interações digitais pede mais do que um perfil arrumadinho. O caminho é entrar no ritmo de cada plataforma e ter um perfil mais humano.

"Há uma tendência, não só entre os jovens, de buscar um contato mais conectado com a realidade das pessoas", afirma Geana Barbosa, diretora para a América Latina da empresa canadense de gerenciamento e análises de mídias sociais Hootsuite.

Barbosa cita o exemplo do BeReal, que estimula o usuário a fazer uma foto em dois minutos, sem tempo para filtros, e teve 400 mil downloads na loja de aplicativos do Google em setembro, com um aumento de 300% na base de usuários ativos desde janeiro. "Marcas que buscam se aproximar de seus consumidores têm de se preocupar com a humanidade", afirma. "Ninguém quer se conectar com uma empresa, mas com uma pessoa".

Para Kim Farrel, diretora-geral do TikTok na América Latina, a busca por comunidades e não só pelo networking social é a atração da plataforma. "O foco é muito mais em achar sua comunidade, que pode ser específica ou um grupo enorme, e se conectar com pessoas que você nem conhece", afirma Farrel, ao **Valor**.

A ampliação de conteúdos além do entretenimento também transformou a plataforma lançada em setembro de 2016 pela chinesa ByteDance em buscador. Assim como fazem no YouTube, plataforma de vídeos do Google, detentor de 90% das buscas on-line globais, pessoas buscam dicas de maquiagem, receitas ou reformas no TikTok.

"Era uma evolução natural a gente sair um pouco de ser só entretenimento e entrar nessa área de utilidade", diz Farrel.

A diretora da Hootsuite nota que o fenômeno reflete a busca por informação criada por usuários e não por empresas. "Hoje, 60% dos brasileiros usam a internet para encontrar informação, principalmente conteúdos criados por pessoas, não um conteúdo formal de marca."

O formato de vídeos curtos também mantém mais de 1 bilhão de usuários mensais mais tempo no TikTok. Atualmente, são dedicados 92 minutos por dia navegando, segundo a Hootsuite, e a tendência é que esse tempo aumente.

Até 2024, vídeos curtos representarão mais de 12% do tempo gasto na internet, ante 5,4% no ano passado, prevê o BofA Securities em um relatório recente. Até 2028, o formato renderá US$ 108 bilhões em publicidade. Não é à toa que a concorrência aumentou. Este ano, os vídeos curtos no Instagram e no YouTube ganharam participação do TikTok, cuja presença no segmento deve fechar em 50%, ante 67% em 2021.

Ampliar a base de usuários além da geração Z, sem perder o interesse dos jovens, é um ponto importante. Na visão de Farrel, da TikTok, isso não significa que a plataforma ficará ultrapassada. "Fico muito feliz de ver uma comunidade de moda para a faixa etária de mais de 50 anos e também sigo um perfil que adoro, de uma avó que ensina como colocar as coisas corretamente na lava-louças e ser uma boa anfitriã, por exemplo".

Rivais em ascensão

Dados das redes sociais que concorrem com grandes plataformas

	Origem	Lançamento	Usuários (2022)	Controlador	Valor de mercado (US$ bilhões)
TikTok	China	Setembro de 2016	1 bilhão	ByteDance	50***
Zepeto	Coreia do Sul	Março de 2018	340 milhões	Naver	1
BeReal	França	Setembro de 2019	73,5 milhões	Alexis Barreyat e Kévin Perreau	0,6
Koo	Índia	Novembro de 2019	60 milhões	Bombinate Technologies	0,27

Os veteranos

	Origem	Lançamento	Usuários (2022)	Controlador	Valor de mercado (US$ bi)
YouTube	Estados Unidos	Fevereiro de 2005	2,5 bilhões**	Alphabet	140**
Facebook	Estados Unidos	Julho de 2004	2,9 bilhões*	Meta Platforms	101,2*
Twitter	Estados Unidos	Março de 2006	368 milhões*	Elon Musk	41,1
Instagram	Estados Unidos	Outubro de 2010	1,3 bilhão*	Meta Platforms	33,5*

Fontes: Empresas, Statista (*), Business of Apps (**) e Reuters (***)

DIVULGAÇÃO

Farrel, do TikTok: feliz de ver comunidade de moda para faixa acima de 50 anos

Até 2024, vídeos curtos representarão mais de 12% do tempo gasto na internet, ante 5,4% em 2021, prevê o BofA

O sucesso da senhora Babs, citada por Farrel, que tem 3 milhões de seguidores no perfil @brunchwithbabs, mostra que as métricas de atração de usuários e anunciantes mudaram.

"Não se trata mais de geografia, idade ou gênero", diz a diretora da Hootsuite. "Todo conteúdo tem que ser autêntico, criativo e atrelado a grupos", aconselha.

Autenticidade também é a proposta da Zepeto, plataforma que nasceu em 2018 como um aplicativo de bate-papo da empresa de tecnologia sul-coreana Naver. Entretanto, ao contrário dos posts sem filtro do BeReal, o aplicativo criado para transformar fotos em avatares tornou-se uma rede social com mais de 40 mil universos virtuais criados por usuários.

"A Zepeto tornou-se uma espécie de grande ecossistema que construímos junto com nossa comunidade", diz Ricky Kang, líder de negócios da Naver, ao **Valor**. Com foco no público feminino de 13 a 21 anos, que representa 70% da comunidade, o aplicativo conquistou mais de 340 milhões de usuários fãs de moda e do estilo musical K-pop com a proposta de que cada um monte seu avatar 3D com 8 milhões de itens.

Do estilo dos avatares vem a principal fonte de receita da Naver: parcerias de licenciamento de itens com marcas como Gucci, Ralph Lauren, Bulgari, Adidas e Nike, bem como as conterrâneas Samsung e Hyundai.

"Nossa base é formada por usuários muito conscientes de moda e estilo. Portanto, estão interessados em estilizar seus avatares à sua maneira, o que atrai muitas marcas de moda e beleza em todo o mundo", afirma Kang.

Avaliada em mais de US$ 1 bilhão, a plataforma atraiu investimentos das companhias sul-coreanas de entretenimento JYP Entertainment, YG Entertainment e Hybe, além do grupo japonês SoftBank.

O Brasil é o sétimo país com maior volume de usuários da rede social no mundo — as maiores bases estão na China, Indonésia e Tailândia, seguidas por Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

Marcas brasileiras também estão no radar da Zepeto, de acordo com o diretor de negócios. "Temos um time brasileiro em nosso escritório nos Estados Unidos olhando esse mercado de perto", afirma.

Para Barbosa, da Hootsuite, tanto a interação sem filtros do BeReal quanto o mergulho em mundos virtuais proposto pela Zepeto são formas criativas de gerar conexões entre as pessoas. "Embora uma rede esteja quase com um pé no metaverso e outra mostrando o momento mais real possível, ambas mostram a necessidade do consumidor de se conectar de uma maneira mais profunda e diferente", observa a diretora.

O modelo de licenciamento da Zepeto também é uma saída para a geração de receita das redes sociais além dos números de curtidas, seguidores e visualizações em um momento de crise para a publicidade digital.

O impacto da desaceleração da economia dos Estados Unidos na receita com anúncios foi evidente nos resultados da Meta, controladora do Facebook, e da Alphabet, que controla do Google, no terceiro trimestre.

Este ano, Meta e Alphabet devem perder o domínio sobre o mercado de anúncios digitais americano, passando a deter 48,4% de sua receita, por conta da concorrência crescente de gigantes como Amazon, Apple, Microsoft e do TikTok, informou o "Financial Times" com dados da consultoria Insider Intelligence.

O comércio eletrônico é um caminho vislumbrado pela ByteDance, que reduziu a projeção de receita com publicidade de US$ 12 bilhões para US$ 10 bilhões este ano. Vendas on-line na plataforma podem ser um caminho para elevar a receita fora dos EUA, onde está sua maior base de usuários — 136,4 milhões, segundo dados da Statista — e onde o Senado tenta banir downloads do app. Lançar um e-commerce no Brasil, terceira maior base do TikTok no mundo, com mais de 73,6 milhões de usuários, depois da Indonésia, é um dos planos, informou a agência de notícias "Dow Jones", em novembro.

Farrel não comenta sobre o lançamento de um e-commerce local, mas ressalta que o Brasil é um mercado prioritário. "O crescimento digital do Brasil, na última década, é impressionante", observa. "E é um povo muito social, que gosta de se expressar, criar tendências, memes e viralizar."

Os brasileiros também surpreenderam os criadores do microblog Koo, com uma onda de mais de 2 milhões de novas contas criadas na rede social, em novembro. Deixando de lado as brincadeiras de duplo sentido sobre o nome da plataforma, encaradas com bom humor pelos criadores, o Koo também atrai usuários descontentes com a nova gestão do bilionário Elon Musk à frente do Twitter, incluindo demissões em massa, cobrança por perfis auditados e bloqueio de contas de jornalistas.

"Mais de 85% das pessoas do mundo não falam inglês, os brasileiros são um exemplo e percebemos que o Twitter é muito direcionado ao inglês", afirma Mayank Bidawatka, cofundador do microblog controlado pela empresa indiana Bombinate Technologies Pvt Ltd., ao **Valor**. "Nossa abordagem é permitir que as pessoas se encontrem independentemente do idioma."

Com mais de 60 milhões de downloads desde sua criação em 2020, a rede viu o Brasil ter o segundo maior volume de usuários depois da Índia, este ano. Após lançar a versão em português da plataforma, em meados de novembro, a empresa iniciou a seleção de profissionais por aqui na área de gestão de comunidades.

Entrada de novas redes nos hábitos de navegação não significa o fim das plataformas veteranas, há espaço para todos

"Estamos comprometidos com esse mercado e a resposta tem sido estupenda", diz o cofundador do Koo. "E nosso perfil verificado é gratuito", frisa.

O foco, por enquanto, é ampliar a base de usuários do microblog, mas a empresa estuda a geração de receita tanto por publicidade quanto pela interação de criadores de conteúdo e usuários com marcas.

Avaliada em US$ 275 milhões, a empresa conta com o suporte de grandes fundos de investimentos como Tiger Global e Accel Partners, que lideraram uma rodada de US$ 6,3 milhões de investimentos série C, em novembro. No início do ano, a companhia já havia captado US$ 10 milhões em duas outras rodadas.

A entrada de novas redes nos hábitos de navegação dos brasileiros não significa, necessariamente, o fim de plataformas consolidadas, pondera Barbosa. "Acreditamos que ainda há espaço para todo mundo", afirma.

Em abril, o relatório "Digital Brazil 2022", feito pela Hootsuite e pela agência We Are Social, mostrou que WhatsApp, Instagram e Facebook são as três redes mais acessadas pelos brasileiros entre 16 e 64 anos.

"Observamos uma atividade grande de marcas no Facebook, por exemplo, mas vemos mudanças nas formas de interagir dentro das redes, de forma menos produzida", avalia a diretora da Hootsuite. "Por isso, apostamos em uma transformação constante e não necessariamente em redes desaparecendo".

(Ver também página B7)

Saúde Mental Pilotar avião, fazer motocross, surfar até jogar baralho com a família, vale tudo para desconectar

CEOs contam o que fazem para poder se desligar do trabalho

Stela Campos e Barbara Bigarelli
De São Paulo

Equilibrar a rotina pesada no alto escalão com atividades que ajudam a desconectar dos negócios e a aumentar o bem-estar em tempos de incertezas, como enfrentamos em 2022, tem sido a receita dos CEOs brasileiros para cuidar da saúde mental. E para se desligar dos problemas cotidianos no escritório vale tudo: pilotar aviões, participar de triatlos, fazer motocross, jogar beach tennis, surfar e até coisas mais simples, como jogar baralho com a família e parar para conversar com os filhos na hora do jantar.

Marcelo Zimet, CEO da L'Oréal, admite que ficar quieto não é o melhor jeito para ele relaxar. "Tentei fazer meditação, ioga, mas não consigo ficar em silêncio por muito tempo", conta. O que funciona para ele é treinar e participar de triatlos, onde nada, corre e anda de bicicleta. Incluir a preparação para esses esportes na sua rotina requer muita disciplina e foco, admite. "Acordo 4:30 porque na Europa são 9:00", conta. "A coisa mais importante da minha vida é o tempo."

Encontrar um espaço na rotina para desenvolver uma nova habilidade não é simples. Santiago Chamorro, presidente da GM, diz que fez um grande esforço tendo aulas à noite, às vezes até 1 da manhã, para poder tirar o brevê e realizar o sonho de pilotar um avião. Neste ano, fez pelo menos duas viagens por mês nos fins de semana para pilotar. "Tenho também um simulador em casa, um avião de apartamento", explica. Fernando Sampaio, diretor-geral da unidade de medicina e presidente da Sanofi no Brasil, também começou a pilotar. Ele conta que comprou um pequeno avião. "Não tem como pensar em trabalho quando estou lá em cima, até porque se fizer isso eu caio", brinca.

Edson Higo, CEO da Danone, também reorganizou a agenda para realizar um sonho antigo: tocar guitarra. Ele é autodidata e pratica o instrumento depois que a família vai dormir. Aprendeu a tocar uma música da banda "Cage the Elephant" sozinho, comemora. Reservar um tempo para realizar uma atividade voltada ao bem-estar tendo uma agenda cheia no trabalho requer a criação de novos hábitos.

Otto von Sothen, CEO da Tigre, conta que incorporou o hábito de se exercitar diariamente durante a pandemia. "As pessoas alegam não ter tempo, mas não é verdade, você que não colocou isso nas prioridades. Aprendi isso com muito custo", confessa. A CEO da Microsoft, Tânia Cosentino, diz que não tinha uma disciplina muito forte com os exercícios, mas conseguiu incorporar a ioga e a meditação, além do pilates. "Me traz energia e um bem-estar incrível", diz. Assim como brincar com suas duas cachorras, Lulus da Pomerânia. Max de Simone, presidente da Ferrero para a América do Sul, é outro que relaxa ao levar os cachorros para passear.

O fim de semana é um tempo que a maioria dos entrevistados reserva para fazer o que gosta. Simone coloca a leitura em dia. Viviane Martins, CEO da Falconi, mergulha nos livros policiais. Já Fernando Yunes, CEO do Mercado Livre, vai ao cinema com as filhas para ter duas horas de total desconexão.

Viajar é outra forma de os executivos e executivas aproveitarem o tempo livre e se conectarem com a natureza e a família. "Sempre que posso, fujo um ou dois dias para tentar ficar quieto num lugar, mas confesso que é difícil desconectar", diz Pedro Bartelle, CEO da Vulcabras. Pedro Bueno, CEO da Dasa, diz que não é tão ligado aos esportes e, embora faça academia, gosta mesmo é de viajar e estar com os amigos para desligar.

"Não tem como pensar em trabalho quando estou lá em cima, até porque se fizer isso eu caio", diz Sampaio, da Sanofi, que pilota avião

Já Kwami Alfama, CEO da Tereos, procura sempre que pode viajar para Cabo Verde, onde nasceu. "Lá existem ilhas paradisíacas, gosto de fazer montanhismo e conhecer as pessoas do interior", conta. E, quem gosta de mar, aproveita a folga para correr para a praia. Rodolfo Eschenbach, CEO da Accenture, descobriu o gosto por pedalar na pandemia, quando morou temporariamente numa casa no litoral. "Andava de bicicleta quando as praias estavam fechadas e agora faço isso no fim de semana", explica.

Para quem prefere pegar onda, ir para a praia é quase um ritual. Maurício Giamellaro, presidente do grupo Heineken, gosta de surfar e diz que estar próximo ao mar é sua maior fortaleza. "Meu time fala: você não foi na academia hoje, não pegou onda, né? Está super tenso", diverte-se. Marcos Noll, CEO da Cultura Inglesa, surfa desde os 9 anos de idade e diz que este não é um esporte simples porque exige ir até o mar, mas para ele é um estilo de vida e uma grande conexão com a natureza.

Sheynna Hakin, CEO do BNP Paribas Cardif no Brasil, é adepta do vôlei de praia. "A areia me faz muito bem", ressalta. Priscila Siqueira, CEO do Gympass, aderiu ao beach tennis. Ela conta que já entrou em uma reunião sem ter tido tempo de secar o cabelo e que o cliente falou: "você está com cara de frescor". "Isso foi legal, porque mostrou que tirei um tempo para mim", afirma. Já o CEO da Localfrio, Rodrigo Casado, diz que é fã do beach tennis porque ele é um esporte inclusivo, "dá para fazer networking e amigos."

Às vezes, um par de tênis é suficiente para aumentar o bem-estar. O CEO da Pernambucanas, Sergio Borriello, corre e acredita que o "suor renova e tira um monte de coisa ruim". Silvia Penna, CEO da Uber, também é adepta da corrida. "Em uma hora correndo, organizo meus pensamentos", observa. Marcelo Braga, CEO da IBM, diz que a rotina de exercícios matinal também o ajuda a "colocar a cabeça em ordem". Já Marc Hasson, CEO da Boehringer Ingelheim Brasil, corre de duas a três vezes por semana no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. "Isso faz a diferença e me permite gerenciar o estresse."

Dormir bem pode ser um desafio para muitos executivos e cada um descobre um jeito de lidar com isso. Mariana Dias, CEO da Gupy, aprendeu a desconectar a partir do momento que desliga o computador no fim do dia e mergulha nas séries que acompanha pelas plataformas de streaming. Para obter uma "energia positiva" antes de dormir, Fabio Costa, CEO da Salesforce, faz até 30 minutos de meditação. Felipe Rizzo, do WeWork BR, afirma que ter a quantidade certa de sono permite com que ele esteja focado no presente e não ansioso pelo futuro ou depressivo pelo passado. Já Jerome Cadier, CEO da Latam, conta que sofreu para pegar no sono durante a pandemia e o jeito foi aumentar a carga de exercícios. "A solução foi deitar absolutamente exausto", diz. Hoje ele além de correr, nada e pedala.

Estar com a família, no geral, é um momento de relaxamento. Cristina Junqueira, CEO do Nubank, diz que sua recarga de energia vem dos momentos em que está com as três filhas. "É muito gostoso, sou criança também, sou a louca da Disney", brinca. Patrick Hruby, CEO da Movile, para todos os dias às 19 horas e janta com os três filhos, independentemente do que esteja acontecendo. Ana Karina Bortoni, CEO do banco Bmg, diz que joga bastante baralho com o marido, a enteada e o namorado para relaxar.

Cesar Alarcon, CEO da Pirelli, costuma levar o filho de 7 anos para fazer motocross com ele. "Eu fico no Brasil e meus filhos na Argentina, então dedico um tempo de qualidade para eles", diz. Hugo Nisenbom, CEO da MSD, joga tênis e viaja para esquiar com os filhos. Gabriel Braga, CEO do Quinto Andar, diz que ficar com os filhos o ajuda a colocar as coisas em perspectiva. "Os problemas do dia a dia parecem menores", diz.

Para alguns CEOs, o lugar de relaxar é a cozinha. Daniela Manique, presidente do grupo Solvay na América latina, diz que bater massa de pão quando está muito estressada "é uma delícia". Como engenheira química, ela se encanta com os processos da culinária. "Fiz um curso de macaron na França, é um modelo de química afinadíssimo, de perfeita exatidão, tem que acompanhar o termômetro, o grau, a textura", diz. Leo Xavier, CEO do Mônre Talent Tech, é outro que adora culinária. "Começo a fazer a massa da pizza na sexta, porque a fermentação leva 48 horas. "Isso nos ocupa e nos desconecta de tudo durante todo o fim de semana."

Carolina Utimura, CEO da Eureca, acredita na autorreflexão e na terapia regular para cuidar da saúde de mental, assim como manter contato com a natureza. Monalisa Gomes, country manager para a América Latina, Espanha e Portugal da Schauer Agrotronic, diz que seu hobby está sendo aprender a cuidar de plantas, especialmente de orquídeas. "Estou arrasada porque já matei dois cactos", conta. Para Fernando Modé, CEO do Grupo Boticário, o importante é olhar para a saúde integral, física e mental. "Nunca começo o dia olhando o celular, quero trazer energias boas para o dia inteiro, porque quanto mais eu estiver bem comigo mesmo, mais as pessoas ao meu redor estarão bem". Todos os depoimentos foram dados ao podcast "CBN Profissional", que reuniu 40 executivos e executivas em sua oitava temporada em 2022. Os episódios estão disponíveis no site da CBN, no Spotify e na Apple Podcasts.

ARQUIVO PESSOAL

Sheynna Hakin, do BNP Paribas Cardiff, joga vôlei de praia

ARQUIVO PESSOAL

Cesar Alarcon, CEO da Pirelli, gosta de fazer motocross

ARQUIVO PESSOAL

Marcelo Zimet, CEO da L'Oréal, participa de triatlos

ARQUIVO PESSOAL

Maurício Giamellaro, CEO da Heineken, é adepto do surf

Livros de cabeceira

O que os CEOs escolheram para ler em 2022

CEO	Livro
Cristina Junqueira Cofundadora e CEO do Nubank	**"Winning on Purpose" de Fred Reichheld** **Por que:** "Do inventor do eNPS, fala sobre estratégias de foco no cliente"
Daniela Manique Presidente do Grupo Solvay AL	**"Gestão de pessoas e talentos" de Janete Knapik** **Por que:** "Identificar suas fraquezas para identificar fortalezas nos outros"
Edson Higo CEO da Danone no Brasil	**"Inteligência Artificial" de Kai-Fu Lee** **Por que:** "Ele explica por que Google e WhatsApp não dão certo na China"
Fernando Modé CEO do Grupo Boticário	**"Ismael: um romance da condição humana" de Daniel Quinn** **Por que:** "Percorre a história sem a perspectiva antropocêntrica"
Javier Gimeno VP sênior e CEO da Saint-Gobain AL	**"Viagem ao fim da noite" de Louis-Ferdinand Céline.** **Por que:** "Tem grande influência de García Marquez"
Jerome Cadier CEO da Latam	**"A Mente Moralista" de Jonathan Haidt** **Por que:** "Faz pensar se quem te conduz é a mente racional ou a força das suas emoções"
Marcelo Braga CEO da IBM no Brasil	**"Pense de Novo" de Adam Grant** **Por que:** "Traz a reflexão de pensar e questionar o que está sendo feito".
Marcelo Zimet CEO da L'Oréal	**"Agassi: uma autobiografia" de Andre Agassi** Por que: "Li duas vezes, nele o tenista fala dos seus erros"
Mariana Dias CEO e co-fundadora da Gupy	**"Os 5 desafios das equipes" de Patrick Lencioni e Simone Reisner** **Por que:** "Traz cases e mostra que construir uma equipe é mais do que reunir pessoas"
Maurício Giamellaro Presidente do grupo Heineken Brasil	**"O Ego é Seu Inimigo" de Ryan Holiday.** **Por que:** "Um querer ser melhor que outro, sempre querer vencer, ter a última palavra"

Fonte: CBN Professional

O que te fez sentir orgulho em 2022?

Rumo Certo

Vicky Bloch

Lá se foi 2022 e novamente encerro minha última coluna do ano falando sobre a importância de usarmos esse período para reflexão. Desta vez, gostaria de propor um exercício específico: tente voltar lá no dia 1 de janeiro e pense em todas as ações que você realizou este ano que te fizeram sentir orgulho. Então procure refletir sobre qual foi a dimensão de cada um desses feitos. Quem foram os beneficiados: a sociedade, você mesmo, seus amigos, sua família, seus colegas de trabalho? Faça uma lista com tudo o que vier à sua cabeça, desde as menores coisas até as mais grandiosas.

Eu, por exemplo, me orgulho muito de ter feito este ano um esforço de ser menos dura comigo mesma e com os outros, de ter me proposto a ouvir ainda mais. E posso dizer agora, olhando para trás, que consegui de fato ser mais gentil comigo e isso se refletiu em minha relação com o próximo. Eu tive muita dificuldade de encarar o ambiente tão duro e agressivo no entorno, tão pouco aberto a fazermos coisas para mudá-lo, que eu acabei me dando conta do quanto atuar para melhorar esse aspecto era importante para minha saúde mental. Tenho me tratado com mais respeito, com mais carinho e deixei de permanecer em ambientes de intolerância.

Emocionalmente, 2022 não foi fácil para ninguém que conheço. Por mais conquistas individuais que possamos ter tido, e por mais que tenhamos minimamente nos recuperado do tsunami que foi a pandemia, foi impossível não nos impactarmos pelo polarizado clima das eleições, marcado por muita violência, intolerância e agressividade.

As pessoas ficaram pesadas, as conversas tensas, as relações tumultuadas e abaladas. Havia questões de valores fundamentais em jogo. Estando de um lado ou de outro em seus posicionamentos políticos, ou mesmo de nenhum lado, os brasileiros sofreram. Em um cenário de falta de empatia e de compaixão pelo outro, muitos tiveram atitudes que, tenho certeza, devem se envergonhar.

Mas, ainda assim, posso assegurar que todos devem ter conseguido realizar pequenas ou grandes atitudes ao longo do ano das quais se orgulhem. Olhe com carinho para a sua lista de boas ações e reforce internamente suas conquistas. Fazemos isso muito pouco! Quando nos propomos a fazer uma retrospectiva, tendemos a olhar mais para os nossos problemas e para o que deu errado, não é mesmo?

A partir desse exercício, tente se imaginar no fim de 2023 repetindo a mesma reflexão: do que terei me orgulhado daquele ano? Essa é uma boa maneira de estabelecer nossas metas. Focar menos no material e mais em atitudes, em conquistas, em relações, em legado, em propósito de vida. Estabelecer como objetivo claro cuidar mais de si, fazer mais pelo próximo, mudar ou melhorar comportamentos dos quais não nos orgulhamos (sejam eles pessoais ou profissionais). Em vez de reclamar sobre o comportamento do outro, questione-se com frequência: o que depende só de mim para que aconteça?

Que essa montanha russa emocional que passamos nos últimos anos tenha servido de lição para que busquemos nos tornar melhores, mais tolerantes, com menos ódio no coração e mais compaixão. Vamos tentar lutar juntos para que as coisas deem certo. Desejo um ano de muito otimismo, empatia e motivos de orgulho para todos os meus leitores.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos

Vaivém

Stela Campos

GWM

Ricardo Bastos é o novo diretor de relações institucionais e governamentais na GWM Brasil. Ele tem 25 anos de atuação no setor, com passagens pela Ford e Toyota. Também foi VP na Anfavea por 14 anos.

SITA

Augusto Santos é o novo VP para América Latina e Caribe da SITA. Ele trabalhou na Collins Aerospace e NCR Corporation.

Google

Alexandre Freire é o novo diretor de engenharia do Google que irá liderar o futuro Centro de Engenharia da empresa em São Paulo.

E-mail: vaivem@valor.com.br

Logística Após dois anos de caos, mercado vislumbra normalização

Comércio marítimo vê ajuste de frete em 2023

Taís Hirata
De São Paulo

Após dois anos de turbulência e fretes marítimos em patamar recorde, o setor de navegação encerra 2022 com preços em declínio no mundo todo. No trajeto de importação da Ásia para o Brasil, que chegou à casa dos US$ 12 mil por contêiner de 40 pés no auge da crise, os preços voltaram ao nível pré-pandemia em dezembro deste ano, por volta de US$ 1,3 mil por contêiner de 40 pés.

Para 2023, a previsão é que o mercado terá uma acomodação, segundo analistas e executivos. Os congestionamentos nos portos e atrasos de navios, ao que tudo indica, cessaram. Os fretes, que hoje estão baixos, ainda deverão ter algum ajuste para cima, principalmente a partir de março. Porém, a previsão é que ficou para trás o cenário caótico e de preços fora da curva — a não ser, é claro, que novas turbulências globais voltem à tona.

A atual retração dos fretes é explicada pela combinação entre a queda no consumo mundial e o aumento na oferta de capacidade de navios e contêineres.

Do lado da demanda, dois fatores ajudam a derrubar os preços. O primeiro é a mudança no padrão de despesas das famílias. "Na pandemia, as pessoas usaram o dinheiro para comprar. Em 2022 isso terminou, todo mundo está viajando, indo a restaurantes, os recursos pararam de ser direcionados apenas ao comércio", afirma Andrew Lorimer, presidente da consultoria Datamar.

Além disso, há a desaceleração da economia nos principais mercados, dos EUA e, principalmente, da Europa — onde, além da inflação, há as incertezas trazidas pelo conflito com a Rússia.

"Com a crise, os navios [antes direcionados às rotas marítimas principais] voltaram a atender as rotas menores, como o Brasil. Vieram muitos 'extra-loaders' [navios adicionais] para cá, isso gerou um arrefecimento do frete", diz Leandro Barreto, sócio da consultoria Solve Shipping.

Para ele, o comportamento das grandes rotas — que "contamina" todo o mercado — será um fator determinante para o cenário de 2023. "A maior das incógnitas será o tamanho da desaceleração na Europa e nos EUA. Ainda é preciso entender se a queda na demanda é apenas um ajuste de estoques ou se será algo mais profundo. A partir de março, abril, vamos poder observar como será a retomada", afirma.

Já no Brasil, a expectativa para a demanda no próximo ano é positiva, tanto na exportação, com destaque para o setor de alimentos, quanto na importação.

Apesar das incertezas macroeconômicas trazidas pela mudança de governo, a expectativa para o consumo é otimista, avalia Rafael Dantas, diretor da Asia Shipping. "Há uma perspectiva de que o novo governo trará incentivos à população de baixa renda, o que eleva a procura por produtos."

Do lado da oferta, há também algumas variáveis relevantes a serem monitoradas em 2023.

A primeira delas é que, em 2023, diversos navios encomendados durante a pandemia pelas empresas de navegação deverão ficar prontos, elevando a capacidade do mercado — que foi um enorme gargalo na pandemia.

No entanto, nem todos esses novos navios irão gerar um incremento de capacidade, explica Luigi Ferrini, vice-presidente sênior da Hapag-Lloyd.

Isso porque parte deles irá substituir embarcações mais antigas. Além disso, outra parcela relevante deverá reforçar rotas existentes, que serão impactadas por novas regras ambientais do setor de navegação. Para atingir as metas de redução de emissões, uma das estratégias das companhias será reduzir a velocidade dos navios, o que por sua vez aumentará o tempo das viagens e demandará um número maior de navios para suprir a demanda.

"Há uma previsão de 15% de aumento de capacidade de novos navios mundialmente. Porém, destes, 10% serão incorporados aos serviços existentes, para assegurar os itinerários diante da necessidade de reduzir a velocidade, para emitir menos gás carbônico", afirma Ferrini.

Caso a demanda siga baixa, há também uma expectativa de que as empresas de navegação ajustem a oferta da capacidade com "blank sailings", ou seja, cancelamento de viagens. "Tenho a impressão de que vamos voltar a ver muitos 'blank sailings', tal como no início da pandemia. Já voltamos a vê-los em algumas rotas, como na da Ásia", diz Barreto.

A avaliação é que tanto os "blank sailings" quanto o represamento no aumento da capacidade (por meio da aposentadoria de navios ou da destinação de novas embarcações a rotas existentes) serão ferramentas das empresas de navegação para evitar uma derrubada dos fretes.

Dessa forma, a perspectiva para 2023 é que os preços, no mercado de curto prazo, tenham leve aumento e fiquem acima do patamar pré-pandemia, porém ainda muito abaixo dos valores dos últimos dois anos. Já nas cargas que têm contratos de mais longo prazo — com oscilação de preço menor —, os fretes deverão se manter no nível de 2022, diz Ferrini.

Todo esse cenário pode mudar a depender de imprevistos a nível global, como um eventual agravamento dos conflitos com a Rússia ou da pandemia.

Para Lorimer, a covid-19 é o maior temor, principalmente diante da situação atual na China, com a flexibilização das medidas de combate à doença e à disparada de casos. "A principal preocupação é como a pandemia vai se comportar na China e se isso vai afetar o vírus, se há risco de novas variantes. Isso ainda gera receio."

DIVULGAÇÃO

Para Leandro Barreto, sócio da Solve Shipping, uma variável central para o mercado em 2023 será o tamanho da queda de demanda na Europa e nos EUA

Preços em queda

Fretes marítimos voltam a patamar pré-pandemia

Fretes na rota Ásia-Brasil, para contêineres dry de 40 pés, em US$

Fonte: Solve Shipping

Gerenciamento de custos em novos contratos no Brasil

De São Paulo

A inflação de insumos, especialmente de combustíveis, deverá seguir uma preocupação para os transportadores logísticos no Brasil no próximo ano. No entanto, a avaliação é que agora o setor está mais preparado para lidar com esse problema, segundo Marcella Cunha, presidente da Abol (Associação Brasileira de Operadores Logísticos). Para a entidade, a expectativa para 2023 é positiva.

"Neste ano, o aumento de preços, principalmente o do diesel, gerou um enorme estresse aos operadores. Como uma solução, os novos contratos firmados ou prorrogados a partir do segundo semestre passaram já a conter cláusulas de reajuste a cada dois ou três meses, haja vista a flutuação dos preços. É uma medida que trouxe um pouco mais de respaldo e conforto às companhias."

Hoje, a Abol trabalha com a projeção traçada pela consultoria Ilos de que as altas de preços do diesel deverão seguir ao menos até o primeiro trimestre de 2023.

"Não sabemos qual será o impacto no médio e longo prazo. Mas a estratégia dos operadores seguirá a mesma, de sentar com o cliente e desenvolver alternativas para mitigar a alta de custos, seja com o reajuste ou com uma revisão dos contratos, por exemplo, com uma consolidação maior da carga, compartilhamento de capacidades ou o aumento do uso de modais que consomem menos combustíveis", diz ela.

A associação também deverá defender junto ao novo governo federal uma política de preços de combustíveis mais estável, afirma Cunha. "Ainda não sabemos qual será o posicionamento a partir de 2023, estamos acompanhando a equipe de transição, mas insistiremos em uma política mais previsível."

Em termos de demanda, a expectativa da Abol para o próximo ano segue positiva. Os principais setores atendidos pelos operadores logísticos — o de cuidados pessoais e cosméticos e o de alimentos — mantêm a projeção de expansão em 2023.

Já o segmento de comércio eletrônico — que viveu uma disparada nos últimos anos com a pandemia e gerou um forte aquecimento do setor logístico — tende a desacelerar, mas seguir em crescimento, avalia a presidente. De 2020 para 2021, as vendas do e-commerce subiram 27%, e a porcentagem de operadores logísticos que operam no segmento avançou 63% no período, segundo estudo da Ilos.

"Nos últimos dois anos, os operadores registraram recordes de movimentação. Isso não necessariamente se traduziu em lucratividade, em função do aumento dos preços de insumos, mas há um cenário de crescimento, e nossa visão é que esse bom momento vai seguir em 2023", diz.

Para Cunha, o novo governo traz expectativas positivas para o consumo. "O cenário econômico deverá melhoras, temos visto uma menor inflação e com a previsão de aumento no salário mínimo, esperamos que isso se reflita no consumo, na produção e na movimentação logística." *(TH)*

Energia Tarifa da binacional vai cair 34,5%, beneficiando consumidores nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul

Fim do custo de Itaipu vai baixar conta de luz

Rafael Bitencourt
De Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) projeta para 2023 o aumento médio de 5,6% das contas de luz em todo o país. A previsão é do diretor-geral do órgão, Sandoval Feitosa, que espera para o próximo ano um novo momento oportuno para implementar um plano de "redução estrutural" da tarifa.

"A alta de 5,6% da tarifa em 2023 está ligeiramente acima do índice de inflação projetado para o período. Isso é muito positivo para a economia do país", disse Feitosa, ao tomar como referência a inflação prevista para 2023, de acordo com os últimos boletins do Banco Central. Em 2022, o aumento do custo da energia elétrica e dos combustíveis foi considerado um dos principais vilões da alta generalizada de preços na economia brasileira.

Um dos fatores positivos que devem frear o movimento de altas das tarifas virá da reunião pública da diretoria do órgão regulador marcada para hoje. O comando da agência vai considerar a redução de US$ 227,3 milhões no pagamento da dívida da construção da usina de Itaipu, que vai reduzir em 34,5% o custo da energia produzida pela usina e entregue às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A chamada tarifa de repasse cairá de US$ 24,73 para US$ 16,19, com impacto médio de -3% nas contas de luz dos consumidores das três regiões no ano que vem.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel: "Alta de 5,6% em 2023 é pouco acima da inflação projetada para o período. Isso é muito positivo para a economia do país"

O pagamento do empréstimo tomado para a construção da usina vem chegando ao fim. No ano passado, o valor pago via conta de luz foi da ordem de US$ 2 bilhões. Este ano, o montante foi reduzido em US$ 1,4 bilhão. "Em 2023, a dívida estará praticamente quitada", afirmou Sandoval.

Em paralelo à redução do custo de aquisição da energia da usina binacional, mantida pelo Brasil e pelo Paraguai, o consumidor das regiões beneficiadas pela oferta dessa eletricidade deverá contar ainda com diminuição, na mesma proporção (-3%), da despesa atrelada ao uso do sistema de transmissão (a Tust) em 2023.

Ao **Valor**, Feitosa explicou que isso ocorrerá da mesma forma com a população das regiões Norte e Nordeste que será beneficiada com a redução do custo de transporte de energia (-2,4% e -0,8%, respectivamente) devido à mudança de regra promovida este ano pela Aneel, ao adotar o chamado "sinal locacional". A lógica é que quem usa menos a rede de alta tensão, que transfere grandes volumes de energia de uma região para outra, assuma uma parcela menor dos custos.

Parte do setor chegou a se rebelar contra a mudança de regra proposta pela Aneel. Os agentes do setor buscaram lideranças do Congresso para apresentar projeto de lei (PLD 365/22) para reverter a decisão da agência.

Sandoval afirmou que, dentro do plano de redução estrutural da tarifa para o consumidor final, outro aspecto dentro da definição do custo de transmissão será alterado. Trata-se de estabelecer um fim da "estabilização" da Tust. Segundo ele, a regra atual isenta por dez anos as novas usinas de despesas relacionadas à rede básica. "Isso passará a ser, basicamente, dividido de forma justa entre os consumidores e as geradoras", disse ele.

A iniciativa dos congressistas de invalidar a norma da Aneel sobre o sinal locacional foi encarada por especialistas como um dos atropelos do Legislativo nos últimos dois anos que geraram percepção de risco para os investidores no setor. Da mesma forma, as propostas de alteração de regra na modalidade de geração distribuída, ampliação de subsídios à geradoras de fontes renováveis e a determinação de construir 8 mil megawatts (MW) de térmicas a gás onde não existe rede de gasodutos foram encaradas como interferências do Congresso no papel da agência.

"Houve de fato um grande protagonismo do Poder Legislativo frente a questões técnicas e de política pública do setor. Claro, que a Aneel é um órgão de execução de política pública, mas seu papel deve ser respeitado", afirmou Feitosa. Ele disse ter a expectativa de que a nova composição do Congresso e a relação que será inaugurada com a nova gestão do Poder Executivo melhore a relação entre as instituições.

"A tarifa de energia elétrica não é a causa, mas a consequência das decisões que são tomadas", disse o diretor-geral. Numa agenda de curto prazo, a Aneel estará comprometida com a redução de custo porque paradoxalmente, apesar do Brasil ser o país da energia de custo mais baixo, é o país da tarifa mais cara. Isso tem afetado sensivelmente a competitividade da indústria e o orçamento das famílias", destacou o diretor.

Petroreconcavo compra ativos da Maha no Brasil

Petróleo

Fábio Couto
Do Rio

A PetroReconcavo comprou nesta quarta-feira (28) as operações da sueca Maha Energy no Brasil, que reúne participação em seis campos terrestres de petróleo na Bahia e Sergipe, por um valor total que inicialmente é de US$ 138 milhões. O montante será pago em duas parcelas, sendo a primeira de 60% do preço de aquisição na data do fechamento e o restante, 40% do valor total, em seis meses após o fechamento da operação.

A transação, que ainda precisa ser aprovada por autoridades regulatórias, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pode ter um acréscimo de US$ 36,1 milhões devido a metas de desempenho ("earnouts") previstas, associadas à melhoria das condições comerciais de preço das commodities, afirmou a Petroreconcavo em fato relevante divulgado ontem.

Os ativos da Maha Energy são o campo de Tartaruga, na Bacia de Sergipe, o campo de Tiê e blocos exploratórios na Bacia do Recôncavo, na Bahia, localizados em áreas vizinhas às operações da Petroreconcavo. No comunicado, a empresa afirma que a aquisição reforça o plano de expansão e consolidação da companhia na exploração e produção de petróleo em terra no país. De acordo com a Maha Energy, a saída do país está alinhada com a nova estratégia de otimizar a gestão de portfólio da companhia, prosseguindo com o atual plano de investimentos e seu novo posicionamento com uma estrutura de capital aprimorada. A Maha Energy estava no país desde 2017, quando comprou a unidade brasileira de negócios da colombiana Gran Tierra — que também deixava o país. Agora, a sueca repete o movimento da antiga dona dos campos de Tiê e Tartaruga.

A empresa sueca afirmou que a transação foi aprovada porque permite otimizar o portfólio de ativos e tem sinergia operacional com a Petroreconcavo. "Essa transação melhorará o balanço patrimonial da Maha e permitirá que a empresa busque oportunidades de crescimento no segmento de O&G [óleo e gás] com múltiplos de entrada atraentes, visando fluxos de caixa e lucros mais fortes", disse o presidente da Maha Energy Brasil, Paulo Thiago Mendonça, em comunicado.

A receita líquida da Maha Brasil em nove meses de 2022 foi de US$ 62 milhões e acumula US$ 78 milhões nos últimos 12 meses, com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de cerca de US$ 62 milhões nos últimos quatro trimestres, diz o comunicado. A média de produção total dos campos de Tiê e Tartaruga foi de 2.867 barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) em 2022.

A compra dos ativos da Maha foi considerada pelo Goldman Sachs um movimento estratégico da Petroreconcavo, diante da possibilidade da empresa aplicar parte do capital levantado no IPO e nas operações subsequentes "em uma transação criativa de valor potencial".

A Petroreconcavo foi a primeira a comprar campos maduros [cuja produção encontra-se em fase de declínio] da Petrobras, em abril de 2019, e a transação pode ser mais um sinal de que o segmento de petroleiras independentes pode estar passando por um processo de consolidação. Em outubro, a Prio (ex-PetroRio) assinou contrato com a Prisma Capital para a compra das ações da Dommo Energia, antiga OGX.

Esse mercado veio se formando com mais vigor a partir do plano de desinvestimentos da Petrobras, que prioriza investimentos em exploração e produção nas áreas do pré-sal. Semana passada, a 3R Petroleum assumiu a operação do campo de Papa-Terra, na Bahia. A própria Petroreconcavo e a Eneva negociam em conjunto com a Petrobras a aquisição do polo Bahia Terra, área que reúne 28 campos terrestres de petróleo, bem como a infraestrutura associada.

DIVULGAÇÃO

Alan Riddel, da KPMG: Além de custo menor do financiamento, ferramenta garante liquidez para cadeias de insumos

KPMG e Squalo criam fundo para apoiar cadeias de fornecedores

Insumos

Rafael Rosas
Do Rio

A KPMG no Brasil e a Squalo Capital vão criar um fundo de investimento de R$ 400 milhões para financiar fornecedores estratégicos de cadeias produtivas de empresas âncoras. Os recursos serão destinados para linhas de produção, construção de ferramentais e capital de giro com prazos de até cinco anos. Os cotistas terão remuneração de CDI mais 4% ao ano e o custo de empréstimo para os tomadores dependerá da operação e do risco da empresa.

O fundo está em fase de formação e deverá emitir as primeiras cotas em janeiro, mas Alan Rigoni, diretor de gestão de recursos de terceiros da Squalo Capital explica que já há cerca de R$ 150 milhões em operações "praticamente contratadas" com três empresas âncora. A expectativa é que os R$ 400 milhões sejam atingidos até maio com operações com mais um ou dois fornecedores.

As empresas âncora — cujos nomes são mantidos em sigilo — são companhias grandes que contam com uma robusta cadeia de fornecedores. Podem ser de diversas indústrias, como dos setores automobilístico e de alimentos, por exemplo. Alan Riddel, sócio-líder da área de capital advisory da KPMG no Brasil, afirma que o objetivo da criação do fundo é não apenas permitir o barateamento do custo de financiamento para as empresas âncora, mas também manter as cadeias de suprimento mais saudáveis. Ele lembra que durante a pandemia havia liquidez disponível globalmente, mas isso não evitou o estrangulamento da produção justamente por problemas de financiamento das cadeias, uma vez que as empresas menores, com a parada de muitas economias, não conseguiram se sustentar financeiramente.

"Não é somente ter um custo mais barato, mas outro benefício para a empresa âncora é que a cadeia dela está protegida. O fundo traz mais resiliência para as cadeias, com liquidez mais eficiente e barata", diz Riddel.

A diferença do fundo criado por KPMG e Squalo está na ferramenta criada pela empresa de consultoria, que permite uma análise profunda da cadeia de fornecimento das empresas parceiras. O programa analista as condições de cada companhia e a importância delas para suprir as necessidades das empresas âncora.

A ferramenta foi desenvolvida no país e inicialmente será utilizada no Brasil, mas o sistema vai ser expandido para o exterior pela KPMG. "Já discutimos o uso para gestão e monitoramento de cadeias fora do Brasil", diz Riddel.

A empresa de consultoria estruturou nos últimos meses operações que somam mais de R$ 200 milhões e a expectativa da companhia é constituir, nos próximos dois anos, outros fundos semelhantes, de forma a atingir R$ 2 bilhões em operações estruturadas.

O sistema desenvolvido pela KPMG permite conhecer em detalhes as características e riscos do ecossistema de fornecimento de cada empresa âncora. Com isso, o programa permite a facilitação e o barateamento de acesso ao crédito por fornecedores, com uma redução dos custos de captação que pode chegar a 10%.

"Ele [o programa] também atua como um sistema de monitoramento e análise de crédito de grande valor para empresas âncoras, permitindo monitorar o risco financeiro e operacional de todo o ecossistema. Tudo isso ocorre na nuvem, com acessos a partir de qualquer lugar, qualquer plataforma e em tempo real", diz Riddell.

O sistema, batizado de Supply Chain Finance (SCF), levanta informações econômicas, financeiras e operacionais do tomador e da cadeia da empresa âncora. "Isso mitiga o risco do negócio, com informações da área de compras do âncora, muito mais que só dados financeiros", diz Rigoni.

Itaú entra na Cosan Nove, dona de 39% da Raízen

Conglomerado

Stella Fontes
De São Paulo

Em mais uma operação relacionada aos planos de aquisição de até 6,5% da Vale anunciados em outubro, e similar ao movimento realizado há poucos dias com a Compass Gás & Energia e o Bradesco, a Cosan aportou boa parte das ações que detém na Raízen na Cosan Nove Participações e atraiu novo investimento bilionário, desta vez do Itaú Unibanco.

Segundo fato relevante divulgado nesta quarta-feira (28), o banco investiu R$ 4,115 bilhões na compra de papéis preferenciais da Cosan Nove, o que representa 26,91% da empresa que, agora, detém 39% das ações da Raízen — a Shell tem outros 44%, 12% estão em circulação no mercado ("free float"). A Cosan manteve uma parte dos papéis.

A partir da operação com o Itaú, a Cosan ficou com 73,09% da Cosan Nove e manteve os direitos políticos como co-controladora da Raízen, garantidos no acordo de acionistas firmado com a Shell.

O negócio acontece dentro do contexto de aquisição de participação acionária na Vale, que inicialmente não foi bem recebido pelo mercado. No começo de outubro, a Cosan comunicou a compra na bolsa de 1,5% das ações da mineradora, além da organização de uma estrutura de opções sobre mais 3,4% da mineradora.

Na verdade, com uma combinação de compra direta de ações e derivativos, o grupo do empresário Rubens Ometto deve chegar a 6,5% do capital da mineradora, equivalentes a um investimento de R$ 22 bilhões, colocando-se entre os grandes acionistas da companhia que tem controle pulverizado desde o fim de 2020.

Na sexta-feira, a Cosan já havia anunciado outra operação parecida. O Bradesco investiu R$ 4 bilhões em preferenciais da Cosan Dez, que assumiu todas as ações da Cosan na Compass, ou 88% de seu capital social. Com o negócio, o Bradesco passou a deter 23,2% da Cosan Dez, enquanto a Cosan ficou com 76,8% do veículo. *(Colaborou Ana Beatriz Bartolo)*

Medicamentos Em 12 meses, até novembro, mais de 1,8 bilhão de caixas foram comercializadas no país

Venda de genéricos cresce quase 10% e deve manter ritmo em 2023

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Telma Salles, da PróGenéricos: Ações judiciais para extensão do prazo de patente de medicamentos não têm evoluído

Stella Fontes
De São Paulo

As vendas de medicamentos genéricos nas farmácias brasileiras seguem crescendo perto de 10% ao ano em unidades e a expectativa para 2023 é de manutenção desse ritmo, se a conjuntura permanecer favorável.

Além da maior confiança do consumidor, outro suporte à perspectiva positiva dos laboratórios vem da indicação do novo governo de que está preocupado e quer expandir o Farmácia Popular. Cerca de 85% dos medicamentos dispensados no programa são desta classe.

"Passados 23 anos da lei [que liberou a venda desse tipo de medicamento], o mercado de genéricos está consolidado no país", diz a presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), Telma Salles. Atualmente, dos 20 medicamentos mais prescritos por médicos no país, 15 são genéricos.

De acordo com levantamento da entidade, com base em dados da IQVIA, que audita o varejo farmacêutico, mais de 1,8 bilhão de caixas de genéricos foram comercializadas no Brasil entre dezembro de 2021 e novembro deste ano, um aumento de 8,92% frente ao período anterior.

Em unidades, os genéricos acompanham de perto o crescimento do mercado em geral, crescem acima dos tratamentos de referência (que sobem 6,41%), porém menos que os similares (12%).

Para a presidente da associação, que representa 16 farmacêuticas que, juntas, respondem por cerca de 90% do mercado nacional de genéricos e 50% do de biossimilares, há espaço para que as vendas cresçam à mesma velocidade no próximo ano.

O ritmo, observa a executiva, vai depender do comportamento da economia e da incorporação de novos produtos. Se por um lado o consumo em geral recua em momentos de crise, o fato de os genéricos terem de ser, por lei, 35% mais baratos que o medicamento de referência, estimula a migração para esses tratamentos conforme o ambiente econômico.

Na prática, ressalta Telma, o genérico chega a custar mais de 70% menos que o remédio "original", garantindo o acesso a tratamento médico em especial à população de baixa renda. "O desafio é estar sempre com moléculas para novas patologias, estar apto a colocar o genérico à disposição da população", acrescenta.

Em geral, os laboratórios são rápidos em ofertar novas moléculas assim que expira a patente do medicamento de referência. Por lei, essa exclusividade vale por até 20 anos, mas as farmacêuticas multinacionais têm recorrido à Justiça para tentar estender esse prazo.

No início do mês, mais de 40 ações individuais estavam em curso na Justiça Federal, pedindo prazo adicional à patente sob a alegação de demora na análise do pedido no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

"Essas ações, felizmente, não têm prosperado. É um movimento natural de quem perde mercado, mas a lei está aí também para apoiar os marcos legais", afirma a executiva, referindo-se à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), há menos de dois anos, que derrubou um dispositivo da Lei de Propriedade Industrial que abria uma brecha para extensão do prazo de exclusividade.

Do lado dos insumos farmacêuticos ativos (IFAs), cujo suprimento no Brasil depende das importações, Telma diz que ainda há alguns problemas, em especial a partir da China, porém sem impacto na produção brasileira.

Usados sobretudo no tratamento de doenças crônico degenerativas, os genéricos têm participação de 35,3% do mercado total de medicamentos em unidades no país. Considerando-se as compras públicas (mercado institucional), essa fatia chega a 50%. Em tratamentos para hipertensão, representam 73,37% do total, além de 78,54% para colesterol, 71,72% para ansiedade e 64,46% para depressão.

Entre os mais vendidos aparecem losartana, dipirona sódica, hidroclorotiazida, nimesulida, atenolol, sildenafila, enalapril, simeticona, paracetamol e sinvastatina, usados no tratamento das doenças que mais acometem a população, como pressão alta e diabetes.

O levantamento da PróGenéricos mostra ainda que, desde que começaram a ser comercializados no Brasil, esses medicamentos geraram uma economia de R$ 238,1 bilhões à população. Hoje, 97 laboratórios comercializam esse tipo de medicamento no país.

Após 10 anos à frente da PróGenéricos, Telma Salles deixa a posição nos próximos dias. O nome de seu sucessor ainda não é publico.

Embraed dobra ticket médio em imóveis de alto luxo

Construção

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Com um ticket médio para os apartamentos que constrói, cujos preços passaram de R$ 2,5 milhões para R$ 5,6 milhões a unidade desde 2019, a incorporadora Embraed, de Balneário Camboriú (SC), estima fechar o ano com R$ 550 milhões em vendas, 10% a mais do que em 2021.

Os clientes da companhia são consumidores ricos em busca de segunda residência na cidade que ganhou fama pelos prédios muito altos e luxuosos, além do polêmico alargamento da praia.

Pelo alto poder aquisitivo, a incorporadora não teve problemas ao longo deste ano para repassar o aumento dos custos com materiais e terrenos aos imóveis, afirma Tatiana Rosa Cequinel, presidente da companhia.

Também não há questões como inadimplência e risco de distratos, que assombram outras faixas do mercado imobiliário neste momento de juros elevados. Como explica Cequinel, seus clientes costumam pagar 30% do valor da unidade em até 90 dias e o restante em no máximo 60 meses.

Para o próximo ano, a companhia catarinense — que tem seu grande mercado na região de Camboriú — planeja fazer dois lançamentos, com valor geral de venda (VGV) de R$ 1,2 bilhão.

A Embraed já tem um empreendimento no Paraná, em Maringá, e Cequinel afirma ser um "sonho" para a empresa entrar no mercado de São Paulo. "O paulista entende bastante o nosso tipo de produto, que é muito diferente", diz ela. Para isso, uma parceria seria bem-vinda. "Sempre quando vamos para um novo campo, temos que ter parceiro que conheça as coisas".

A executiva também não descarta uma internacionalização da incorporadora. "Venho olhando Miami, tem saído bons projetos por lá, mas esse negócio é questão de oportunidade, tem que estar ligado", afirma, acrescentando que a Embraed está "pronta para agarrar qualquer oportunidade".

Outro plano da incorporadora é investir em condomínios horizontais de luxo. A inspiração é a Fazenda Boa Vista, condomínio da JHSF em Porto Feliz (SP). A ideia na Embraed, no entanto, é realizar o projeto em Santa Catarina. "Tem espaço e tem demanda", garante a empresária, que assumiu o comando da empresa em 2013 no lugar pai, que foi o fundador da incorporadora.

DIVULGAÇÃO

Tatiana Cequinel, CEO: plano de entrar no mercado de São Paulo. "O paulista entende bastante o nosso tipo de produto"

A companhia tem a característica de se manter ativa em seus projetos depois que eles são entregues aos moradores. Cequinel assume como síndica dos condomínios por dois anos e há um departamento da incorporadora específico para cuidar disso. Segundo ela, essa proximidade com os edifícios em uso ajuda a ter uma visão do que funciona ou não, a melhorar os próximos projetos e a manter um padrão de qualidade nos empreendimentos.

Edifícios da Embraed em Camboriú têm vocação para segunda residência e ficam com poucos moradores na maior parte do tempo, exceto durante as temporadas de férias e aos finais de semana. Inspirados por essa característica, a companhia planeja adotar no próximo ano um serviço de concierge, pay-per-use, para assessorar os moradores que chegam à cidade sem saber quem contratar para ser babá ou personal trainer, por exemplo. O modelo do serviço está em desenvolvimento.

A incorporadora encontrava-se em "em conversas avançadas" para fazer uma oferta pública de ações (IPO, em inglês) mas os planos foram suspensos com chegada da pandemia. A expectativa da CEO é retomar o IPO em 2023.

A incorporadora tem hoje um banco de terrenos que corresponde a R$ 9 bilhões em valor geral de venda, que cresceu 60% desde 2020. Desse total, 70% está em Santa Catarina e 30% no Paraná.

Para se preparar para a abertura de capital e levantar recursos para comprar terrenos e tocar obras, tem feito emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que já somaram R$ 600 milhões.

Devido ao tipo de público que mira, mais resiliente a problemas macroeconômicos, a principal dificuldade da Embraed é assegurar os terrenos. Demolir prédios antigos para conseguir espaço já é uma realidade. A empresa deve derrubar um edifício de 16 andares (fora de padrão), que dará lugar a outro, de 75.

Luxo Linha de maquiagem Rose é a segunda marca da gigante de biotecnologia a desembarcar no Brasil

Amyris vai produzir parte de sua 'beleza limpa' em Vinhedo

Maria da Paz Trefaut
Para o Valor, de São Paulo

Criada durante a pandemia, em 2021, a maquiagem de luxo Rose Inc é a segunda marca da gigante de biotecnologia americana Amyris a chegar ao Brasil. Desembarcou no varejo em outubro deste ano e em meados de 2023 alguns itens começarão a ser produzidos em Vinhedo, no interior de São Paulo, para abastecer o mercado interno e outros países.

A Amyris desenvolve ingredientes sustentáveis para os mercados de saúde, bem-estar, beleza, fragrâncias e sabores. Seu valor de mercado é de US$ 1,7 bilhão. De suas nove marcas de cosméticos, a Biossance foi a primeira a entrar no mercado brasileiro e a primeira a ter produção local. Sua fábrica, que produz essências, foi construída em Barra Bonita (SP) e inaugurada neste ano.

Com a Rose, o plano é produzir parte da linha em Vinhedo (SP), na fábrica da Interfaces Cosméticos, comprada recentemente pela Amyris, que não informa quanto tem e faturado no Brasil.

"As vendas da Rose Inc no Brasil tiveram resultados muito melhores do que qualquer um de nós poderia esperar, desde o lançamento em fins de outubro," diz Caroline Hadfield, CEO e cofundadora da marca, que esteve em São Paulo há alguns dias e falou ao **Valor**. Inglesa, ela vive em São Francisco há dez anos, depois de percorrer um caminho como executiva que começou na rede de moda Fast Shop e dali para "dutyfrees", para a LVMH (Louis Vuitton Moet Hennessy) e seguiu para Body Shop, antes de chegar à Amyris.

No Brasil e no mundo, a rede Sephora tem exclusividade na venda dos 80 produtos da marca, que faz parte do segmento "beleza limpa" e foi desenvolvida em parceria com a modelo inglesa Rose Huntington-Whiteley. "Acho que o mercado brasileiro está pronto para um novo posicionamento em maquiagem de alta performance com fórmulas sustentáveis que não agridem a pele nem o meio ambiente", diz a CEO.

A Rose, lançada em plena pandemia, em 2021, se propõe a atender aos anseios do consumidor que, de alguma forma, foram definidos durante o isolamento: mais simplicidade, menor número de itens e produtos mais versáteis que tratem e embelezem ao mesmo tempo. "As pessoas querem bases mais leves e nós temos isso. Começamos com um perfil de consumidores bastante jovem, de 21 a 24 anos, e já atingimos a faixa de 50 anos. Por isso diria que nosso perfil é uma idade universal. Antes da pandemia, a rotina de cuidados demandava muitas etapas. Creio que hoje as pessoas querem menos quantidade de produtos e mais qualidade".

No Brasil, os preços da Rose variam de R$ 189 (batom) a R$ 299 (base). Nos Estados Unidos, diz a executiva, os consumidores da Rose têm renda anual na faixa de US$ 100 mil e são aqueles que buscam um luxo sustentável.

Por enquanto, todos os produtos da marca vendidos no Brasil são importados da Califórnia, onde fica a sede, e da Itália. Mas em breve parte deles será fabricada em Vinhedo na planta industrial da Interfaces, empresa adquirida neste ano pela Amyris e que entrará em operação em meados de 2023.

Na unidade de Vinhedo serão produzidos itens de tratamento para o mercado brasileiro e para exportar aos países onde a marca está presente além dos EUA e Reino Unido: Canadá, Itália, Nova Zelândia e Austrália. As exportações brasileiras de perfumes e cosméticos, incluindo seus insumos, deram um salto neste ano. Segundo dados do Ministério da Economia, o país exportou de janeiro a outubro US$ 787,5 milhões, com aumento de 24,8% em relação ao mesmo período de 2021. Em volume, as vendas cresceram 2,8%, para 126,4 mil toneladas. Os produtos com pigmentação da Rose continuarão a vir da Itália, que tem expertise nesse tipo de produção.

De olho na recessão global prevista para o ano que vem, Hadfield diz que por ser uma marca nova, com apenas 15 meses, ela já começou em um patamar de preços cautelosos e bastante competitivos e que, além disso, traz a vantagem de ter refil para cinco itens e que custam a metade do preço. O Brasil, por enquanto, tem poucas marcas de "beleza limpa". Os principais rivais da Rose Inc são Fenty e Rare Beauty. Nos Estados Unidos a disputa é com a Ilia e a Kosas.

A Rose tem 51 funcionários e representa 20% da receita da Amyris Clean Beauty. Entre os produtos mais vendidos estão a base, o tinted serum (R$ 299), o blush (R$ 239) e os pincéis, na faixa de R$ 219. Num mundo que questiona padrões estéticos, de raça e de gênero, a marca oferece 14 tons de base. Na loja "pop up" de lançamento da marca em Nova York os homens foram incentivados a fazer o teste para ver qual tom de base ou corretivo poderiam usar e deu resultado: "Eles gostaram da questão multifuncional do tinted serum, que trata e uniformiza a pele. Veja que os homens cada vez mais cuidam da pele, compram produtos de beleza ditos "femininos" ou usam os de suas parceiras. Acho que a beleza não está mais tão categorizada por raça ou gênero", diz ela.

Um dos maiores desafios da marca foi entrar no mercado de luxo com embalagens de plástico reciclado 100% sustentáveis e ao mesmo tempo sofisticadas. "Optamos pela linha elegante e minimalista, sem dourados", disse., acrescentando que tudo isso exigiu muito estudo e que, de fato, usar embalagens de plástico ainda requer uma educação do consumidor. "Achamos que as pessoas seriam mais receptivas, mas tudo é um processo".

No site da Rose Inc o perfil de Hadfield inclui as músicas preferidas. "Meu estilo sempre foi de aproximação com a equipe, compartilhando sobre minha família, ouvindo sobre a deles e incentivando a colaboração. Quando coloco a música de Harry Styles, sei que todos também gostam e isso é engraçado e nos aproxima".

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Caroline Hadfield, CEO da Rose Inc, fala do consumidor: "As pessoas querem bases mais leves e nós temos isso"

China reabre mercado para videogames importados

Entretenimento

Dow Jones Newswires, de Cingapura

A China retomou a concessão de aprovações de publicação para videogames estrangeiros, encerrando uma paralisação que remonta a junho de 2021 e removendo uma fonte de incerteza para o outrora florescente setor de videogames do país.

O principal regulador de videogame da China, a Administração Nacional de Imprensa e Publicação, informou que aprovou 44 títulos importados no início deste mês, incluindo "Pokémon Unite", um jogo de arena de batalha multijogador codesenvolvido pela chinesa Tencent Holdings, e o jogo de tiro, da Riot Games, "Valorant".

A retomada das aprovações para títulos importados abre caminho para desenvolvedores e editores de jogos lucrar com alguns títulos globais populares no maior mercado de jogos para dispositivos móveis do mundo. Na China, as empresas devem buscar a aprovação do governo para cobrar dos jogadores por um novo jogo.

Os jogos importados têm sido uma importante fonte de renda para as grandes empresas chinesas de jogos. Devido ao congelamento das licenças, essas empresas continuam a depender de títulos antigos para obter lucros em casa. Uma nova licença do governo permite que eles lancem rapidamente na China o jogo, que normalmente já foi lançado no exterior.

Em uma declaração separada, o regulador do setor disse que também concedeu licenças este mês para 84 jogos domésticos, incluindo o jogo de tiro em terceira pessoa da Tencent, "Synced: Off-Planet." Incluindo os jogos aprovados nesta quarta-feira, Pequim aprovou mais de 500 videogames neste ano desde que retomou o processo de licenciamento em abril. A taxa é menor do que nos anos anteriores, quando cerca de 1 mil títulos receberam sinal verde a cada ano.

Os reguladores chineses congelaram o licenciamento de jogos em julho de 2021 e revelaram novas medidas estritas para limitar jogadores menores de 18 anos a apenas uma hora de videogame todas as sextas, sábados e domingos, além de feriados.

Os fabricantes chineses, incluindo a Tencent e a rival NetEase, passaram a produzir menos jogos com maior potencial de vendas, dado o número limitado de licenças governamentais disponíveis na China, bem como desenvolver jogos para mercados internacionais.

Movimento falimentar

Nota da redação: Em virtude do recesso forense, não há registros a serem publicados nesta data.

Agenda Tributária

Mês de Dezembro de 2022

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.	2550**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Novembro/2022
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Corat nº 16, de 2022)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	1708**	Mês da prestação do serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI	2801**	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2810**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ	2909**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2917**	"
29	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232*	Novembro/2022
29	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior – Pessoa Jurídica		
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473*	Novembro/2022
29	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)		
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190*	Novembro/2022
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600*	"
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015*	"
	8ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211*	Ano-Calendário 2021
29	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	1599*	Julho a Setembro/2022
	Estimativa Mensal	2319*	Novembro/2022
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	0220*	Julho a Setembro/2022
	Estimativa Mensal	2362*	Novembro/2022
	Optantes pela apuração com base no lucro real		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	3373*	Julho a Setembro/2022
	Estimativa Mensal	5993*	Novembro/2022
	Lucro Presumido (3ª quota)	2089*	Julho a Setembro/2022
	Lucro Arbitrado (3ª quota)	5625*	"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317*	Novembro/2022
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Presumido ou Arbitrado	0231*	"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507*	"
29	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Contrato de Derivativos	2927*	Novembro/2022
29	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	1º a 15/dezembro/2022
29	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	1º a 15/dezembro/2022
29	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	2030*	Julho a Setembro/2022
	Estimativa Mensal	2469*	Novembro/2022
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	6012*	Julho a Setembro/2022
	Estimativa Mensal	2484*	Novembro/2022
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (3ª quota)	2372*	Julho a Setembro/2022
29	Programa de Recuperação Fiscal (Refis)		
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100*	Diversos
	Parcelamento alternativo	9222*	"
	ITR/Exercícios até 1996	9113*	"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126*	"
29	Parcelamento Especial (Paes)		
	Pessoa física	7042*	Diversos
	Microempresa	7093*	"
	Empresa de pequeno porte	7114*	"
	Demais pessoas jurídicas	7122*	"
	Paes ITR	7288*	"
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830*	Diversos
	Demais pessoas jurídicas	0842*	"
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927*	Diversos
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919*	Diversos
29	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983*	Diversos
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990*	"
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285*	Diversos
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4324**	Diversos
29	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º §3º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873*	Diversos
29	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional		
29	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5º § 3º IN/RFB nº 1.677/2016	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4º § 3º IN/RFB nº 1.713/2017	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
29	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
29	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
29	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º § 4º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4359**	Diversos
29	Parcelamento - CEI	4105**	Diversos
29	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1136*	Diversos
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1165*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1194*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1204*	"
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1210*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1233*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1240*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1279*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinparios - Art. 3º	1285*	"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1291*	"
29	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3780*	Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3796*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3835*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3841*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3858*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3870*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3887*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3926*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3932*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3955*	"
29	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065*	"
29	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - PIS/Cofins		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4007*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4013*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, §1º	4020*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1º	4042*	"
29	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014		
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4720*	Diversos
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750*	"
29	Programa de Regularização Tributária (PRT)		
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4135**	Diversos
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4136**	"
	PRT - Demais Débitos	5184*	"
29	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)		
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4141**	Diversos
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4142**	"
	PERT - Demais Débitos	5190*	"
29	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)	5525*	Diversos
29	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161*	Diversos
29	Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios	6063*	Diversos
29	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei nº 8.212/91 NIT/PIS/Pasep	1759**	Diversos
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	1201**	"
	ACAL - CNPJ	3000**	"
	ACAL - CEI	3107**	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	3204**	"
	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4006**	"
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ	4103**	"
	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4200**	"
	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4308**	"
	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança - Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104)	4995**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6009**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6203**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6300**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6408**	"
	Comprev - pagamento de Dívida ativa - não parcelada de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6513**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Viagens Forte demanda a Brasília precisou de ônibus e voos extra

Fim de ano e posse de Lula elevam venda de passagens

Daniela Braun
De São Paulo

As festas deste fim de ano e a solenidade da posse do novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), marcada para domingo, 1º de janeiro de 2023, ajudaram a elevar as vendas de passagens rodoviárias acima do nível pré-pandemia e aumentaram também a demanda por viagens de avião.

Empresas de transporte de ônibus interestadual registraram um aumento de 8% nas vendas de passagens para o Natal, entre 23 e 26 de dezembro, em relação a 2019, período anterior à pandemia da covid-19, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), que representa 90 companhias. "Esse volume tende a aumentar, considerando que muitos passageiros ainda não têm a cultura da compra antecipada", afirma Letícia Pineschi, porta-voz e conselheira da Abrati.

Nesta última semana de dezembro, empresas de transportes notaram um aumento acima do normal na demanda por passagens para Brasília, nas datas de 30 e 31 de dezembro e 1º de janeiro. O setor rodoviário interestadual começou a abrir horários extras para atender a demanda de passageiros para Brasília, informou a Abrati.

"Há uma demanda maior de passagens partindo de Goiás, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro", diz Pineschi.

Entre as companhias aéreas, a Gol observou alta na demanda para Brasília, especialmente no dia 1º, e incluiu dois voos extras partindo do Rio de Janeiro e de São Paulo na data.

A Latam informou que espera um fluxo de passageiros voando para Brasília de 27 de dezembro a 1º de janeiro até 25% maior do que o registrado no mesmo período de 2021, e 12,4% superior ao mesmo intervalo de 2019. A companhia informou que reforçará a equipe escalada ao longo desses dias.

A alta nos preços de passagens aéreas colaborou para o aumento na demanda por viagens de ônibus. Em outubro, houve um aumento real de 13,9% nos preços dos trechos aéreos, em relação ao mesmo mês de 2019. O preço médio do bilhete foi a R$ 638,36, segundo o levantamento mais recente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), divulgado na terça-feira (27).

Somente no Estado de São Paulo, as vendas de passagens de ônibus intermunicipais cresceram 10,7%, entre os dias 23 e 26 de dezembro, na comparação com o mesmo intervalo de 2019, informou o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo (Setpesp). Mais de 175 mil pessoas deixaram a capital paulista, partindo dos terminais rodoviários do Jabaquara, Tietê e da Barra Funda com destino a variadas regiões do Estado, no período natalino.

Até o início de dezembro, a previsão era alcançar um crescimento real de 8% no volume de passagens vendidas no Estado durante o Natal. "Fomos surpreendidos positivamente neste momento de retomada do turismo — um dos setores mais impactados pela pandemia da covid-19", diz Gentil Zanovello, presidente do Setpesp. Ele nota que a demanda superou as expectativas, considerando que os dias 24 e 25 de dezembro se resumiram a um fim de semana, enquanto o período de festas dos anos anteriores foi mais prolongado.

Segundo o Setpesp, as associadas ao sindicato representam 95% da demanda intermunicipal de São Paulo. No mercado nacional, nas rotas federais, o Estado de São Paulo representa 48% do total das viagens interestaduais.

O site de vendas de passagens rodoviárias ClickBus informou ter gerado R$ 42 milhões em valor bruto transacionado (GMV, na sigla em inglês) com vendas de 370 mil passagens entre os dias 18 e 24 de dezembro, um resultado 157% superior ao apurado no mesmo período de 2019.

A plataforma de viagens de ônibus colaborativas Buser disse que espera vender 500 mil passagens no mês de dezembro inteiro, o que pode representar um volume até cinco vezes superior ao de 2019.

BRUNO LOPES ALVES/AGÊNCIA O GLOBO

Alta de preços das passagens aéreas colaborou para o aumento da demanda de passageiros de ônibus, como nesta plataforma do terminal rodoviário Tietê (SP)

Contra Twitter, Mastodon atrai milhões

Internet

Ian Johnston
Financial Times, de Londres

A Mastodon, concorrente do Twitter, recusou mais de cinco ofertas de investimentos apresentadas por empresas de "venture capital" (compra de participações) nos últimos meses. Seu fundador prometeu proteger a política que mantém a rede social, em crescimento acelerado, sem fins lucrativos.

A Mastodon, um site de microblog de fonte aberta fundado em 2016 pelo desenvolvedor alemão de software Eugen Rochko, viu seu número de usuários disparar desde que Elon Musk comprou o Twitter, por US$ 44 bilhões, em outubro, em meio a preocupações com o estilo de gestão da plataforma de rede social adotado pelo bilionário.

Rochko disse ao "Financial Times" que recebeu ofertas de mais de cinco investidores americanos que pretendiam fazer aportes de "centenas de milhares de dólares" a título de apoio ao produto, diante de sua rápida expansão.

Mas o status sem fins lucrativos da plataforma é "intocável", disse ele, acrescentando que a independência da Mastodon e a possibilidade de escolher estilos de moderação entre seus servidores [computadores de grande capacidade[eram parte de sua atratividade.

"A Mastodon não se transformará em tudo o que você detesta no Twitter", disse Rochko. "O fato de ele poder ser vendido para um bilionário controvertido, o fato de ele poder ser fechado, ir à falência e assim por diante... é a diferença de paradigmas [entre as plataformas]."

Neste mês, o Twitter suspendeu temporariamente as contas da Mastodon e de vários jornalistas, após eles terem compartilhado conteúdo sobre o roteiro de voo do jato particular de Musk. O Twitter também sugeriu que proibirá conexões concorrentes das plataformas de rede social, entre as quais a Mastodon, mas, depois, desistiu dessa política.

No blog que postou em resposta, Rochko disse que esse era um "lembrete inquestionável de que as plataformas centralizadas podem impor limites arbitrários e injustos sobre o que você pode ou não pode dizer", acrescentando que os usuários mensais frequentes da Mastodon aumentaram de 300 mil para 2,5 milhões entre outubro e novembro.

Os downloads diários da Mastodon subiram dos 6 mil computados em 27 de outubro, o dia em que Musk adquiriu o Twitter, para um pico de 243 mil em 18 de novembro, segundo dados da Sensor Tower. O nível de utilização de outros sites concorrentes de menor porte, como Tumblr, também disparou.

A Mastodon tem recursos semelhantes aos do Twitter, mas é composta de muitos servidores descentralizados, moderados de forma independente. Os usuários aderem a um servidor, mas podem se conectar com pessoas de outros servidores, por meio do sistema conhecido como "confederado".

Rochko é o único acionista da Mastodon e, segundo seu relatório anual de 2021, pagou a si mesmo 2,4 mil euros mensais no ano passado, cifra que, segundo revelou, aumentou em 500 euros desde então.

A Mastodon continuará a depender de doações para custear a plataforma. O site tem mais de 8,5 mil doadores na plataforma de filiação Patreon, por meio da qual tem captado mais de 25 mil libras esterlinas ao mês. O valor deve ser comparado à receita total de pouco mais de 55 mil euros contabilizada de junho a dezembro de 2021.

De acordo com dados da Sensor Tower, a onda inicial de novas adesões desacelerou para 6 mil novos downloads diários em 9 de dezembro, mas se recuperou para 64 mil em 18 de dezembro, quando Musk restringiu a possibilidade de se conectar com outros sites de rede social pelo Twitter.

Os novos usuários enfrentaram problemas, diante das dificuldades de alguns servidores de lidar com a elevação do nível de atividade e da confusão em torno de políticas de moderação conduzidas pelos diferentes servidores.

Josh Cowls, um dos pesquisadores do Oxford Internet Institute, disse que a Mastodon evoluirá para uma plataforma "satélite" do Twitter, "ao registrar maior taxa de utilização em momentos em que o Twitter cai, bem como em reação a novas ofensas relacionadas a Musk".

Rochko disse que suas pretensões de longo prazo para a Mastodon eram substituir o Twitter e outras redes sociais comerciais. "É um longo caminho a percorrer, mas que, ao mesmo tempo, está maior do que nunca." *(Tradução de Rachel Warszawski)*

REPRODUÇÃO DO FACEBOOK

Rochko: "A Mastodon não se transformará em tudo o que você detesta no Twitter"

Meta e Alphabet perdem domínio em anúncio digital

Patrick McGee
Financial Times, de San Francisco

A Meta e a Alphabet perderam o domínio sobre o mercado de anúncios digitais no qual reinaram por anos, com a força do duopólio sendo corroída pela competição cada vez maior de nomes como Amazon, TikTok, Microsoft e Apple.

A participação somada da Meta, controladora do Facebook, e da Alphabet, controladora do Google, na receita com anúncios nos Estados Unidos deverá cair 2,5 pontos percentuais, para 48,4% em 2022, a primeira vez em que as duas empresas não ficarão com a maioria do mercado desde 2014, segundo a empresa de análises de mercado Insider Intelligence.

Será o quinto declínio consecutivo anual do duopólio, cuja participação de mercado vem caindo desde o pico atingido em 2017, de 54,7%, e deverá diminuir ainda mais em 2024, para 43,9%, segundo projeções. No mundo, a participação combinada da Meta e da Alphabet deverá diminuir 1 ponto percentual neste ano, para 49,5%.

Jerry Dischler, chefe de anúncios do Google, disse ao "Financial Times" que a forte concorrência dos novos participantes do setor reflete um "mercado de anúncios extremamente dinâmico".

As autoridades reguladoras nos EUA e na Europa intensificaram a fiscalização antitruste, pressionando, por exemplo, o Google por supostamente ter promovido seus produtos em detrimento aos de rivais. Em dezembro, a Meta foi alvo de uma queixa das autoridades reguladoras da UE por receios de que o serviço de anúncios classificados da rede social estaria concorrendo de forma desleal com os rivais.

Os grandes nomes do setor de tecnologia passaram a concorrer mais do que nunca por uma fatia do mercado de anúncios digitais de US$ 300 bilhões, enquanto as empresas pelo mundo reduzem seus orçamentos de anúncios diante da alta dos juros e da inflação.

Amazon e Apple ampliaram suas equipes na área de publicidade. Em julho, a Netflix anunciou uma parceria com a Microsoft para criar uma versão de seu serviço de streaming com anúncios.

O executivo-chefe da Meta, Mark Zuckerberg, atribuiu as recentes quedas de receita às mudanças nas normas de privacidade da Apple, que dificultaram o rastreamento de usuários e a publicidade direcionada, assim como à crescente popularidade do aplicativo de vídeos virais TikTok, de propriedade da chinesa ByteDance.

"Há quatro anos, você não estaria falando sobre [TikTok ou Amazon] na publicidade", disse Dischler. "Portanto, é realmente revelador que cada vez mais pessoas estejam reconhecendo que a publicidade é um modelo de negócios excelente e expansível."

A incursão da Amazon no mundo dos anúncios digitais teve grande papel no impacto sofrido pela Meta e pelo Google. Depois de anos sondando o mercado, incrementou os esforços em 2015 e, desde então, viu as receitas publicitárias decolarem de menos de US$ 1 bilhão para cerca de US$ 38 bilhões neste ano.

"Antes de entrar, eu nem sabia o que era o Amazon Ads", disse um executivo da Amazon, acrescentando que agora a empresa tem "uma equipe enorme".

Paul Prior, diretor de operações da Undertone, uma empresa de publicidade digital, disse que as gigantes do varejo, lideradas pela Amazon, perceberam que seus grandes volumes de dados sobre os clientes poderiam servir de base para um grande negócio publicitário, com margens mais altas do que a própria venda on-line.

No entanto, a Amazon foi um passo além, expandindo seus negócios de anúncios para fora do próprio site de compras. "No universo digital como um todo, eles usam esse conjunto de dados para capacitar as marcas e os anunciantes a comprar melhor, gastar com mais eficiência e incrementar o retorno sobre os gastos com anúncios", disse Prior.

A Apple também surgiu como uma nova ameaça. Suas receitas publicitárias cresceram de menos de US$ 2,2 bilhões em 2018 para mais de US$ 7 bilhões neste ano. Embora tenha apenas 1,2% do mercado mundial, já é mais do que a participação do Snapchat e Pinterest somados, e algumas estimativas indicam que a Apple poderia alcançar US$ 30 bilhões em receita publicitária até 2026.

Em setembro, o "FT" revelou que a fabricante do iPhone planeja quase dobrar o pessoal de suas operações de publicidade digital, de alto crescimento. Seus anúncios classificados de emprego para a área descrevem a ambição de "redefinir a publicidade" para um mundo "centrado na privacidade".

Zuckerberg repetidamente criticou o "conflito de interesses" da Apple, criticando-a por cobrar "rendas monopolistas" e sufocar a inovação. As regras de privacidade da Apple tornaram mais difícil para a Meta personalizar anúncios para os usuários, o que influenciou na queda de suas ações, cuja desvalorização acumulada em 15 meses está em torno a 65%.

O Google não parece ter sentido tanto impacto com as mudanças de privacidade da Apple, já que pode direcionar os anúncios diretamente aos usuários que digitam os termos de busca na internet — o que lhe proporciona dados valiosos sobre a "intenção do usuário".

A Apple, contudo, já tem seu próprio rival para o Google Maps, assim como uma função de busca no iPhone, e está desenvolvendo suas ainda nascentes operações de anúncios — que poderiam enfrentar o Google no futuro.

"A Apple tem uma marca forte na qual os consumidores confiam e eles têm os dispositivos que são usados pela nata da turma de consumidores", disse Josh Koenig, diretor de estratégia da Pantheon, uma plataforma de marketing digital. "Se eles descobrirem como transformar isso em uma rede realmente valiosa para os anunciantes, poderão cobrar um ágio."

A Insider Intelligence projeta que o crescimento de anúncios do Google e da Meta nos EUA em 2023 será de apenas 3% e 5%, respectivamente, enquanto pelo menos oito de seus rivais devem ter avanços superiores a 10%.

A empresa projeta que as operações de anúncios crescerão 19% na Amazon, 26% na Apple, 30% no Spotify, 36% no TikTok e 42% no Walmart, embora as atuais participações de mercado de muitas dessas empresas ainda sejam pequenas.

Dischler disse que o Google está empenhado em expandir seus negócios de anúncios tanto no comércio eletrônico quanto na publicidade que prioriza a privacidade.

"Não vejo isso como um jogo de soma zero", disse Dischler. "Se o Uber tem uma rede de anúncios — anúncios em carros que antes não tinham anúncios e está oferecendo oportunidades de publicidade quando você compra mantimentos ou comida em restaurantes — então, eles estão aumentando o bolo." *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Agronegócios

Cenários Estados Unidos, Europa e Ásia já oferecem apoio à produção de diesel verde e SAF

Sem incentivos, o Brasil poderá ficar para trás em novos biocombustíveis

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Brasil corre o risco de ficar para trás na corrida global pela produção de biocombustíveis quimicamente iguais aos combustíveis fósseis e com baixa emissão de carbono, como o bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês) e o diesel verde (HVO, na sigla em inglês). Apesar da abundância de matéria-prima para esses renováveis no Brasil, são as economias desenvolvidas que estão fomentado diretamente a nova indústria e que caminham para liderar essa rota de transição energética.

Projeções divulgadas recentemente pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) indicam que, até 2027, os Estados Unidos devem ter entre 50% e 60% de participação na produção global de SAF. No cenário básico da estimativa, a produção deverá saltar de 464 milhões de litros em 2022 para 3,6 bilhões de litros em 2027.

A participação da Europa, atual líder, segundo a IEA deve cair nos próximos anos, ficando próxima dos 20%. E a região da Ásia e do Pacífico (com exceção da China), que hoje está quase ausente desse mercado, deve saltar para uma participação de 27% daqui a cinco anos.

A agência não vê entrada significativa de nenhum país da América Latina nessa indústria, nem sequer do Brasil, ainda que o país já produza matérias-primas que são utilizadas na fabricação do bioquerosene de aviação, como o óleo de soja e o etanol.

Até o momento, só há dois investimentos anunciados na região: um do grupo ECB, do empresário Erasmo Carlos Batistella, que prevê a construção de uma planta de SAF e HVO no Paraguai e só deve começar a operar em 2025, e um da Brasil BioFuels (BBF), que anunciou uma planta de produção dos dois renováveis em Roraima, para começar a operar entre 2025 e 2026.

O SAF é hoje a alternativa de baixo carbono ao querosene de aviação mais utilizada até o momento, embora por enquanto só represente menos de 1% do combustível usado nas aeronaves. As empresas do setor já se comprometeram a alcançar a neutralidade de carbono em 2050 e já há 40 contratos de compromisso de compra (off-take) de SAF com futuros produtores do renovável.

Também há opções de descarbonização por meio da eletrificação de aeronaves e via hidrogênio, mas o SAF deve representar 65% da mitigação de emissões prometidas até metade da década, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA). As principais matérias-primas do SAF hoje são gordura animal, óleo usado e óleos vegetais, mas o produto também pode ser feito como um combustível sintético, a partir de componentes químicos.

No caso do diesel renovável, as projeções da IEA mudam pouco. A agência prevê que a fatia dos Estados Unidos deve ser metade da produção global nos próximos anos, seguido da Europa, com um quarto da produção mundial, e da Ásia com até 14%. A América Latina também tende a ficar na lanterna nessa indústria, com 4% da oferta global, sendo que o Brasil deve responder sozinho por 2%. O mercado global de diesel verde deve alcançar 26,6 bilhões de litros em 2027, ante 13,6 bilhões de litros este ano.

O fato de as políticas de estímulo à transição energética estarem mais avançadas nos países desenvolvidos explica o descompasso entre as economias avançadas e emergentes no cenário dos novos biocombustíveis. No caso dos EUA, um grande propulsor da indústria devem ser os incentivos fiscais aprovados neste ano pelo Inflation Reduction Act (IRA), como os créditos tributários para produtores de renováveis. A legislação oferece crédito tributário de US$ 1 por galão de diesel renovável e de US$ 1,75 por galão de SAF. Além disso, a lei abate a cobrança de impostos de investimentos para a construção de novas fábricas.

O IRA prevê que os incentivos destravem US$ 3,3 bilhões em investimentos apenas em SAF entre 2023 e 2031. Com o incremento previsto, o IEA prevê que o bioquerosene alcance 2% de participação no mercado de combustível de aviação nos EUA.

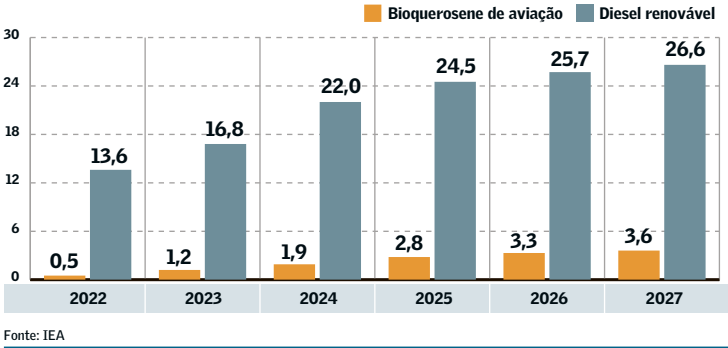
Na Europa, o Parlamento aprovou a iniciativa ReFuelEU Aviation, que estabelece mandatos de uso do SAF e já prevê participação de 2% até 2025, alcançando 85% em 2050. Finlândia, França e Espanha já produzem o bioquerosene, e há plantas em construção nos Países Baixos e na Itália. Na Europa, o bioquerosene só deverá ser feito de resíduos, e não de óleos vegetais que possam estar associados a desmatamento, como o óleo de palma.

A Ásia também deve ganhar uma posição de destaque com os investimentos previstos em Cingapura, no Japão e na China. O governo japonês quer que suas companhias aéreas usem 10% de SAF até 2030. As autoridades chinesas também preveem o uso de 65 milhões de litros de bioquerosene até 2025, mas não divulgaram políticas específicas nem mais detalhes.

A liderança desses mercados nos novos biocombustíveis destoa da posição deles na produção atual dos biocombustíveis convencionais, como biodiesel e etanol. Na visão da IEA, os países emergentes é que vão protagonizar o aumento da produção e consumo dos biocombustíveis de primeira geração, substituindo a importação de combustíveis fósseis.

"O que há na Europa, nos EUA e na Ásia é previsibilidade de longo prazo. No Brasil, o que acontece é o contrário", diz Donato Arnada, professor da UFRJ e consultor da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio). "Não temos orientação se vamos ter algum blend de bioquerosene, de diesel verde. Não precisa ser para o ano que vem, mas para alguns anos".

O futuro dos novos biocombustíveis

Estimativas de produção - em bilhões de litros

Fonte: IEA

Falta de políticas deixa país só como fonte de matéria-prima

De São Paulo

O fato de os investimentos previstos se concentrarem no Hemisfério Norte não significa que a participação da América Latina na nova indústria de biocombustíveis seja inviável. "O potencial da América Latina, sobretudo o do Brasil, é gigante. O país tem uma das cinco principais matérias-primas [a soja] para produção, que poderia suprir o planeta com até 34% da necessidade até 2030", afirma José Ricardo Botelho, CEO da Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta).

Na região, o Panamá já tem uma política de intenção relacionada ao bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês). A Alta também vê potencial de produção do bioquerosene na Colômbia e na Argentina e de hidrogênio no Chile, que pode ser outra rota importante de descarbonização da aviação.

Na estimativa da IEA, os óleos e gorduras usados serão tão importantes quanto os óleos vegetais para a produção do SAF. Para professor da UFRJ Donato Arnada, o Brasil não pode demorar para estabelecer uma política própria que garanta um mercado de SAF e diesel renovável. "Se nada for feito urgentemente, imediatamente, podemos voltar ao cenário do 'fazendão', em que o Brasil apareça como provedor de matéria-prima", criticou o consultor.

Algumas jurisdições já estão estabelecendo metas específicas de consumo de diesel renovável, para além de metas ou mandatos de biodiesel. É o caso da Califórnia, que pretende eliminar o uso do diesel fóssil até 2030, suprindo a demanda com 30% de biodiesel e 70% de diesel renovável até o fim da década. A definição de um mandato específico para o diesel verde ainda é alvo de debates.

No Brasil, defendeu-se dentro do governo que o produto compartilhasse o mandato atual do biodiesel — o que a indústria recusa. "Se houvesse um mandato para o biodiesel que incluísse o diesel renovável, não teria como promover o diesel verde", disse Arnada.

Já a Alta entende que, ao menos para o SAF, o modelo de incentivos é mais interessante. "Parece ser mais adequado quando você percebe que os americanos têm 75% da produção de SAF. Tudo indica que esse é o caminho certo a ser seguido", disse Botelho. ***(CSR)***

Subsídio ao seguro rural terá reforço de R$ 252 milhões

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

No apagar das luzes de 2022, a equipe econômica do governo federal reforçou o caixa do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) com R$ 252 milhões de "sobras" orçamentárias. A expectativa do Ministério da Agricultura agora é encerrar o ano com aplicação de R$ 1,2 bilhão nessa política, pouco acima dos R$ 1,1 bilhão executados em 2021.

O orçamento do programa para este ano, que era de R$ 948 milhões, acabou em setembro. Desde então, a maioria das seguradoras parou de operar, já que não havia mais recursos para a subvenção. O Ministério da Agricultura fez pedidos de suplementação à Economia desde junho, que foram negados.

A meta da Pasta era chegar a R$ 1,7 bilhão para tentar evitar queda no número de produtores atendidos e ma área coberta pelo programa. Os R$ 710 milhões extras que o ministério solicitou ficaram disponíveis na semana passada, mas não houve tempo para executar o recurso.

"O que fica de lição é que não dá para o seguro rural ter orçamento discricionário como é hoje. Vamos acabar com dinheiro disponível, mas sem conseguirmos usar por falta de tempo", disse o secretário de Política Agrícola, José Angelo Mazzillo Júnior **Valor**. "Avisamos mês a mês a necessidade de R$ 1,7 bilhão e que não dá para fazer em cima da hora. Reconhecemos o esforço, mas, para evitar a confusão que foi esse fim de ano, o seguro rural precisa ter orçamento não-contingenciável".

O reforço orçamentário vai ajudar a melhorar a cobertura do seguro rural, mas os números ainda ficarão longe dos de 2021. Os R$ 252 milhões adicionais vão atender 31,4 mil apólices de 15,7 mil produtores. Até então, o programa havia alcançado 106,7 mil apólices neste ano e 68,9 mil produtores.

A estimativa é que o valor segurado com o recurso extra seja de R$ 15,4 bilhões, montante 45% maior que os R$ 34,1 bilhões já cobertos com o orçamento original. A área coberta deve crescer 36%, ou 2,1 milhões de hectares. A verba vai atender, principalmente, produtores de soja e de frutas.

Com isso, o seguro rural deve alcançar 138 mil apólices, de 84,6 mil produtores, em 2022. O valor segurado final será de R$ 49,5 bilhões e a área coberta, de 8,1 milhões de hectares. Em 2021, 213,8 mil apólices, de 120,2 mil produtores, tiveram subvenção. A área coberta no ano passado foi de 13,7 milhões de hectares e a importância segurada R$ 66,7 bilhões.

O Ministério da Agricultura recebeu a informação sobre a liberação no dia 21 de dezembro. Já havia R$ 160 milhões em apólices contratadas após o esgotamento do orçamento, ainda em setembro, quando a Junta de Execução Orçamentária (JEO) garantiu que haveria um aporte extra para o PRS — que depois foi cancelado. Na sexta-feira passada, a equipe do ministro Marcos Montes reabriu o sistema e recebeu demanda por mais R$ 92 milhões em subvenção até esta terça-feira, quando terminou o recebimento de propostas.

Os R$ 710 milhões poderiam ter sido integralmente utilizados se tivessem sido liberados dez dias antes, destacou o secretário. No mercado, os cálculos dão conta de que havia demanda no campo para mais R$ 450 milhões em subvenção para cobrir as culturas de verão e outros R$ 50 milhões para o milho safrinha.

"O recurso deveria estar disponível no momento do planejamento da safra e não depois que o plantio está praticamente encerrado", disse uma fonte que atua nesse ramo. "Ainda falta previsibilidade ao programa. A área econômica do governo ainda não entendeu a importância de mitigar os riscos climáticos com o seguro rural".

O Ministério da Economia disse que portaria do Tesouro Nacional de 15 de dezembro ampliou limites de pagamento em função da abertura de espaço decorrente do crédito extraordinário de benefícios previdenciários.

FELIPE DALLA VALLE/ PALÁCIO PIRATINI

Lavoura de soja afetada pela seca no Rio Grande do Sul: verba para subvenção do seguro rural acabou em setembro

Término de alívio fiscal favorecerá o etanol

Conjuntura

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O fim da desoneração dos combustíveis tende a melhorar a competitividade do etanol hidratado e a remuneração das usinas. A mudança, porém, deve mudar pouco as expectativas de produção na safra 2023/24, para a qual já se previa aumento da produção de etanol e aquecimento ainda maior da fabricação de açúcar.

No mês que vem, as alíquotas de PIS/Cofins e Cide voltam ao patamar de maio, ainda que o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha deixado a porta aberta para uma reavaliação da medida no início do mandato. Por ora, a gasolina vendida nos postos voltará a ser tributada em R$ 0,6869 o litro, e o etanol hidratado, em R$ 0,2418 o litro.

A consultoria FG/A estima que o litro da gasolina deverá subir quase R$ 1 nas bombas de São Paulo e etanol hidratado R$ 0,69 o litro. Esses aumentos ainda deverão manter a gasolina economicamente mais vantajosa para os carro flex, já que a correlação entre os dois combustíveis continuará bem acima dos 70% (nível em que os dois são igualmente competitivos), passando dos 77% para 76%.

Qualquer que seja a solução definitiva do governo Lula, há agora um dispositivo constitucional, aprovado em julho, que impõe que as alíquotas sobre os biocombustíveis devem ser menores que a dos combustíveis fósseis.

Como as usinas do Centro-Sul só vão retomar a moagem em abril, as quedas nos preços não terão efeito imediato sobre a oferta. Caso as alíquotas sejam mantidas, a tendência é de que o etanol recupere a competitividade ao longo da safra, uma vez que a moagem de cana também será maior, segundo João Rissi, sócio da FG/A.

A consultoria calcula que a oferta de etanol hidratado no mercado interno crescerá 17,4% na próxima temporada, para 14,5 bilhões de litros. Recentemente, a consultoria StoneX projetou aumento de 11,4%, para 19,6 bilhões de litros.

O crescimento da produção de etanol deverá acontecer mesmo em um cenário em que as usinas de cana maximizem a produção de açúcar. A perspectiva das consultorias é de que a commodity continuará oferecendo remuneração melhor do que a do etanol, mesmo com a alta de preços do biocombustível. "O aperto no mercado físico de açúcar deve garantir preços sustentados", afirma Rissi.

Além disso, 17,3 milhões de toneladas de açúcar, ou 61% a ser exportado em 2023/24, já estava com preços travados até novembro, de acordo com a Archer Consulting. Isso reduz a margem de mudança de mix.

Se a normalização tributária se mantiver, o açúcar deverá garantir remuneração 10% maior que o etanol, estima a FG/A. Hoje, o açúcar oferece prêmio de 28% sobre o etanol, segundo o BTG. Na média desta safra, o prêmio do açúcar deve ficar em 15%, diz a FG/A.

Nas contas da consultoria, o preço médio do hidratado para as usinas deve alcançar R$ 2,98 o litro (líquido de impostos) na próxima safra. O preço é um pouco superior à média que as usinas de São Paulo receberam até a última semana, de R$ 2,91 o litro, conforme indicador Cepea/Esalq.

No entanto, um grande comercializador de etanol afirmou, em condição de anonimato, que a nova política de preços da Petrobras pode alterar essas perspectivas e ter "o mesmo efeito de um imposto zerado".

Valor

Finanças

Unicred, de Patricia Palomo, fecha acordo operacional com BTG e espera aval do BC para a sua DTVM C6

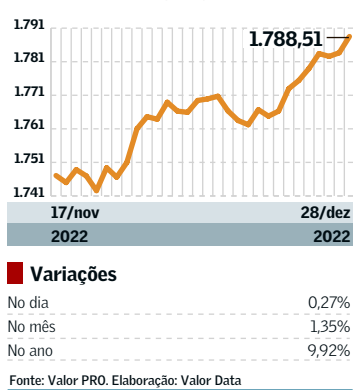
Destaques

Renegociação de dívidas
A Caixa Econômica Federal anunciou ter renegociado R$ 1,79 bilhão em contratos com mais de 201 mil clientes durante a campanha "Você no Azul 2022", que chega ao fim nesta quinta-feira (29). O programa, lançado em no início de outubro, oferece descontos que podem chegar a até 90% do valor da dívida, conforme a situação de cada contrato. Cerca de 80% dos contemplados na campanha podem liquidar suas dívidas pagando até R$ 1 mil. Segundo o banco público, são mais de 4 milhões de clientes pessoas físicas e 396 mil pessoas jurídicas elegíveis com condições para renegociarem os contratos. No balanço do banco, essas dívidas já foram lançadas em prejuízo . O banco lançou o programa logo após o primeiro turno da eleição, na qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na ocasião, o próprio Bolsonaro anunciou a campanha no Palácio da Alvorada. *(Guilherme Pimenta)*

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/dez/99

Variações

No dia	0,27%
No mês	1,35%
No ano	9,92%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

O fluxo na B3
Os investidores estrangeiros aportaram R$ 447,1 milhões em recursos no segmento secundário da B3 (ações já listadas) na segunda-feira, 26 de dezembro, dia em que o Ibovespa caiu 0,87%. Com isso, o superávit anual da categoria avançou para R$ 98,81 bilhões. No acumulado do mês, o saldo é positivo em R$ 11,76 bilhões. Já o investidor institucional sacou R$ 694,0 milhões na segunda-feira. Com isso, o saldo anual do grupo é negativo em R$ 139,70 bilhões. No acumulado mensal, a categoria vendeu R$ 17,72 bilhões. E o investidor individual aportou liquidamente R$ 167,0 milhões no mesmo dia, levando seu déficit em 2022 para R$ 1,53 bilhão, e o superávit mensal para R$ 668,0 milhões. As informações foram divulgadas pela B3. *(Augusto Decker)*

Novo Ibovespa
A terceira e última prévia do Ibovespa para o período entre janeiro e abril, excluiu as ações ordinárias de IRB Brasil ON e Positivo. A nova carteira também não tem mais as units da SulAmérica, que deixaram de ser negociadas após a fusão com a Rede D'Or. Não houve a inclusão de novas ações. Com isso, o índice passa a ter 89 ativos, ante 92 na carteira anterior. O papel com maior peso continua sendo Vale ON, que passará de 13,697% para 15,728%. *(AD)*

Mudanças no BRB
O Banco de Brasília (BRB) informou, em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que o conselho de administração da instituição destituiu Alfredo Luiz Venzel de Oliveira do cargo de diretor executivo de controle e riscos. O conselho também elegeu Luana de Andrade Ribeiro para ocupar o cargo e designou temporariamente Fabiano Pereira Côrtes para responder pela diretoria, cumulativamente às funções que exerce, no período de 27 a 31 de dezembro, e Cristiane Maria Lima Bukowitz para responder a partir de 1º de janeiro, cumulativamente às funções que exerce, até a posse do novo ocupante.

Investimentos Perspectiva é de melhora assim que houver visibilidade sobre início de corte de juros

Gestores veem recuperação para os FIIs em 2023

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Após ensaiar um rali entre agosto e setembro, os fundos imobiliários (FIIs) voltaram ao estado de incerteza que perdurou na maior parte de 2022. Gestores ouvidos pelo **Valor** afirmam que os descontos médios nos preços das cotas já superam os vistos no período mais agudo da pandemia e que o mercado tende a andar "de lado" ao longo dos primeiros meses de 2023. No entanto, o cenário-base da maior parte das casas aponta que, na segunda metade do próximo ano, o segmento pode retomar o crescimento.

O desconto médio, na comparação entre o valor de mercado e o patrimônio líquido dos fundos listados na bolsa, atingiu 30,26% em novembro deste ano, segundo dados da B3. Já a maior diferença observada no período mais duro da pandemia, entre março de 2020 e março de 2022, ocorreu em outubro de 2021, quando a disparidade alcançou 28,46%.

"Em novembro, a volatilidade do Ifix [Índice de Fundos Imobiliários da B3] foi o dobro da vista na média dos 12 meses anteriores", diz o analista sênior de fundos imobiliários da Santander Corretora, Flavio Pires. "Nesses últimos dois meses, a queda praticamente apagou o ganho que o segmento teve no terceiro trimestre, quando o mercado estava mais otimista com o rumo da Selic."

No penúltimo mês do ano, o indicador apresentou recuo de 4,15%. Em dezembro, até ontem, o Ifix mostrava recuo de 0,58%. No acumulado do ano, porém, o referencial de FIIs tem conseguido se segurar no positivo, com alta de 1,63%.

O sócio e gestor da Zavit, Daniel Alouan, diz que, recentemente, os prêmios aumentaram muito. "O spread entre o rendimento do Ifix e do título do governo de 10 anos atrelado à inflação [NTN-B] girava um pouco abaixo de 3 pontos percentuais no ano passado, e hoje está perto de 5,5 pontos."

A virada negativa ocorreu pela deterioração das expectativas em relação ao rumo das taxas de juros. No início do terceiro trimestre, havia um consenso no mercado de que a Selic estava perto de atingir o teto e a expectativa era que o Banco Central pudesse começar um ciclo de corte da taxa básica ainda no primeiro semestre de 2023.

Depois das eleições, porém, essa visão mudou. A elaboração da PEC da Transição, que permite um aumento de despesas acima da regra do teto de gastos da ordem de R$ 145 bilhões em 2023, e a sinalização por parte do governo eleito de menor compromisso com o equilíbrio fiscal têm levado analistas, economistas e gestores a enxergar um caminho mais pressionado para a taxa básica.

Muitas casas de análise revisaram para cima a projeção para a Selic no fim do próximo ano. O boletim Focus do Banco Central, que reúne as estimativas do mercado, aponta para uma taxa básica de 12% em dezembro do ano que vem. Trata-se de uma queda de 1,75 ponto percentual ante os atuais 13,75%. Mas, até voltar a subir no mês passado, a mediana da pesquisa permaneceu estável, em 11,25%, por mais de dois meses.

"Se a remuneração no ativo livre de risco [CDI] é muito relevante, qualquer outra coisa que tem mais risco tende a sofrer, pois tem de entregar mais rendimento", diz o sócio da empresa de investimentos imobiliários Alianza, Fabio Carvalho. "Foi um ano difícil para bolsa, ações e fundos imobiliários. Tem muita cota nos FIIs com valor mais baixo do que no auge da pandemia."

De acordo com o sócio da HSI, Fernando Gadelho, "o setor é muito dependente e muito correlacionado à taxa de juros do mercado". O movimento de alta da Selic a partir de março de 2021 trouxe uma reprecificação geral para baixo das cotas de FIIs no mercado.

"Os juros atuais [de 13,75% ao ano] são colossais e podem nos levar a uma recessão, se não forem revistos em algum momento", avalia o sócio-fundador da Hedge Investments, André Freitas. Mas, até mesmo pelos efeitos duros para a economia e o setor produtivo de manter juros elevados por um período prolongado, o gestor afirma ver um cenário positivo para 2023, na comparação com o momento atual.

Referencial Ifix cede 0,58% em dezembro, mas consegue se segurar no azul no ano, com alta de 1,63%

Conforme Freitas, "passado o ruído da transição, quando o novo governo assumir em janeiro, acho que muitas incertezas se dissipam". Na opinião do gestor, "a PEC da Transição veio mais por uma necessidade de se consertar o orçamento elaborado na atual administração, para possibilitar a recomposição de programas sociais".

Para o sócio da Hedge, "começa a cair a ficha no mercado que [a sinalização de gastos] talvez seja um primeiro momento do governo eleito como forma de arrumar a casa, e que pode haver contrapartida com receitas". Segundo Freitas, "o equilíbrio fiscal pode vir a ser recomposto com aumento de impostos e crescimento da arrecadação". Na visão do gestor, no começo do ano o mercado vai ser mais lento em função dos juros mais elevados. "Acredito em corte de juros no segundo semestre e o mercado vai reagir a isso", pondera.

"Se o governo conseguir acalmar as incertezas [no início do ano], o mercado local fica mais tranquilo", acrescenta Alouan, da Zavit. "Na nossa avaliação, os juros tendem a começar a cair no segundo semestre do ano que vem", afirma o gestor. "Chega janeiro e os rumores se dissipam, e tenho certeza que o novo governo não será nem melhor nem pior do que os que já tivemos — e, com isso, tudo volta à normalidade", considera.

Para o gestor e chefe da área de fundos imobiliários da Fator Administração de Recursos (FAR), Rodrigo Possenti, apesar das incertezas, em uma visão de médio e longo prazos, há um cenário de muitas oportunidades para entrar no mercado de olho no ganho de capital. "As cotas estão muito baratas e num nível de preços que faz sentido entrar", avalia. "Tem FII 'de tijolo' [fundos que investem diretamente em imóveis] que, se o investidor entrar no valor de hoje, pode conseguir rentabilidade de inflação mais 8% ou 8,5%", acrescenta.

Quando as incertezas ficarem para trás, o ajuste do mercado é rápido, avalia o sócio da HSI Felipe Gaiad. "Temos uma expectativa de que o BC possa começar a cortar juros entre o terceiro trimestre e o fim do próximo ano e, quando a sinalização desse movimento ficar clara, o ajuste ocorre muito rápido", pondera.

Para Alouan, da Zavit, além de a tendência a um cenário macroeconômico ser mais favorável a partir da segunda metade de 2023, o mercado imobiliário terá de passar por ajustes por conta de fundamentos. "No médio prazo, por exemplo, os aluguéis vão ter de se adequar. Não se consegue ter um aluguel tão descolado dos preços de reposição [custo de construção de um imóvel a partir do zero]."

O gestor explica que o custo de construção subiu, pressionado pela inflação, enquanto os preços de imóveis caíram, devido à elevação de juros. "O valor de reposição não deve mudar, mas os preços terão de se ajustar [para cima]", diz.

Segundo Pires, do Santander, apesar dos descontos generalizados nas cotas, o investidor tem de ser seletivo. "É preciso ter cautela e olhar a qualidade dos ativos no portfólio", ressalta. "A pessoa tem de olhar alguns pontos importantes: o preço do ativo em relação ao valor patrimonial; quais são aqueles que vão conseguir proteger o patrimônio e quais serão os que vão conseguir entregar bons dividendos."

Freitas, da Hedge: passada a transição de governo, incerteza pode se dissipar

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Na avaliação de Carvalho, da Alianza, "no imobiliário temos hoje uma das melhores oportunidades, porque tem muita coisa barata e, diferentemente da época da pandemia, a performance operacional dos ativos está indo muito bem". Conforme o gestor, "os shoppings, por exemplo, têm tido desempenho muito mais saudável comparado ao período de fechamentos". O ajuste para baixo das cotas dos FIIs tem sido, basicamente, um reflexo dos juros elevados e das incertezas políticas, complementa.

Outro fator favorável ao segmento dos fundos imobiliários é o crescimento da base de investidores e o aumento da liquidez no mercado secundário, mesmo com a elevação de juros e a oscilação no valor das cotas. A volatilidade do segmento ao longo de 2022 não afugentou os participantes do mercado, ao contrário do que ocorreu na época da recessão entre 2015 e 2016, quando a base encolheu.

O número de investidores pessoa física em FIIs listados pode alcançar a marca psicológica de 2 milhões no apagar das luzes de 2022. Segundo a B3, em novembro a base avançou para 1.963.486 CPFs. Houve um acréscimo de cerca de 12 mil integrantes na comparação com outubro, mas, ao longo do ano, o crescimento mensal ficou perto de 40 mil novos indivíduos.

"A gente viu esse ano um aumento da base de 30% em 12 meses, com adição de 40 mil investidores por mês, e quase batendo a marca de 2 milhões de investidores", aponta Gadelho, da HSI. "É um produto muito atrativo porque paga bem, tem rendimentos mensais e é isento do imposto de renda." Gaiad, também da HSI, acrescenta que "há uma tendência de a base de CPFs no mercado ser menos sensível à flutuação da taxa de juros".

Freitas, da Hedge, lembra que no momento atual "os fundos do Ifix têm pagado um 'dividend yield' acima de 11% [ao ano] e isso é muito rendimento, uma vez que são isentos [de IR]". Além disso, pondera o gestor, "temos comprado os ativos com descontos de 15% a 20% em relação ao valor patrimonial".

Conforme Carvalho, da Alianza, "quando a gente diz que os fundos estão baratos, significa também que estão com 'yield' alto". Com o valor da cota abaixo do patrimonial, "está fácil achar no mercado fundos [de tijolo] bons com yields de 10% ao ano".

Além do ganho de capital, o momento acaba se mostrando oportuno para o investidor "travar" um yield, ou seja, um retorno com os dividendos mais elevado. Nesse aspecto, os chamados fundos de papéis, que investem em certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), levam vantagem porque o retorno médio tem alcançado perto de 15% ao ano. Isso porque os títulos de crédito privado com lastro em ativos imobiliários pagam um "spread" em relação aos ativos livres de risco correlacionados.

"Vejo os fundos de papel como defensivos para o ano que vem, por conta da Selic elevada", analisa Carvalho, da Alianza. "Mas é preciso escolher com cuidado os portfólios, porque aqueles com papéis mais arriscados, como os fundos 'high yield', podem ter dificuldades com os devedores e enfrentam risco de inadimplência. O melhor é focar no crédito mais conservador, o 'high grade'."

"O segmento que eu gosto mais é o de fundos de fundos [FoFs], que tem desconto em cima de desconto", aponta Freitas, da Hedge. "Esses portfólio estão comprando ativos descontados e eles próprios também descontos em suas cotas", explica. De acordo com o gestor, em uma fase de recuperação do mercado, o ganho acaba sendo duplo.

Para o sócio da Hedge, "as verdadeiras barganhas, no entanto, estão nos fundos de tijolos". O gestor aponta que praticamente todos negociam com valor de mercado abaixo do custo de reposição. "Temos ativos muito bons negociando entre 20% a 25% abaixo do custo de reposição, e tudo que está abaixo do custo de reposição fica difícil se sustentar ao longo do tempo."

BNDES libera R$ 1 bi para fundo de infraestrutura

De Rio

A diretoria do BNDES aprovou a contratação e subscrição de cotas de dois fundos de investimento com foco em infraestrutura geridos por empresas do grupo Vinci Partners: o fundo de crédito Vinci Crédito FI-Infra Institucional RF e o fundo de participações Vinci Climate Change FIP Multiestratégia (VICC). Com isso, o banco participará com até R$ 500 milhões em cada um deles — totalizando até R$ 1 bilhão em aportes — e espera que sejam captados mais R$ 2 bilhões de capital privado.

Os recursos deverão ser investidos prioritariamente em projetos dos setores de energias renováveis e água e saneamento no VICC, e em projetos de geração renovável e transmissão, saneamento básico, logística, mobilidade urbana e telecomunicações no Vinci Crédito.

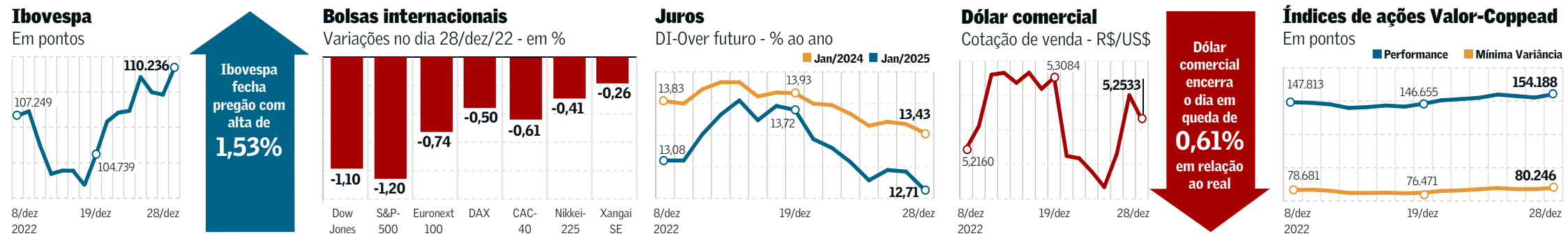
Os dois fundos estão entre os cinco selecionados por meio de chamada pública de infraestrutura lançada em janeiro deste ano pelo BNDES. A iniciativa busca desenvolver o mercado, acelerar o investimento privado e viabilizar melhorias de longo prazo na qualidade dos serviços do setor.

Dos cinco fundos contemplados, três são destinados a investir em participações acionárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações, ou outros títulos conversíveis em ações; e dois são de crédito, para investimento essencialmente em debêntures de infraestrutura e/ou outros direitos creditórios.

"O BNDES, historicamente, é um dos principais provedores de recursos para investimentos no setor de infraestrutura nacional. Para o banco, o setor de infraestrutura contribui para o aumento da produtividade, tornando as cadeias produtivas mais competitivas", disse em nota o diretor de mercado de capitais e crédito indireto do BNDES, Bruno Laskowsky.

A participação do BNDES em cada fundo é limitada a R$ 500 milhões, totalizando um montante de até R$ 2,5 bilhões em aportes nos cinco fundos. Mas estima-se que R$ 5 bilhões de capital também sejam mobilizados para esses fundos de infraestrutura, alcançando cerca de R$ 7,5 bilhões em investimentos.

Finanças

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Em sessão de baixa liquidez, discurso pró-responsabilidade fiscal fez preço

Indicações de Haddad aliviam tensão e ativos brasileiros reagem

Gabriel Roca, Augusto Decker e Victor Rezende
De São Paulo

As sinalizações emitidas pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trouxeram alívio para os ativos locais, que acabaram encerrando o pregão de ontem com valorização consistente. Em meio à sessão de liquidez limitada devido à proximidade do fim do ano, as declarações de que o novo governo planeja reduzir gastos logo no início do mandato foram bem recebidas pelo mercado.

Assim, o dia foi de valorização do Ibovespa, mesmo diante da queda observada nos índices acionários nos Estados Unidos. Após ajustes, a principal referência da bolsa brasileira subiu 1,53%, aos 110.237 pontos, em um dia em que apenas R$ 15,17 bilhões foram negociados. Em Nova York, o S&P 500 caiu 1,20%, o Dow Jones recuou 1,10% e o Nasdaq perdeu 1,35%.

Desde cedo, a expectativa de que a isenção de combustíveis não seja prorrogada para além do fim do ano já agradava os participantes do mercado, já que uma renovação seria vista como prejudicial para a arrecadação do governo.

Mais tarde, Haddad afirmou, em entrevista ao jornal "O Globo", que o governo eleito precisa "arrumar a casa" já no primeiro ano. Entre os itens citados por ele, estariam a revisão de desonerações e benesses concedidas sem rigor técnico. O futuro ministro também afirmou que espera que isso ocorra já no primeiro trimestre e que o déficit primário do ano que vem será menor do que os R$ 220 bilhões previstos no orçamento.

As declarações se refletiram nos juros futuros, o que acabou ajudando ações sensíveis às taxas na bolsa. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 caiu de 13,545% da sessão anterior para 13,40%, enquanto a do DI para janeiro de 2025 recuou de 12,94% para 12,675% no término da sessão.

"Hoje [ontem], vemos principalmente as varejistas subindo. Primeiramente porque já haviam caído muito, e também pela expectativa de que os juros caiam", afirma Fernando Bresciani, analista de investimentos do Andbank. O profissional destaca, porém, que não concorda com a leitura que o mercado fez a respeito dos juros ontem.

No mercado de câmbio, o dólar encerrou o dia negociado a R$ 5,2533 no mercado à vista, em queda de 0,61%. De acordo com participantes do mercado, a redução nas incertezas relacionadas à montagem da equipe econômica do próximo governo também contribuíram para o desempenho do real na sessão da véspera.

"Estamos em uma semana de baixa liquidez devido às festas de fim de ano e essa era a tendência mesmo. Hoje, o dólar devolveu um pouco a alta que nós vimos nos últimos dois dias pela incerteza em relação à questão política", afirma a economista Cristiane Quartaroli, do Ourinvest.

"O mercado trabalha com fatos e costuma oscilar mais em momentos em que a incerteza é elevada, só acalmando quando o fato em si vem à mesa, se não existir nenhuma surpresa. Como [a indicação da senadora Simone Tebet para o Planejamento] confirmou as expectativas do mercado, o câmbio acalmou", afirma Quartaroli. Além disso, a economista observa que, como as desonerações sobre os combustíveis não serão estendidas além de 31 de dezembro, o mercado reage bem. "Claro que isso pode gerar um impacto negativo para a inflação, mas é benéfico do ponto de vista fiscal", nota.

Segundo cálculos da LCA Consultores, a volta da cobrança do PIS e Confins na gasolina, etanol e diesel, "teria impacto de 0,8 ponto percentual no IPCA de 2023, tudo o mais constante. Além disso, a receita fiscal que poderia ser obtida é de R$ 53 bilhões", afirmam os economistas da consultoria.

Wall Street recua com incertezas sobre China

Eduardo Magossi
De São Paulo

As preocupações dos investidores em torno das implicações do relaxamento da política chinesa de "covid zero" a partir de janeiro acabaram com o otimismo inicial gerado pela notícia e reacenderam temores de recessão e repique da inflação no mundo. O resultado foi uma onda de vendas que derrubou os mercados acionários tanto nos Estados Unidos como na Europa.

No radar dos investidores, cresceu o sentimento de que a abertura chinesa pode levar a um aumento da demanda da China por petróleo e commodities, elevando seus preços e criando mais obstáculos ao combate à inflação global e, com isso, reduzindo as expectativas de que o Federal Reserve — o Fed, banco central americano — e outros bancos centrais encerrem em breve o ciclo de elevação das taxas de juros.

Uma reabertura total da economia chinesa poderá oferecer um impulso necessário para a economia global, segundo escreveram analistas da SPI Asset Management em nota. Ao mesmo tempo, a forte demanda chinesa por matérias-primas e energia pode elevar os preços das commodities, o que seria uma preocupação para os bancos centrais no mundo todo. Para o analista Ipek Ozkardeskaya, do Swissquote Bank, a reabertura da China é positiva para os preços de commodities e para o petróleo, mas é também uma "má notícia" para a inflação global.

Com isso, o índice Dow Jones fechou em queda de 1,10%, a 32.875,71 pontos, enquanto o S&P 500 recuou 1,20%, a 3.783,22 pontos, e o Nasdaq perdeu 1,35%, a 10.213,29 pontos. Nas bolsas, a queda foi generalizada, com perdas no setor de energia, imobiliário e tecnologia. Os preços do petróleo caíram diante da preocupação de menor demanda da China com o aumento dos casos de covid, o que pesou nas ações das petroleiras. O setor imobiliário foi pressionado pelo dado fraco de vendas pendentes de residências nos EUA, que caiu 4% em novembro, um dos piores resultados em 20 anos. Já as ações de tecnologia — como a Apple, que perdeu 3% — seguem pressionadas pelo temor de que fábricas de componentes chinesas sejam afetadas pela covid.

Também acendeu o alerta o fortalecimento do índice de atividade industrial dos EUA medidos pelo Fed regional de Richmond, que, em dezembro, voltou para território positivo, atingindo 1, depois de registrar -9 em novembro e -10 em outubro. O resultado ficou bem acima dos -10 esperados e mostrou que os indicadores de embarques, emprego, novos pedidos e salários estão resilientes, o que pode fazer com que o aperto monetário continue por mais tempo.

Diante desses temores, os investidores mostraram pouco ânimo para os ativos de risco, quebrando a tradição de alta das bolsas na última semana do ano. Desde os anos 1950, o S&P 500 operou em território positivo nesta época do ano em 78% das vezes. Para Adam Phillips, diretor de estratégia da EP Wealth Advisors, muitos esperavam terminar o ano em terreno positivo, mas a queda vista ontem foi realmente "a forma de o mercado chutar um homem que já está caído".

Chile, Índia, México e Coreia lideram expansão de ETFs

Steve Johnson
Financial Times

Os mercados financeiros despencaram na maior parte do mundo em 2022, mas alguns países estão em via de registrar crescimento em ativos aplicados em fundos negociados em bolsa (ETFs, nas iniciais em inglês), apesar do entrave representado pela queda vertical nas avaliações das empresas.

Essa resiliência corrobora a crescente adoção dos ETFs em todo o planeta — principalmente em algumas economias emergentes, onde a adesão perdia para a de países mais desenvolvidos —, bem como em alguns bolsões de resistência da parte dos próprios mercados financeiros.

Em dados do fim de novembro, Chile, Índia, México e (apenas) Coreia do Sul estavam prestes a registrar um crescimento ano a ano dos ativos em ETFs, segundo dados da Morningstar Direct. Isso apesar de os ativos mundiais em ETFs terem caído 7,6%, para US$ 9,5 trilhões, em relação aos US$ 10,3 trilhões anteriores, segundo a consultoria ETFGI.

Os declínios foram ainda mais acentuados em alguns casos. Os ativos em ETFs registrados na Suécia despencaram 36,3%, para US$ 6,3 bilhões, nos 11 primeiros meses de 2022, segundo a Morningstar, diante da grande retração em dólar de 27,3% registrada pelo índice de ações MSCI da Suécia.

O mercado colombiano de ETFs sofreu uma contração de 31%, para US$ 1,4 bilhão, uma vez que os ingressos líquidos agravaram a queda de 12,4% computada pela bolsa em dólar, enquanto o minúsculo mercado da Indonésia encolheu ainda mais, em 26,7%, para US$ 358 milhões, devido aos resgates líquidos — apesar da alta de 9,1% registrada pela bolsa.

Entre os mercados de maior porte, os ativos em ETFs registrados nos EUA caíram 6,4%, para US$ 6,8 trilhões, segundo a Morningstar, enquanto os dos veículos negociados na Irlanda recuaram 7,7%, para US$ 964 bilhões, e os do Japão, 17,9%, para US$ 446 bilhões. Os ETFs registrados em Luxemburgo caíram 16,7%, para US$ 281 bilhões, e os do Canadá, 7,2%, para US$ 254 bilhões.

Houve, no entanto, bolsões de crescimento no setor, dos quais talvez principalmente o observado na Índia, onde os ativos em ETF aumentaram 11,4% neste ano, para US$ 60,6 bilhões, apesar de a bolsa ter registrado pequenas perdas em dólar.

"A Índia teve um crescimento enorme em produtos indexados, tanto ETFs quanto fundos mútuos", disse Deborah Fuhr, sócia-executiva e fundadora da ETFGI. "O país já observou um despertar em termos de crescimento de produtos indexados atrelados ao índice [de ações] Nifty 50."

Kenneth Lamont, analista-sênior de fundos de estratégias passivas da Morningstar, disse que a Índia representa uma das histórias de crescimento de ETFs mais "interessantes", com pelo menos 15 ETFs, tanto de ações quanto de renda fixa, tendo captado US$ 100 mil ou mais em ingressos líquidos até esta altura do ano.

"Estamos atrasados nessa corrida, mas estamos tirando a diferença", disse autoridade graduada da NSE Indices, uma subsidiária da Bolsa de Valores Nacional da Índia. "O fundo de índice, como conceito, tem muito sucesso na Índia e está crescendo."

Os ativos em ETFs do país quintuplicaram desde dezembro de 2017, quando totalizavam apenas US$ 12,2 bilhões, segundo a Morningstar, no segundo ritmo mais acelerado de crescimento do mundo, atrás apenas do Chile.

Essa autoridade situou o início da arrancada de crescimento do setor em 2015, quando o total de ativos em ETFs de ações e de bônus totalizavam um "minúsculo" US$ 1 bilhão, apesar de o primeiro ETF indiano ter sido lançado em 2001.

Naquele ano, a Organização do Fundo de Previdência dos Trabalhadores, que administra o fundo de pensão obrigatório da Índia, começou a injetar 5% em investimentos adicionais nos ETFs de ações referenciados nos índices Nifty 50 e Sensex 30. Essa parcela foi posteriormente triplicada para 15%.

"Esse foi o impulso que fez decolar o setor de ETF", disse a autoridade. "Assim que começaram a investir, o setor cresceu com toda a força e os investidores de varejo também começaram a aplicar em fundos passivos."

A Índia ostenta atualmente 294 fundos passivos, em relação aos apenas 84 computados em março de 2017, segundo dados da Associação de Fundos Mútuos da Índia, em dados reunidos pela NSE Indices, e o segmento responde hoje por cerca de 15% dos ativos totais geridos pelo setor de fundos.

Cerca de 16,3 milhões de carteiras de investidores incluem ETFs atualmente, e 3,1 milhões delas envolvem fundos mútuos passivos, patamar superior aos de 1,3 milhão e 0,3 milhão, respectivamente, totalizados não antes de março de 2019, segundo dados da AMFI reunidos pela bolsa.

"A maioria dos fundos ativos, principalmente na categoria de empresas de grande valor de mercado, tem dificuldades em superar em desempenho os índices subjacentes, por isso as pessoas estão trocando de fundos ativos para passivos", disse a autoridade.

As outras grandes histórias de sucesso ocorreram em partes da América Latina. O Chile foi o país que assistiu ao crescimento mais sólido dos ativos neste ano em relação a todos os demais rastreados pela Morningstar, com um aumento de 21%, para US$ 4,1 bilhões, dos ativos administrados.

Os ingressos líquidos foram de nada menos que US$ 919 bilhões, os segundos maiores já registrados, embora representem uma parcela pequena dos US$ 3,2 bilhões de 2021, embora um aumento de 22,4% no Índice MSCI do Chile, denominado em dólar, deva ter ajudado os que investem na bolsa de valores interna.

O México é outro caso de sucesso, com uma combinação de influxos líquidos e ganhos mais modestos da bolsa tendo contribuído para alimentar uma alta de 8,2% dos ativos, que passaram a totalizar US$ 6,1 bilhões.

Lamont enfatizou que esses mercados continuavam pequenos e que, no caso do Chile, a maior parte dos ingressos foram absorvidos por apenas um fundo, o Singular Global Corporates, que investe em papéis denominados em dólar emitidos globalmente.

No entanto, os dados, que têm como base o registro primário de cada ETF, talvez não capte todo o vigor dos mercados latino-americanos, disse Lamont, já que muitos agora permitem a contabilização cruzada de ETFs com registro primário no exterior.

Hector McNeil, cofundador e CEO da HANetf, que fez registro cruzado de mais de 20 ETFs no México, juntamente com outros de países como Chile e Peru, disse ter havido "um enorme volume de demanda" por ativos externos, como os títulos do Tesouro dos EUA, com hedge em pesos mexicanos, a fim de reduzir o risco.

Além disso, segundo McNeil, os ETFs registrados na Europa com base na estrutura de fundos Ucits do continente, eram mais eficientes em termos fiscais do que os ETFs registrados nos EUA, que normalmente cobram um imposto retido na fonte, e até do que carteiras diretas em bônus mexicanos.

TAMARA MERINO/BLOOMBERG

Bolsa de Santiago teve o maior crescimento de fundos de índice neste ano, segundo dados da Morningstar

Finanças

Estratégia Plataforma conclui boa parte do investimento previsto pós-IPO e espera impacto em resultados

Dotz quer entrar em BNPL e escalar produtos

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Dotz, que viu suas ações caírem 90% desde a abertura de capital, há cerca de um ano e meio, avalia que boa parte dos investimentos necessários para cumprir o objetivo de se tornar um ecossistema completo já foi feita. Assim, a expectativa para 2023 é a de colher frutos do trabalho realizado desde a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). Entre os principais projetos para 2023, estão lançar dois produtos de parcelamento de compras e alavancar a solução de dados voltada aos varejistas.

Em entrevista ao **Valor**, o CEO da companhia, Roberto Chade, afirmou que o último ano marcou o processo de evolução da Dotz de um programa de fidelidade para uma plataforma de engajamento. "Após duas décadas no mundo de 'loyalty', vimos que tínhamos muito acesso a dados e ao consumidor final. Pós-IPO, aceleramos bastante o processo de evolução para essa plataforma." No período, a empresa expandiu a oferta de produtos, principalmente na área financeira. "No Brasil, quem hoje tem essa atuação como a gente é o Mercado Livre, que tem a parte transacional, digital e de serviços financeiros."

Um diferencial da empresa, defende o executivo, está no fato de que não precisa navegar em "mar aberto", ou seja, já conhece o cliente para o qual oferecerá os novos serviços, o que reduz, por exemplo, o risco relacionado à oferta de crédito. "No momento, quem está no mar aberto está sofrendo demais. A gente está em um ambiente controlado. O lema aqui é crescimento controlado. E mais importante de tudo: performance antes de crescimento", diz.

A companhia explica sua organização a partir da ideia de um funil. Na "boca" estão os serviços de fidelidade, por onde chegam os clientes. Depois, vem o "super app", que faz a união com os demais produtos. O aplicativo é inspirado no modelo do Ant Group, braço financeiro da chinesa Alibaba, que tem 5% do capital social da Dotz.

A estratégia visa aumentar a monetização do usuário final. De acordo com o CEO, o modelo de negócios é pautado em "custo de aquisição de cliente (CAC) negativo e monetização serial". Segundo ele, isso acontece porque o cliente chega até a empresa por meio dos parceiros do programa de fidelidade. A monetização, por sua vez, ocorre de diferentes formas, como via conta digital, cartão de crédito e marketplace.

"O cliente que entra no ecossistema gerando R$ 20 de receita por ano, quando vai se engajando, chega a gerar R$ 700 por ano", diz. A base de usuários está hoje em cerca de 53 milhões, mas o foco está, principalmente, nos 10 milhões mais engajados.

Na área de crédito, a Dotz trabalha com cartão e empréstimo pessoal, sempre por meio de parcerias. A última opção foi viabilizada a partir da aquisição da fintech de crédito Noverde neste ano. A empresa também está entrando agora em seguros.

No primeiro trimestre de 2023, devem ser lançados dois produtos de "buy now, pay later" ("compre agora, pague depois", ou BNPL). Um deles permitirá que um cliente receba uma proposta de parcelamento enquanto faz, por exemplo, uma compra no supermercado. "A gente já está na jornada de consumo, fazemos a oferta quando a pessoa está, de fato, no momento da compra." Boa parte das ofertas de BNPL no país é focada hoje no ambiente on-line. Assim, Chade acredita que a presença no mundo físico é um diferencial da empresa nesse produto.

DIVULGAÇÃO
Chade, da Dotz: de programa de fidelidade a plataforma de engajamento

A outra opção estará ligada ao momento de resgate dos pontos de programa de fidelidade. Um cliente, por exemplo, que queira comprar um produto cujo valor supere o montante de pontos acumulados poderá parcelar a diferença por meio de uma oferta disponível no aplicativo.

Com a expansão do leque de produtos oferecidos, a empresa espera que o bloco que inclui os serviços financeiros e o marketplace, que representa hoje de 25% a 30% do negócio, chegue a uma participação de 50% ou 60% em dois anos.

Outra prioridade para 2023 é a ampliação da plataforma para empresas chamada de "Meu Varejo". A proposta é trazer informações simplificadas aos lojistas — como a frequência de compra dos clientes, gasto médio e categorias de compras — e disponibilizar algumas opções de campanhas promocionais para que eles ofereçam aos seus clientes.

"Muitas empresas têm buscado varejistas querendo ajudá-los a ter mais inteligência de dados, mas percebemos que não adianta fornecer muita informação. Resolvemos fazer algo mais simplificado, dar ao lojista o que ele precisa." No começo do ano também deve ser lançada uma nova versão do "super app".

Chade destaca que, como a maior parte dos investimentos previstos já foi feita, o resultado final da empresa vem melhorando. No período de julho a setembro, a Dotz teve prejuízo líquido de R$ 19,8 milhões, resultado melhor do que o registrado no segundo trimestre, negativo em R$ 28,2 milhões, e no terceiro trimestre de 2021, negativo em R$ 24,1 milhões.

Nesse cenário, a empresa trabalha com a possibilidade de atingir o "break-even" (ponto de equilíbrio entre receitas e despesas) em 2023. "A Dotz sempre foi uma companhia de Ebitda positivo. Com o IPO, obviamente, tivemos que fazer investimentos, mas a capacidade de gerar resultados está no nosso DNA." Em meio ao processo de conclusão do desenvolvimento de produtos, a Dotz fez recentemente um corte no quadro de funcionários. Segundo o CEO, foram cerca de 50 demissões considerando os contratos CLT. "Parte importante do investimento feito para fortalecer a plataforma já foi feito, então são ajustes normais."

Em relação à forte desvalorização dos papéis desde o IPO, Chade lembra que a abertura de capital foi feita por meio da instrução 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), voltada a investidores profissionais. Ele destaca que, além das condições de mercado, que afetaram companhias fortemente companhias com viés tecnológico no período, as ações da empresa têm um desafio grande de liquidez.

"Como fizemos uma operação relativamente pequena e muito concentrada em um grupo de sócios, nosso 'free float' [quantidade de ações em circulação no mercado] é muito baixo, de menos de 5%." Além disso, ele afirma que algumas corretoras negociaram as ações para investidores não qualificados no início, o que posteriormente foi barrado pelo regulador, mas jogou o preço dos papéis para baixo. "Em condições normais, a ação 'andaria um pouco de lado', mas teve essa disfunção", relata.

De acordo com ele, a queda das ações é um tema na agenda, mas não leva a companhia a mudar de planos. "Muito pelo contrário, captamos o dinheiro, estamos fazendo a nossa lição de casa e em algum momento a gente sabe que isso vai dar uma 'estilingada' de novo."

Sobre o cenário macroeconômico, Chade frisa que a realidade é de incerteza. "Quem está enxergando alguma coisa está mal informado. A gente espera o melhor e trabalha para o pior", diz, ponderando que o modelo de negócios da empresa não é tão penalizado em momentos de crise. O executivo afirma que a companhia segue atenta a oportunidades para novas aquisições, mas que não há nenhuma operação no radar. De acordo com ele, as parcerias podem oferecer um caminho mais interessante de crescimento no momento.

Conjuntura Ao fim de ano magro, J.P. Morgan, BofA, Citi e Jefferies devem reduzir pagamentos em cerca de 30%

Wall Street se prepara para corte de bônus

David Benoit e Anna Maria Andriotis
Dow Jones Newswires

A receita bancária de Wall Street nunca caiu tanto quanto neste ano. Com isso, os banqueiros esperam que seus bônus não sejam mantidos nos mesmos níveis.

Os ganhos com consultoria em negócios, ofertas de ações e vendas de títulos caíram mais de 40% em relação a 2021, eliminando mais de US$ 50 bilhões em receitas, segundo a Dealogic. Esse é o maior declínio ano a ano já registrado, pior do que na crise financeira.

Em resposta, executivos de bancos como J.P. Morgan Chase, Bank of America, Citigroup e Jefferies Financial planejam cortar bônus em cerca de 30%, segundo fontes do setor. No Goldman Sachs, os cortes devem chegar a 40%, disseram eles. As vendas de ações e as ofertas públicas iniciais (IPO, na sigla em inglês), em particular, evaporaram em 2022, então os executivos desses negócios verão os bônus recuarem cerca de 45%, de acordo com projeções da Johnson Associates, consultoria de remuneração de serviços financeiros. Os traders terão cortes de 20% a 25%, estimou.

Os chefes não estão dispostos a ouvir reclamações. Os executivos têm dito aos funcionários que 2021 teve uma bonança ímpar. As empresas viam a alta dos mercados como validação para fechar negócios, abrir capital ou emitir dívida com juro baixo. Naquela época, os líderes alertaram que parecia tratar de um boom temporário, mas o declínio deste ano foi mais forte do que o esperado.

"Vamos apenas explicar aqui: Esta será uma temporada de compensação mais difícil na Jefferies, assim como será para todas as empresas do nosso setor", disseram os líderes da Jefferies à equipe em um memorando este mês.

Os executivos também têm dito aos subordinados que o ano não é tão ruim quanto eles podem pensar. No Goldman Sachs, a receita total ainda está no ritmo do que pode ser o segundo ano mais alto de todos os tempos.

O Goldman gastou pesadamente para construir sua divisão de varejo, e alguns banqueiros culparam isso pelos cortes de bônus mais acentuados do banco.

MICHAEL NAGLE/BLOOMBERG

Goldman Sachs pode ter corte de bônus de cerca de 40% neste ano

Os banqueiros de Wall Street geralmente recebem uma grande parte de sua remuneração anual em bônus. Os executivos reservam receita ao longo do ano para formar um pool e passam meses indo de unidade em unidade para determinar quanto cada um merece. O montante final é determinado nas primeiras semanas do ano, quando os balanços estão sendo fechados, e os banqueiros geralmente são informados no final de janeiro sobre o que receberão.

Em uma pesquisa com mais de 1 mil funcionários de empresas financeiras no site de relacionamento profissional Fishbowl, quase 72% disseram que considerariam deixar o emprego em um banco se o bônus fosse cortado.

As notícias são melhores para os traders. Embora os mercados estejam em queda acentuada, a turbulência causada pelo aumento das taxas de juros alimentou altos volumes, especialmente para títulos de renda fixa e moedas. Os traders de renda fixa devem obter um aumento de 10% a 15%, de acordo com a Johnson Associates. Os traders de ações terão ganhos praticamente estáveis.

A segurança no trabalho começou a subir na lista de preocupações. Na pandemia, os bancos contrataram funcionários para lidar com um aumento no volume de negócios, principalmente em ofertas públicas iniciais. Eles também se abstiveram de selecionar os de baixo desempenho.

Agora, com os negócios em baixa e uma possível recessão se aproximando, os bancos estão de volta aos cortes. O Goldman está planejando cortar milhares de funcionários em muitas divisões, incluindo do varejo, banco de investimento e negócios, e o Morgan Stanley recentemente demitiu cerca de 2%, ou cerca de 1.600, de sua equipe.

Alguns executivos de baixo desempenho provavelmente serão eliminados na hora do bônus, dizem os banqueiros. Espera-se que o instrumento contundente conhecido como bônus zero seja usado com mais frequência neste ciclo, disseram algumas pessoas. A prática é uma forma de dar a palavra final sobre as fracas perspectivas de emprego de um funcionário, embora banqueiros e executivos digam que isso não deveria ser uma surpresa porque os de baixo desempenho já teriam sido avisados. Esses funcionários tendem a sair logo depois.

Se as ofertas e negócios de ações continuarem definhando em 2023, mais cortes de empregos se aproximam. Os banqueiros de investimento que cobrem tecnologia, incluindo alguns diretores administrativos, podem ser duramente atingidos por demissões, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. A indústria de tecnologia, em particular, alimentou o aumento das ações devido à pandemia, e as ofertas caíram drasticamente este ano.

"A maioria de nossos clientes, empresas de Wall Street e gestores de ativos, não estão otimistas" para 2023, disse Alan Johnson, diretor-gerente da Johnson Associates..

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/12/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	13.412,5582080	0,06	1,07	11,90
IRF-M	1+**	16.786,3781090	0,51	1,38	7,16
IRF-M	Total	15.370,8015870	0,36	1,28	8,61
IMA-B	5***	7.996,3987530	0,33	0,82	9,65
IMA-B	5+****	9.719,2933530	0,94	-1,29	3,19
IMA-B	Total	8.527,0650870	0,65	-0,31	6,25
IMA-S	Total	5.636,9741210	0,05	1,00	12,62
IMA-Geral	Total	6.916,1021410	0,31	0,64	9,52

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/12	13/12	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,52	32,60	30,48	33,07	31,60	28,90
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,99	24,96	24,90	24,86	26,48	23,95
Conta garantida pré - a.a.	46,76	49,00	49,21	48,72	50,21	36,95
Desconto de duplicata pré - a.a.	25,50	25,58	27,92	27,90	27,71	21,10
Vendor pré - a.a.	19,59	19,53	19,33	19,44	18,64	16,62
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	22,86	22,77	20,90	21,10	20,36	20,28
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	21,06	21,30	19,06	20,66	18,97	17,03
Conta garantida pós - a.a.	28,71	29,20	28,48	28,47	27,74	25,95
ACC pós - a.a.	7,57	8,10	8,00	7,73	7,72	3,74
Factoring - a.m.	3,71	3,71	3,69	3,71	3,67	3,73

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/12/22	27/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	4,3836	Feriado	4,3856	4,1420	4,0714	0,1013
3 meses	4,7299	Feriado	4,7290	4,7786	4,7349	0,2179
6 meses	5,1511	Feriado	5,1614	5,2034	5,2104	0,3433
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	5,4703	Feriado	5,4314	5,5716	5,5721	0,5671
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,6559
3 meses	-	-	-	-	-	-0,5920
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5611
1 ano	-	-	-	-	-	-0,4887
Euribor **						
1 mês	-	1,895	1,913	1,512	1,492	-0,598
3 meses	-	2,128	2,102	1,973	1,954	-0,583
6 meses	-	2,703	2,645	2,414	2,436	-0,548
1 ano	-	3,265	3,176	2,830	2,892	-0,495
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,50	7,50	7,50	7,00	7,00	3,25
Federal Funds	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	0,25
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	0,25
T-Bill (1 mês)	3,62	3,65	3,67	3,95	4,02	0,02
T-Bill (3 meses)	4,46	4,42	4,31	4,35	4,37	0,06
T-Bill (6 meses)	4,74	4,75	4,67	4,70	4,73	0,20
T-Note (2 anos)	4,35	4,23	4,21	4,32	4,44	0,75
T-Note (5 anos)	3,97	3,96	3,76	3,74	3,88	1,26
T-Note (10 anos)	3,88	3,85	3,65	3,62	3,68	1,48
T-Bond (30 anos)	3,97	3,92	3,71	3,75	3,73	1,90

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	dez/22*	nov/22	Mês out/22	set/22	ago/22	jul/22	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	1,02	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	12,28	12,00
CDI	1,02	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	12,28	12,00
CDB (1)	0,79	0,95	0,83	0,90	0,86	1,00	10,35	10,10
Poupança (2)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,73
Poupança (3)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,67
IRF-M	1,28	-0,66	0,93	1,40	2,05	1,15	8,61	9,26
IMA-B	-0,31	-0,79	1,23	1,48	1,10	-0,88	6,25	6,82
IMA-S	1,00	1,01	1,08	1,11	1,19	1,04	12,62	12,38
Renda Variável								
Ibovespa	-2,00	-3,06	5,45	0,47	6,16	4,69	5,16	10,37
Índice Small Cap	-2,43	-11,23	7,30	-1,84	10,90	5,16	-14,55	-9,10
IBrX 50	-2,06	-2,19	5,32	0,49	6,33	4,54	6,25	12,57
ISE	-4,30	-10,48	7,65	-2,54	5,97	4,40	-13,89	-8,47
IMOB	-3,45	-16,57	2,17	12,40	7,01	8,73	-8,46	0,91
IDIV	-1,45	0,78	4,03	-1,80	4,27	1,98	12,84	16,33
IFIX	-0,58	-4,15	0,02	0,49	5,76	0,66	1,63	11,20
Dólar Ptax (BC)	-0,39	0,71	-2,77	4,39	-0,18	-0,95	-5,50	-5,80
Dólar Comercial (mercado)	0,99	0,70	-4,24	3,71	0,51	-1,12	-5,77	-7,73
Euro (BC) (4)	2,71	4,91	-1,75	1,49	-1,53	-3,47	-11,40	-13,84
Euro Comercial (mercado) (4)	2,98	6,08	-3,43	1,16	-1,18	-3,57	-11,68	-15,16
Ouro B3	3,03	6,64	-5,57	0,70	-1,72	-3,40	-9,77	-9,69
Inflação								
IPCA	-	0,41	0,59	-0,29	-0,36	-0,68	5,13	5,90
IGP-M	-	-0,56	-0,97	-0,95	-0,70	0,21	4,98	5,90

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO . Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 28/dez. ** Até nov/22 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 23/12/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.868.436,79					-1.096,55	-75.078,16	-33,93	-10.315,32
RF Indexados (2)	142.339,59	0,23	0,26	8,38	8,56	-23,66	-5.555,79	-39.375,75	-39.377,93
RF Duração Baixa Soberano (2)	523.372,78	0,05	0,81	11,23	11,44	-2.887,41	-38.088,80	-27.894,59	-38.096,41
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	702.449,55	0,05	0,87	12,54	12,78	94,34	-6.817,12	34.080,16	31.177,52
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	93.484,95	0,06	0,05	12,37	12,61	404,67	-125,17	8.384,39	8.863,19
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	153.899,58	0,11	0,20	9,86	10,08	1,56	-1.396,90	-2.218,84	-2.010,09
RF Duração Livre Soberano (2)	204.463,46	0,09	0,64	10,78	10,97	488,19	-8.125,19	12.151,83	16.703,96
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	627.232,12	0,08	0,70	11,80	11,04	-102,36	-7.993,21	45.022,72	39.334,81
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	178.113,88	0,15	0,41	10,37	10,44	1.188,32	-2.183,85	23.609,91	24.577,74
Ações	478.557,53					-318,06	-3.635,34	-69.740,75	-70.411,84
Ações Indexados (2)	9.713,55	2,01	-2,45	3,47	3,43	-51,94	197,45	-2.555,45	-2.710,76
Ações Índice Ativo (2)	35.759,15	2,01	-2,62	1,75	1,98	-1,06	-252,23	-14.355,22	-14.682,16
Ações Livre	201.921,11	1,78	-3,11	-6,86	-6,40	-202,03	-2.157,53	-32.476,91	-34.313,58
Fechados de Ações	48.140,41	0,15	-4,92	-5,20	-6,12	0,00	48,24	-2.130,60	-2.130,40
Multimercados	1.617.020,08					1.194,69	-6.168,23	-86.954,73	-77.289,79
Multimercados Macro	194.352,62	0,11	0,57	16,62	17,16	-176,02	-1.313,75	-6.818,85	-6.036,56
Multimercados Livre	567.583,06	0,24	0,08	8,99	9,51	245,33	-207,01	-60.859,49	-52.678,97
Multimercados Juros e Moedas	64.052,24	0,06	0,76	11,65	11,88	68,35	-404,97	-1.889,63	-523,03
Multimercados Invest. no Exterior (2)	708.604,17	0,14	-0,26	2,77	2,84	1.045,43	-2.749,78	1.180,30	817,67
Cambial	7.897,10	-0,44	-0,67	-5,82	-7,15	88,56	87,31	228,80	1.078,65
Previdência	1.173.414,38					151,56	-320,76	11.017,42	13.516,49
ETF	38.659,27					69,12	1.926,79	992,63	1.104,14
Demais Tipos	1.681.946,56					-160,08	-8.076,89	-79.565,98	-73.415,45
Total Fundos de Investimentos	**6.183.985,15**					**89,32**	**-83.188,40**	**-144.490,56**	**-142.317,67**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.204.109,33**					**2.230,89**	**-3.903,69**	**36.540,54**	**38.163,77**
Total Fundos Off Shore (4)	**58.945,68**					-	-	-	-
Total Geral	**7.447.040,16**					**2.320,21**	**-87.092,09**	**-107.950,02**	**-104.153,89**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de novembro de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/12/22	27/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	13,75	13,75	13,75	13,75	13,75	9,25
Selic - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
Selic - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
Selic - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
Selic - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDI - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
CDI - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
CDI - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
CDI - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,83	13,08	11,13
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	1,0107	1,0298	0,8836
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,37	12,37	7,17
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	0,9768	0,9768	0,5791
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,68	13,69	13,69	13,72	13,81	10,11
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,75	13,78	13,81	13,88	14,06	11,13
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,66	13,66	13,66	13,68	13,70	9,15
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,67	13,67	13,68	13,70	13,73	9,70
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,69	13,69	13,70	13,72	13,80	10,17
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,72	13,73	13,73	13,76	13,86	10,53
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,74	13,77	13,82	13,87	14,06	11,12
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,45	13,56	13,82	13,94	14,30	11,67

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/12/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	99.847,77	13,652	92.285	13,652	13,658	13,658
Vencimento em fev/23	98.737,87	13,659	29.114	13,654	13,664	13,656
Vencimento em mar/23	97.837,10	13,672	4.440	13,668	13,676	13,674
Vencimento em abr/23	96.695,90	13,688	56.254	13,685	13,705	13,690
Vencimento em mai/23	95.804,62	13,721	4.038	13,720	13,740	13,730
Vencimento em jun/23	94.724,01	13,753	7.837	13,755	13,770	13,755
Vencimento em jul/23	93.718,09	13,739	232.081	13,715	13,800	13,720
Vencimento em ago/23	92.724,28	13,726	160	13,710	13,760	13,710
Vencimento em set/23	91.662,36	13,689	1.367	13,695	13,750	13,695
Vencimento em out/23	90.757,97	13,649	34.332	13,605	13,750	13,605
Vencimento em nov/23	89.833,35	13,592	2.206	13,580	13,590	13,580

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.250,33	-0,55	185.025	5.228,50	5.289,00	5.271,00
Vencimento em fev/23	5.280,20	-0,55	36.880	5.259,00	5.315,50	5.304,50
Vencimento em mar/23	5.305,37	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/23	5.339,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/23	5.363,43	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.578,03	-0,83	320	5.604,50	5.610,00	5.605,00
Vencimento em fev/23	5.622,57	-0,85	300	5.610,00	5.658,40	5.610,00
Vencimento em mar/23	5.659,67	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/23	112.102	1,78	89.060	110.240	112.260	112.185
Vencimento em abr/23	113.936	-	0	0	0	0
Vencimento em jun/23	116.071	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/12/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2730	5,2736	-0,18	-0,39	-5,50	-6,56
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2527	5,2533	-0,61	0,99	-5,77	-6,85
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2622	5,4422	-0,62	0,55	-5,87	-7,04
Euro (BC) - (R$/€)	5,5994	5,6006	-0,47	2,71	-11,40	-12,15
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5763	5,5769	-0,86	2,98	-11,68	-12,51
Euro Turismo (R$/€)	5,6198	5,7998	-0,80	3,02	-11,65	-12,62
Euro (BC) - (US$/€)	1,0619	1,0620	-0,29	3,11	-6,24	-5,98
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	297,750	-1,83	3,03	-9,77	-7,53
Nova York (US$/onça troy)	-	1.803,40	-0,49	1,69	-1,36	-0,16
Londres (US$/onça troy)	-	1.802,65	0,29	2,44	-0,96	-0,16

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	28/12/22	27/12/22	No fim de nov/22	No fim de dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	154.187,80	151.538,07	155.496,88	134.046,86	1,75	-0,84	15,03
Valor-Coppead Mínima Variância	80.246,08	79.358,84	80.792,69	86.927,17	1,12	-0,68	-7,69

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS	02/02/22	02/02/29	84	600	3	-	145,0
JBS	02/02/22	02/02/52	360	900	4,375	-	220,0
Usina Coruripe	10/02/22	10/02/27	60	300	10	10	823,3
Itaú Unibanco	14/04/22	14/04/25	36	63	3,7	3,7	97,7
Natura	19/04/22	19/04/29	84	600	6	-	341,1
Arcos Dorados	27/04/22	27/05/29	85	350	6,125	-	317,0
Aegea	06/05/22	20/05/29	85	500	7	-	413,7

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/12/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo

ADR - Índices

Em 27/12/22

Índice	27/12/22	23/12/22	Em 30/11/22	Em 31/12/21	Em 27/12/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	142,21	142,15	144,14	160,14	160,57	0,04	-1,34	-11,20	-11,44
S&P BNY Emergentes	274,31	272,48	284,34	339,00	337,88	0,67	-3,53	-19,08	-18,81
S&P BNY América Latina	181,33	185,23	190,88	179,82	179,65	-2,11	-5,00	0,84	0,94
S&P BNY Brasil	188,95	193,92	199,67	184,87	184,70	-2,56	-5,37	2,21	2,30
S&P BNY México	253,56	255,92	263,31	279,00	276,92	-0,93	-3,70	-9,12	-8,44
S&P BNY Argentina	103,92	102,48	94,32	70,86	73,22	1,40	10,17	46,64	41,93
S&P BNY Chile	166,90	171,77	186,89	134,90	135,61	-2,84	-10,70	23,72	23,07
S&P BNY Índia	2.830,79	2.798,02	3.067,86	3.190,48	3.159,24	1,17	-7,73	-11,27	-10,40
S&P BNY Ásia	163,90	162,58	167,10	207,32	207,03	0,81	-1,91	-20,94	-20,83
S&P BNY China	348,22	337,22	333,98	428,56	417,85	3,26	4,26	-18,75	-16,66
S&P BNY Rússia	225,85	210,59	271,02	319,36	321,00	7,25	-16,67	-29,28	-29,64
S&P BNY Turquia	20,43	19,23	19,48	16,83	18,22	6,20	4,88	21,40	12,13

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/12 a 11/01	0,2055	0,7065	0,7065	1,0472
12/12 a 12/01	0,2428	0,7440	0,7440	1,0949
13/12 a 13/01	0,2425	0,7437	0,7437	1,0946
14/12 a 14/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
15/12 a 15/01	0,2146	0,7157	0,7157	1,0464
16/12 a 16/01	0,1763	0,6772	0,6772	0,9977
17/12 a 17/01	0,1792	0,6801	0,6801	1,0007
18/12 a 18/01	0,2069	0,7079	0,7079	1,0486
19/12 a 19/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
20/12 a 20/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
21/12 a 21/01	0,2410	0,7422	0,7422	1,0930
22/12 a 22/01	0,2138	0,7149	0,7149	1,0456
23/12 a 23/01	0,1761	0,6770	0,6770	0,9975
24/12 a 24/01	0,1773	0,6782	0,6782	0,9988
25/12 a 25/01	0,2145	0,7156	0,7156	1,0463
26/12 a 26/01	0,2418	0,7430	0,7430	1,0939
27/12 a 27/01	0,2406	0,7418	0,7418	1,0926

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/12/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	110.236	1,53	-2,00	5,16	5,12
IBrX	46.769	1,50	-2,16	4,51	4,54
IBrX 50	18.597	1,36	-2,06	6,25	6,34
IEE	78.816	2,13	-2,41	3,29	3,04
SMLL	2.021	2,61	-2,43	-14,55	-14,25
ISE	3.160	2,57	-4,30	-13,89	-14,22
IMOB	662	4,11	-3,45	-8,46	-7,70
IDIV	7.165	1,31	-1,45	12,84	12,69
IFIX	2.850	0,57	-0,58	1,63	2,98
Variação % em dólares					
Ibovespa	20.903	1,71	-1,62	11,29	12,50
IBrX	8.869	1,68	-1,78	10,60	11,88
IBrX 50	3.526	1,55	-1,68	12,43	13,81
IEE	14.945	2,31	-2,04	9,30	10,27
SMLL	383	2,83	-2,03	-9,57	-8,24
ISE	599	2,75	-3,93	-8,89	-8,20
IMOB	126	4,28	-3,12	-3,24	-1,33
IDIV	1.359	1,50	-1,07	19,40	20,58
IFIX	540	0,75	-0,21	7,56	10,19

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 27/12/22	Spread 23/12/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	368	374	-6,0	-18,0	-18,0
África do Sul	390	399	-9,0	4,0	42,0
Argentina	2.165	2.173	-8,0	-83,0	477,0
Brasil	258	263	-5,0	7,0	-68,0
Colômbia	356	359	-3,0	-31,0	4,0
Filipinas	75	85	-10,0	-27,0	-16,0
México	198	202	-4,0	10,0	-15,0
Peru	143	144	-1,0	-1,0	3,0
Turquia	410	413	-3,0	-25,0	-168,0
Venezuela	43.198	42.873	325,0	11.497,0	-15.305,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
abr/22	345.097	16/12/22	339.581
mai/22	346.415	19/12/22	339.054
jun/22	341.958	20/12/22	339.064
jul/22	346.403	21/12/22	339.272
ago/22	339.664	22/12/22	339.067
set/22	330.580	23/12/22	338.523
out/22	329.546	26/12/22	338.659
nov/22	335.505	27/12/22	338.065

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/12/22	27/12/22	26/12/22	23/12/22	22/12/22	21/12/22
Índice	1.788,51	1.783,67	1.782,58	1.783,42	1.778,97	1.775,41
Var. no dia	0,27%	0,06%	-0,05%	0,25%	0,20%	0,14%
Var. no mês	1,35%	1,08%	1,02%	1,07%	0,81%	0,61%
Var. no ano	9,92%	9,62%	9,55%	9,61%	9,33%	9,11%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/12/22

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,7500	34,7800	0,15160	0,15180
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2730	5,2736
Bolívar Soberano (Venezuela)	16,7608	16,8028	0,3138000	0,3146000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7544	0,7687
Colon (Costa Rica)	580,0000	588,0000	0,008968	0,009092
Coroa (Dinamarca)	7,0029	7,0034	0,7529	0,7531
Coroa (Islândia)	142,8600	143,2000	0,03682	0,03691
Coroa (Noruega)	9,8892	9,8935	0,5330	0,5333
Coroa (Rep. Tcheca)	22,8030	22,8130	0,2311	0,2313
Coroa (Suécia)	10,4546	10,4572	0,5042	0,5044
Dinar (Argélia)	136,7690	138,1370	0,03817	0,03856
Dinar (Kuwait)	0,3063	0,3064	17,2095	17,2171
Dinar (Líbia)	4,8136	4,8359	1,0904	1,0956
Direitos Especiais de Saque ***	1,3308	1,3308	7,0173	7,0181
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6727	1,4357	1,4360
Dirham (Marrocos)	10,4801	10,4851	0,5029	0,5032
Dólar (Austrália)***	0,6754	0,6755	3,5614	3,5623
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2730	5,2736
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5934	2,6392
Dólar (Canadá)	1,3590	1,3591	3,8798	3,8805
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3150	6,3922
Dólar (Cingapura)	1,3486	1,3495	3,9074	3,9104
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2730	5,2736
Dólar (Hong Kong)	7,7905	7,7916	0,6768	0,6769
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6324	0,6328	3,3346	3,3371
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7327	6,8260	0,7725	0,7833
Euro (Comunidade Européia)***	1,0619	1,0620	5,5994	5,6006
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8973	2,9552
Franco (Suíça)	0,9282	0,9286	5,6784	5,6815
Guarani (Paraguai)	7357,6000	7366,1200	0,0007158	0,0007168
Hryvnia (Ucrânia)	36,9000	36,9340	0,1428	0,1429
Iene (Japão)	134,2100	134,2400	0,03928	0,03929
Kuna (Croácia)	7,0952	7,0999	0,7427	0,7433
Libra (Egito)	24,7400	24,7700	0,2129	0,2132
Libra (Líbano)	1505,5000	1518,5000	0,003473	0,003503
Libra (Síria)	2511,0000	2514,0000	0,00210	0,00210
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2034	1,2038	6,3455	6,3484
Naira (Nigéria)	446,1400	447,1400	0,01179	0,01182
Lira (Turquia)	18,7143	18,7243	0,2816	0,2818
Novo Dólar (Taiwan)	30,7880	30,8180	0,17110	0,17130
Novo Sol (Peru)	3,8028	3,8187	1,3808	1,3868
Peso (Argentina)	176,3700	176,3900	0,02989	0,02990
Peso (Chile)	858,5000	859,1000	0,006138	0,006143
Peso (Colômbia)	4760,7600	4770,6800	0,001105	0,001108
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2197	0,2197
Peso (Filipinas)	56,0360	56,0560	0,09407	0,09411
Peso (México)	19,3866	19,3971	0,2718	0,2720
Peso (Rep. Dominicana)	55,8000	56,3000	0,09366	0,09451
Peso (Uruguai)	38,5800	38,6100	0,13660	0,13670
Rande (África do Sul)	17,1204	17,1255	0,3079	0,3080
Rial (Arábia Saudita)	3,7580	3,7610	1,4020	1,4033
Rial (Irã)	41450,0000	42250,0000	0,0001248	0,0001272
Ringgit (Malásia)	4,4200	4,4250	1,1916	1,1931
Rublo (Rússia)	71,7500	73,7500	0,07150	0,07350
Rúpia (Índia)	82,7370	82,7950	0,06369	0,06374
Rúpia (Indonésia)	15700,0000	15705,0000	0,0003358	0,0003359
Rúpia (Paquistão)	226,5000	227,0000	0,02323	0,02328
Shekel (Israel)	3,5364	3,5394	1,4898	1,4912
Won (Coréia do Sul)	1272,8000	1274,0100	0,004139	0,004143
Yuan Renminbi (China)	6,9774	6,9800	0,7554	0,7558
Zloty (Polônia)	4,4205	4,4280	1,1908	1,1930

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	1798,89	0,01729	304,9740	305,0087

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	28/12/22	27/12/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	32.875,71	33.241,56	-1,10	-4,96	-9,53	-9,68	28.725,51	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	10.679,35	10.822,51	-1,32	-11,23	-34,56	-35,23	10.679,35	16.501,77
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	10.213,29	10.353,23	-1,35	-10,94	-34,72	-35,28	10.213,29	15.832,80
EUA	Nova York	S&P 500	3.783,22	3.829,25	-1,20	-7,28	-20,62	-20,96	3.577,03	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	19.284,10	Feriado	-1,14	-5,72	-9,14	-9,12	18.206,28	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	49.648,21	50.440,02	-1,57	-3,94	-6,80	-6,74	44.626,80	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.266,52	1.260,55	0,47	1,92	-10,24	-10,06	1.112,84	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	18.841,43	17.911,42	5,19	28,21	218,28	224,54	5.098,80	18.841,43
Chile	Santiago	IPSA	5.215,42	5.197,25	0,35	-1,27	21,05	22,16	4.250,29	5.779,25
Peru	Lima	S&P/BVL General	21.302,55	21.347,23	-0,21	-5,13	0,90	1,98	17.752,60	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	202.560,20	195.542,77	3,59	20,20	142,59	144,69	81.004,41	202.560,20
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.238,53	1.247,72	-0,74	-3,76	-9,04	-9,31	2.995,33	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX	13.925,60	13.995,10	-0,50	-3,27	-12,33	-12,77	11.975,55	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.510,49	6.550,66	-0,61	-3,38	-8,98	-9,34	5.676,87	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	23.770,44	23.855,86	-0,36	-3,41	-13,08	-13,39	20.352,98	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.708,49	3.717,67	-0,25	0,64	-13,96	-13,83	3.313,82	4.362,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.825,91	1.831,80	-0,32	2,30	-2,04	-1,54	1.516,18	1.863,99
Espanha	Madri	IBEX-35	8.258,50	8.270,10	-0,14	-1,25	-5,23	-4,95	7.261,10	8.933,60
Grécia	Atenas	ASE General	923,79	923,26	0,06	1,26	3,41	3,88	779,20	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	694,84	701,06	-0,89	-4,04	-12,92	-13,25	630,58	804,28
Hungria	Budapeste	BUX	44.155,50	44.220,76	-0,15	-3,98	-12,94	-11,19	37.035,79	54.405,84
Polônia	Varsóvia	WIG	56.641,19	56.574,46	0,12	1,04	-18,26	-17,60	45.621,39	73.334,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.730,28	5.756,98	-0,46	-2,26	2,89	3,05	5.190,28	6.349,21
Rússia	Moscou	RTS*	933,76	960,51	-2,78	-17,01	-41,48	-42,07	742,91	1.622,75
Suécia	Estocolmo	OMX	2.052,76	2.067,61	-0,72	-2,36	-15,17	-15,19	1.794,39	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	10.812,67	10.839,22	-0,24	-2,83	-16,02	-16,64	10.072,62	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	5.345,61	5.434,51	-1,64	7,39	187,76	188,88	1.850,48	5.504,09
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.803,15	1.799,75	0,19	-4,29	-12,32	-12,36	1.784,80	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.277,56	Feriado	1,07	-0,74	0,77	2,53	63.263,94	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	26.340,50	26.447,87	-0,41	-5,82	-8,51	-9,39	24.717,53	29.332,16
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.262,20	Feriado	-0,35	-2,92	-6,65	-6,23	6.609,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.974,33	1.993,32	-0,95	-2,20	-21,97	-21,49	1.752,27	2.530,14
China	Xangai	SSE Composite	3.087,40	3.095,57	-0,26	-2,03	-15,18	-14,95	2.886,43	3.639,78
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	2.280,45	2.332,79	-2,24	-7,77	-23,41	-24,49	2.155,49	3.020,24
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.898,91	Feriado	1,56	7,00	-14,95	-14,53	14.687,02	24.965,55
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	60.910,28	60.927,43	-0,03	-3,47	4,56	5,20	51.360,42	63.284,19
Indonésia	Jacarta	JCI	6.850,52	6.923,03	-1,05	-3,26	4,09	3,82	6.568,17	7.318,02
Tailândia	Bangcoc	SET	1.647,28	1.643,16	0,25	0,73	-0,62	0,35	1.533,37	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	14.173,10	14.328,43	-1,08	-4,75	-22,21	-22,11	12.666,12	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 03/2022-APPA – PAR50

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA torna público que no dia 24/02/2023, realizará na B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, à Rua XV de novembro, nº 275, Centro, São Paulo - SP, o Leilão nº 03/2022-APPA para arrendamento da área PAR50, destinada à movimentação e armazenagem de granéis líquidos, localizada no Porto de Paranaguá/PR. O Edital e seus anexos estão disponíveis, a partir do dia 02/01/2023, no site da APPA (http://www.portosdoparana.pr.gov.br), do Ministério da Infraestrutura (http://www.infraestrutura.gov.br), da ANTAQ (http://www.antaq.gov.br), e ainda na sede da APPA: Av. Ayrton Senna da Silva, 161- D. Pedro II, Paranaguá/PR. Os requisitos, condições de participação e demais informações estão definidos no Edital do Leilão e anexos.

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor Presidente

SUL AMÉRICA S.A.
CNPJ/ME nº 29.978.814/0001-87 - NIRE 3330003299-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2022
Certidão: JUCERJA nº 00005229662 em 28/12/2022. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

Estratégia Sistema cooperativo usará retaguarda operacional do banco

Unicred sela acordo com BTG e vai ter DTVM própria

Adriana Cotias
De São Paulo

A Unicred do Brasil fechou acordo com o BTG Pactual como atalho para a plataforma de investimentos que começa a construir. O sistema cooperativo homologou no Banco Central (BC) pedido para criar a sua DTVM e, quando tiver o aval regulatório, usará a retaguarda operacional do banco para atuar como participante de negociações (PN) na bolsa, aquilo que no mercado se convencionou chamar de "corretora light".

Com a parceria já selada, a Unicred finaliza a transferência de pouco mais de R$ 500 milhões em recursos para o BTG, de 2,6 mil clientes. Mas o potencial é bem maior. Segundo mapeamento do sistema cooperativo, só na caderneta de poupança, em bancos tradicionais, seus associados têm o equivalente a R$ 10 bilhões. Considerando-se outros tipos de investimentos em instituições financeiras diversas, há outros R$ 60 bilhões, de uma base que chega a 260 mil pessoas no total, diz Patricia Palomo, que assumiu neste ano como chefe de investimentos da Unicred do Brasil.

Nos últimos três anos, a administração da Unicred percebeu o escape de dinheiro para outras plataformas e o diagnóstico foi que, apesar de o cooperado confiar no sistema, ele tinha uma oferta limitada e carecia de opções de investimentos mais completas. Esse é um público que tem incentivos financeiros e sociais para migrar seus recursos para a Unicred pela natureza do negócio, acredita Palomo.

Pelas regras do cooperativismo no Brasil, as sobras das unidades, o equivalente ao lucro em empresas tradicionais, são distribuídas aos seus associados. Isso acaba se traduzindo em taxas menores em operações de crédito e em rentabilidade melhor em investimentos. "É muito parecido com a essência do 'cashback', que ficou famoso nos últimos anos, mas que está na origem do cooperativismo", diz a executiva. "No mercado tradicional, um dos incentivos é tentar tirar o máximo de receita do cliente para remunerar a plataforma, que é outro bolso. Na cooperativa, é o mesmo bolso. É como se fosse um 'single family office' pulverizado, em que a família monta uma estrutura para gerir o patrimônio conforme seus interesses e se apropria de todos os benefícios."

O viés social vem pelo compromisso de criar impacto no entorno em que as cooperativas atuam, com o crédito direcionado para o desenvolvimento da região, além de ações de educação financeira.

Diferentemente dos acordos fechados com grupos que nasceram como agentes autônomos de investimentos, caso de EQI, Lifetime ou Acqua Vero, que terão as suas corretoras ou distribuidoras em conjunto com o BTG, não haverá participação societária do banco na DTVM da Unicred. "Nosso modelo é de parceria, não de sociedade. Pode até evoluir para isso, mas o conselho de administração definiu que inicie a operação dessa forma e use esse arcabouço como argumento para capturar valor para a plataforma", diz Palomo. "Como instituição independente, tem total autonomia em relação a produtos e estratégias de alocação."

A partir do momento em que a DTVM estiver rodando, a base embarcada no BTG volta para a Unicred, mantendo, contudo, o uso da infraestrutura tecnológica, a operacionalização das transações, a custódia, tudo que faz parte do "backoffice", os serviços de retaguarda. Para o investidor, será uma mudança de pouca fricção, é como se estivesse trocando de assessoria, diz Palomo.

Os primeiros produtos a que os investidores terão acesso são fundos de investimentos de gestoras de recursos diversas e, à medida que a DTVM estiver pronta, a oferta evolui para as negociações de ações, fundos imobiliários e títulos de dívida corporativa. O plano é incluir ainda a oferta de ativos no exterior, também se valendo da infraestrutura que o BTG vem montando, além de operações estruturadas. "Vem nessa crescente, não vai perder em nada para as plataformas terceiras, e tem mais os produtos exclusivos para os cooperados", afirma a executiva.

A Unicred já oferece, por exemplo, um plano de previdência aos moldes de um PGBL com a entidade do grupo, a Quanta, com diferenciação de taxas e tábuas atuariais favoráveis aos cooperados, diz Palomo. Agora, costura a criação de um VGBL com a Icatu Seguros.

Para que haja alinhamento na ponta, as estratégias e carteiras sugeridas são centralizadas, o conteúdo é criado de maneira sistêmica e transborda para as unidades de negócios. As metas são definidas pelas unidades de negócios, mas a remuneração leva em conta a adequação dos produtos aos diversos perfis e a métrica de satisfação de clientes (NPS). "Não importa qual o produto, o profissional de atendimento gere um volume de captação, mas não direciona por produto", afirma.

O sistema Unicred é o terceiro maior do Brasil e é formado por 33 cooperativas, quatro centrais, com 330 unidades de negócios, similares às agências bancárias. Reúne R$ 23 bilhões em ativos e uma carteira de crédito de R$ 12 bilhões. Foi criado para atuar principalmente no ramo da saúde, mas é de livre associação.

SILVIA COSTANTI/VALOR

Palomo: inversão da lógica de extrair receita do cliente para a plataforma

Era de títulos com rendimento negativo ruma para o fim

Matt Grossman
Dow Jones Newswires

Os rendimentos negativos dos títulos governamentais parecem estar prestes a desaparecer. A soma mundial da dívida de rendimento negativo quase evaporou completamente, outro efeito dos esforços dos banqueiros centrais para combater a inflação em todo o mundo. Agora, está em US$ 271 bilhões, ante mais de US$ 18,4 trilhões há dois anos, de acordo com dados do índice Bloomberg acessados via FactSet.

Essa dívida incomum se acumulou nos últimos anos, quando os bancos centrais da Europa e do Japão mantiveram suas metas de juros abaixo de zero para tentar estimular o crescimento econômico.

Neste ano, no entanto, o aumento da inflação levou os principais bancos centrais da Europa a aumentar as taxas de juros, levando os rendimentos de volta ao território positivo. Isso deixou o Japão como lar de quase toda a dívida com rendimento abaixo de zero que ainda resta.

Mas, na semana passada, o Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês) diminuiu seus esforços para manter o rendimento dos títulos de dez anos abaixo de 0,25%. Desde então, o rendimento do papel japonês de dez anos subiu para pouco menos de 0,5%, e os rendimentos das notas de prazo mais curto de menos de dez anos se tornaram positivos. Agora, apenas os rendimentos das letras do governo japonês que vencem em um ano ou menos permanecem negativos.

Alguns investidores acreditam que o movimento abriu as portas para o BoJ aumentar sua meta de taxa de juros acima de zero no próximo ano, de -0,1% atualmente. Se isso acontecer, os rendimentos de mais títulos japoneses de curto prazo provavelmente se tornarão positivos.

O Banco Central Europeu (BCE), junto com os bancos centrais da Suécia, Dinamarca e Suíça, manteve suas taxas de juros abaixo de zero no fim de 2010, trazendo com elas uma enxurrada de rendimentos negativos de títulos de governo. Mas cada um agora trouxe taxas de juros positivas novamente. A taxa do BCE subiu de -0,5% em janeiro para 2% positivos até o fim de 2022.

À medida que os rendimentos negativos diminuem, os investidores focados em títulos estrangeiros estão vendo o campo de atuação de investimentos atraentes em renda fixa se abrir.

"Os rendimentos negativos no Japão e na Europa certamente tornaram a renda fixa global muito desafiadora para investir", disse Lynda Schweitzer, codiretora de renda fixa global da Loomis Sayles.

Nos últimos anos, a equipe de títulos globais da Loomis Sayles passou a comprar dívidas europeias e japonesas um pouco mais arriscadas, como bônus corporativos e títulos lastreados em hipotecas ou empréstimos para carros, para garantir rendimentos positivos de renda fixa denominados em euros ou ienes, disse ela. Como os rendimentos dos governos dessas moedas ficaram acima de zero novamente, ela e outros compradores de títulos podem novamente obter retornos positivos no exterior com menos risco.

Títulos com rendimentos negativos representam um investimento contraintuitivo, porque efetivamente exigem que o detentor do título pague pelo "privilégio" de emprestar dinheiro ao governo. Eles também podem levar os investidores à procura de alternativas que ofereçam retornos mais sólidos.

Os rendimentos baixos e às vezes negativos de muitos títulos do governo em todo o mundo ajudaram a definir o cenário para uma alta de um ano em investimentos mais arriscados, como ações, até o final de 2021.

Ainda assim, muitos investidores encontraram motivos para comprar títulos com retorno negativo nos últimos anos. Alguns precisavam de um lugar seguro para estacionar grandes somas de euros ou ienes e não tinham escolha a não ser engolir os rendimentos negativos. Outros compraram esses papéis na esperança de vendê-los com lucro antes do vencimento se os rendimentos caíssem ainda mais. Os preços dos títulos sobem quando os rendimentos caem.

Outros investidores de fora do Japão lucraram com os títulos do governo de baixo rendimento combinando seus investimentos com um hedge cambial. Ella Hoxha, gerente sênior de investimentos da Pictet Asset Management, disse que alguns fundos de renda fixa da empresa têm obtido retornos de mais de 4% ao trocar dólares por ienes em swaps de curto prazo e investir os ienes em dívida do governo japonês de curto prazo.

A maior parte do rendimento dessas transações vem do hedge cambial, porque os estrangeiros estão dispostos a pagar mais para tomar dólares emprestados em um momento de taxas de juros relativamente altas nos EUA.

O BoJ mantém sua taxa básica de juros abaixo de zero desde 2016, na tentativa de estimular o crescimento econômico medíocre, mas o aumento dos preços está testando o compromisso da autoridade com essa estratégia.

O banco central descreveu sua recente mudança na política da curva de rendimentos como um ajuste técnico. Mas a medida ainda desencadeou um debate sobre se as autoridades podem aumentar sua taxa-alvo no ano que vem.

Economistas do Goldman Sachs interpretaram a decisão do BoJ como "um sinal de que as taxas básicas podem ser ajustadas ainda mais nos próximos meses", escreveram em nota aos clientes na semana passada.

Brent Donnelly, operador de câmbio e macroanalista que lidera a Spectra Markets, disse que o caminho do banco dependerá de quem for escolhido para suceder Haruhiko Kuroda, governador do BoJ, cujo mandato termina no ano que vem.

"Eles podem estar selecionando um 'pombo' [do inglês 'dove', defensor de taxas de juros baixas] ou um 'falcão' ['hawk', de perfil mais agressivo, defensor de juros altos], e esse sinal é provavelmente tudo o que você precisa saber", disse Donnelly.

Marcação a mercado beneficia investidores e indústria

Palavra do gestor

Luciane Effting

A partir de 2 de janeiro, os investidores pessoa física terão acesso a uma nova informação sobre suas aplicações em títulos de renda fixa: o preço dos ativos será marcado a mercado, ou seja, será apresentado um valor de referência de quanto provavelmente valeria aquele papel em caso de venda antes do vencimento. A novidade desencadeia uma série de benefícios para os clientes e, por consequência, para toda a indústria de investimentos.

A mudança se deve a uma regra da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) que vale para títulos públicos (exceto Tesouro Direto), debêntures, CRIs e CRAs (Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, respectivamente) comprados diretamente pelos clientes e visa estabelecer normas, critérios e procedimentos para apuração do valor de referência desses ativos. A informação deve ser disponibilizada pelas instituições que comercializam esses produtos, pelo menos, uma vez ao mês.

Até então, o acompanhamento desses investimentos era feito, pela maioria das instituições, apenas "na curva" — que significa o valor da emissão acrescido dos juros combinados no momento da compra. Somente com esse dado, porém, o investidor não consegue ter real noção da variação do título. Ainda que, no vencimento, seja pago o valor na curva, ao longo do tempo o preço oscila devido a alterações nas condições de riscos de mercado e de crédito do emissor.

Por isso, exibir o valor de referência contribuirá para o amadurecimento dos investidores, ao passo que trará maior consciência na hora de aplicar o dinheiro: é preciso mais do que se ater à remuneração do ativo, analisar qual é a empresa emissora, o setor de atuação, a conjuntura econômica, a duração e o rating do papel e as garantias apresentadas, justamente para ter os componentes fundamentais para uma boa tomada de decisão.

Com a nova informação, ficará claro que a renda fixa não é tão fixa assim. Apesar de essa frase ser um jargão conhecido no mundo financeiro, nem sempre ela é compreendida pelos investidores — o que pode surpreender no primeiro momento. A marcação a mercado, entretanto, já é uma realidade nos fundos de investimento, nas carteiras administradas e nas ações. Nos fundos, a implementação se deu em 2002. Diante da experiência bem-sucedida 20 anos atrás e da evolução do mercado de capitais, a medida chega agora para a renda fixa, que está com alta procura devido à elevação da taxa Selic.

Além disso, hoje há mais conteúdo de educação financeira disponível para todos na internet, assim como canais de comunicação abertos com as instituições que auxiliarão no processo de entendimento sobre a mudança. É um desafio para o qual os distribuidores de investimentos estão se preparando, capacitando seus profissionais para que possam fornecer essa explicação de forma didática e passar segurança aos investidores. Ao longo deste ano, diversas instituições procuraram a Anbima para tirar dúvidas e atualizar sistemas e procedimentos para atender à regra.

A medida também permite ao investidor aproveitar janelas de oportunidade. Por exemplo, se a taxa de juros estiver maior que a fixada no produto, o cliente pode ter deságio para sair antes e preferir carregar o papel até a data de vencimento, fazendo jus à remuneração acordada no momento da compra. Já no caso de os juros estarem menores que a taxa atrelada ao título, ele fica valorizado e o investidor pode preferir buscar liquidez no meio do caminho: abre-se uma vantagem para sair antecipadamente e aproveitar o ágio que o mercado está disposto a pagar.

Essa possibilidade tem impacto positivo ao estimular as negociações secundárias de renda fixa. Como exemplo, o volume negociado de debêntures, até novembro de 2022, era de R$ 334,7 bilhões, enquanto o estoque desses papéis no mercado chega aos R$ 982,1 bilhões, revelando o potencial de expansão dessas operações. A tendência é que diversos títulos ganhem liquidez a partir do momento em que os clientes entenderem que podem negociá-los antes do vencimento e se beneficiar com isso. Por outro lado, se as condições do emissor do crédito privado se deteriorarem, o investidor acompanhará de forma tempestiva o impacto disso no valor de referência do ativo que poderá sofrer um deságio — evitando surpresas desagradáveis que só tomaria conhecimento no vencimento quando acompanha os ativos marcados na curva.

Vencidos os desafios de educar os clientes e adaptar os sistemas para fornecer os dados, a marcação a mercado traz transparência, uniformização e tempestividade de informações para a indústria. No médio prazo, tem potencial de estimular as negociações secundárias de renda fixa, contribuindo para a evolução do mercado de capitais brasileiro. De imediato, amplia a consciência do investidor — e conhecimento sempre rende os melhores juros.

Luciane Effting é vice-presidente do Fórum de Distribuição da Anbima
E-mail diretoria@anbima.com.br

Valor
Legislação
& Tributos SP

Destaques

Uso indevido de marca
A 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão do juiz Eduardo Palma Pellegrinelli, da 1ª Vara Empresarial e de Arbitragem do Foro Central Cível, que não reconheceu em anúncio feito por advogado em uma rede social o uso indevido da marca de uma companhia aérea. A decisão foi unânime. Consta nos autos que um escritório de advocacia individual utilizou anúncio em rede social (que foi corré no processo), com a finalidade de captar como clientes funcionários e ex-funcionários da empresa aérea. A autora alegou uso indevido e sem autorização de sua marca, infração ao Código de Ética e Disciplina da OAB, além de solicitar a remoção imediata dos anúncios, bem como o pagamento de indenização por danos morais de R$ 100 mil. O relator do recurso, desembargador Natan Zelinschi de Arruda, afirmou, em seu voto, que o uso da marca pelo advogado não configura irregularidade já que não se trata de um concorrente da companhia aérea. Além disso, disse, "os textos mencionados nos autos não fazem nenhum juízo de valor acerca dos serviços ofertados". Em relação a supostas infrações do Estatuto da Advocacia, o desembargador apontou que eventuais providências cabem ao Conselho de Ética da OAB (apelação nº 1125.922-30.2020.8.26.0100).

Prova de tempo de serviço
A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou a tese de que a sentença trabalhista homologatória de acordo somente será considerada início válido de prova material, para os fins do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 8.203/1991, quando estiver baseada em elementos probatórios contemporâneos aos fatos alegados, aptos a evidenciar o exercício da atividade laboral, o trabalho desempenhado e o respectivo período que se pretende ter reconhecido em ação previdenciária. A tese foi aprovada por maioria de votos em pedido de uniformização de interpretação de lei (Puil) apresentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU). Segundo a autarquia, a TNU admitiu como início de prova material anotação em carteira de trabalho decorrente de sentença trabalhista baseada exclusivamente em prova oral, sem a apresentação de qualquer outro documento da função que a parte alega ter exercido. No voto que prevaleceu, a ministra Assusete Magalhães apontou que o STJ possui jurisprudência de que, não havendo instrução probatória ou exame de mérito da demanda trabalhista — os quais poderiam demonstrar a atividade profissional desempenhada e o período correspondente —, não haverá início válido de prova material (PUIL 293).

Lesão por drone
O juiz da 16ª Vara Cível de Brasília condenou a R2B Produções e Eventos LTDA. a indenizar um casal, cuja mulher foi atingida por um drone durante evento organizado pela produtora. O valor total da indenização é de R$ 43,4 mil, que inclui danos emergentes, lucros cessantes, danos estéticos e morais. Cabe recurso da sentença. O casal narrou, nos autos, que, por causa do acidente, a mulher teve de se submeter a procedimentos médicos e estéticos para tratar as lesões na face e evitar sequelas, além de cancelar compromissos profissionais. Ao julgar o caso, o juiz entendeu configurados os danos. Em relação aos lucros cessantes, considerou que esse dano se estende, de modo reflexo, ao marido da vítima, o segundo autor, o qual, embora não tenha sofrido lesão direta do fato danoso, suportou as consequências dos danos ocasionados à esposa (processo nº 0735375-80.2022.8.07.0001).

Tributário Norma da Receita Federal orienta fiscais do país sobre cálculo previdenciário

Empresas podem excluir ajuda de custo do home office da contribuição ao INSS

Beatriz Olivon
De Brasília

As empresas que reembolsam os funcionários por despesas com internet e energia elétrica no home office podem excluir esses custos da base de cálculo das contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Essa é a interpretação da própria Receita Federal, expressa na Solução de Consulta nº 63 da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta os fiscais do país.

Trata-se da primeira manifestação da Receita Federal sobre a tributação de insumos para o teletrabalho — o que pode ultrapassar 30% do montante pago. Apesar da boa notícia para os empregadores, o desafio, segundo tributaristas, será como comprovar a finalidade dos valores recebidos pelos empregados.

A solução de consulta foi proposta por uma empresa que atua na fabricação de refrigerantes e refrescos e no comércio atacadista de bebidas. Por causa da pandemia da covid-19, adotou o regime integral de home office para alguns dos empregados.

A empresa questionou a Receita por causa do pagamento de uma ajuda de custo mensal, em valor fixo apurado com base na média de gastos, para ajudar os funcionários com as despesas de internet e energia elétrica durante o expediente de trabalho. Alega que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê expressamente que ajudas de custo, ainda que habituais, não constituem base de cálculo para a incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

Na solução de consulta, a Receita afirma que, pelo contexto apresentado pela empresa, os valores pagos aos empregados deixarão de ser devidos se o trabalhador voltar ao trabalho presencial. Portanto, diz o órgão, seriam ganhos eventuais, com caráter indenizatório. Não integram a remuneração pelo trabalho. A Receita ainda destaca que, conforme a Lei nº 8.212, de 1991, valores recebidos a título de ganhos eventuais devem ser excluídos da base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Porém, para a caracterização do aspecto indenizatório do ressarcimento, o Fisco exige documentos. De acordo com a solução de consulta, para a comprovação da inexistência de acréscimo patrimonial é necessário que o beneficiário comprove, por meio de "documentação hábil e idônea", que os valores foram pagos pelo empregado.

A interpretação do Fisco afasta também a incidência do IRRF sobre os valores pagos. Além disso, há impacto na apuração do IRPJ pela empregadora. Segundo a solução de consulta, a ajuda de custo para os trabalhadores pode ser considerada despesa operacional, que é dedutível do lucro real — base de cálculo do IRPJ.

DIVULGAÇÃO
Advogado Alessandro Cardoso: Receita Federal deixou de responder se empresa pode pagar um valor fixo

De acordo com Alessandro Cardoso, sócio do escritório Rolim Advogados, o assunto é muito importante para as empresas, especialmente depois da pandemia, e elas têm feito consultas sobre o tema. O advogado reforça que, antes da pandemia, a reforma trabalhista regulamentou o teletrabalho e a forma de reembolso da estrutura necessária para o trabalho remoto. A responsabilidade por arcar com tais custos seria do empregador e isso não constituiria remuneração.

Contudo, para o advogado, a Receita Federal deixou de responder a principal dúvida da empresa, que é se a ajuda de custo poderia ser paga em valor fixo ou percentual da fatura de energia e internet do funcionário. "Ela respondeu que o beneficiário precisa comprovar por documentação hábil, sem dizer qual métrica pode ser usada", diz.

A forma de comprovação das despesas é outra preocupação dos advogados tributaristas. Para Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, não ficou claro se a empresa precisa pedir as faturas de internet e energia elétrica de todos os empregados. "A empresa perguntou, mas a Receita respondeu genericamente", afirma.

"Quando pensamos em uma empresa com poucos empregados é relativamente tranquilo fazer essa comprovação, mas em empresas maiores é inviável fazer o controle empregado a empregado", diz Thais. "O mais usual é pagar um valor fixo com base na média de gastos", acrescenta.

A advogada destaca que apesar de alterações na CLT sobre teletrabalho pela reforma trabalhista, a Lei Previdenciária (nº 8212, de 1991) não foi alterada e só menciona algumas ajudas de custo específicas, como em caso de mudança de local de trabalho. Contudo, o conceito de ajuda de custo, segundo Thais, é de tudo que é pago quando a empresa faz alteração contratual que gera gasto novo ao empregado.

Ante o desafio de comprovar tais despesas com internet e energia elétrica, o advogado Pedro Ackel, sócio do escritório W Faria, afirma que algumas empresas já decidiram contratar laudos para evidenciar a média de gastos. E têm pedido, segundo ele, uma divisão por diferentes setores da companhia. Isso porque, diz o advogado, em alguns departamentos o consumo de internet ou telefonia é muito maior do que em outros setores dentro da mesma empresa.

Já para o advogado Fabio Medeiros, sócio do escritório Lobo de Rizzo, a solução de consulta gera mais incerteza que soluções. Ele aponta que o texto faz uma confusão ao responder sobre "reembolso" quando a empresa perguntou sobre "ajuda de custo".

Medeiros explica que, na ajuda de custo o empregador paga um valor e o empregado gasta. No reembolso, o empregado tem que apresentar uma espécie de prestação de contas com comprovantes das despesas, o empregador avalia e paga de volta — o que torna o procedimento mais complexo para a empresa.

Ainda segundo Medeiros, chama a atenção que a Receita tenha fundamentado que tais valores seriam ganhos eventuais do trabalhador, mas os pagamentos pela empregadora sejam habituais. "Não seria precisamente esse o conceito", diz.

STF pode retomar julgamentos de impacto fiscal bilionário

Beatriz Olivon
De Brasília

A nova regra que impõe prazo de 90 dias para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devolverem os processos para análise dos colegas, após pedido de vista, permitirá a retomada de uma série de julgamentos tributários de impacto bilionário. Conforme a mudança no Regimento Interno da Corte, vencido esse prazo, o processo é automaticamente liberado para votação.

Dentre os pedidos de vista que ainda não foram devolvidos a julgamento e já passaram do prazo de 90 dias, está o processo que discute a aplicação da multa de 50% sobre os valores de restituição, ressarcimento ou compensação tributária considerados indevidos pela Receita Federal — a chamada multa isolada. Nesse caso, serão R$ 32 bilhões de perda se a União não puder mais aplicar a punição. Os contribuintes contestam essa multa por já estarem sujeitos à multa de mora (RE 796939).

Com a aplicação da nova regra, a Corte também poderá retomar o julgamento sobre o voto de qualidade, em que se debate o critério de desempate dos julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — última instância para discutir, na esfera administrativa, autuações fiscais aplicadas pela Receita Federal (ADIs 6399, 6403 e 6415). O modelo atual, que está sob análise na Corte, favorece o contribuinte. Com isso, em discussões milionárias, os conselheiros estão beneficiando as empresas.

Um recurso sobre a incidência de PIS na atividade de seguradoras, que está suspenso por pedido de vista apresentado em 2016, pode voltar à pauta de julgamentos (RE 400479). Mas, nesse caso, o STF começou a julgar a incidência de PIS e Cofins no setor em outros dois processos, também suspensos por pedido de vista. Eles ainda estão no prazo de 90 dias para devolução. O impacto do julgamento desses processos é estimado em R$ 115,2 bilhões pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Outra ação cuja análise pela Corte poderá ser retomada trata da redução de 60% na base de cálculo do ICMS sobre agrotóxicos. A tramitação desse processo está suspensa por pedido de vista desde 2020 (ADI 5553).

Por pouco, a medida do STF não engloba a ação sobre os créditos tributários de ICMS na transferência de mercadorias, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte (ADC 49). Apesar de o mérito ter sido julgado, os ministros se dividem sobre a partir de quando a decisão teria validade e — mais importante para as empresas — sobre a edição de normas estaduais que disciplinem a transferência de crédito.

Com esse julgamento, as dez maiores empresas do varejo correm o risco de perder R$ 5,6 bilhões de créditos tributários por ano, segundo impacto estimado em um parecer da Tendências Consultoria Integrada. Mas o pedido de vista, em embargos de declaração, foi devolvido em 19 de dezembro pelo ministro Nunes Marques. O julgamento está marcado para acontecer entre os dias 10 e 17 de fevereiro, no Plenário Virtual do STF.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF
Ministra Rosa Weber: criação de centro de soluções alternativas

Na seara trabalhista também há impacto pela nova regra. O STF pode retomar a análise da constitucionalidade de dispositivos inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017) que tratam da reparação do dano extrapatrimonial ou danos morais trabalhistas (ADIs 6050, 6069 e 6082). O caso está suspenso por pedido de vista desde outubro de 2021.

O prazo de 90 dias, contado da data da publicação da ata de julgamento, foi criado por meio de mudança no Regimento Interno da Corte. A alteração está prevista na Emenda Regimental nº 58/2022, aprovada por unanimidade em sessão administrativa realizada em formato eletrônico, de 7 a 14 de dezembro. A íntegra do texto deverá ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico, no começo de janeiro.

Em relação à devolução dos processos com pedido de vista já formulado na data de publicação da emenda, os ministros terão 90 dias úteis antes da liberação automática para julgamento.

Na prática, a medida vai acelerar a tramitação dos processos no STF. O mesmo efeito é esperado em relação à outra alteração no regimento interno da Corte, que impacta os recursos submetidos à sistemática da repercussão geral. A emenda regimental prevê um prazo comum de seis dias úteis para que cada ministro ou ministra se manifeste sobre a questão, após recebida a manifestação do relator.

Na esteira das mudanças regimentais, a ministra Rosa Weber, presidente do STF, assinou a Resolução nº 790, de 2022, que cria o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal). O objetivo do Cesal é ajudar o STF na resolução de processos que exijam "intervenções jurisdicionais diferenciadas". Isso inclui a mediação, a conciliação e a cooperação entre STF e os demais órgãos do Judiciário para a prática de atos judiciais ou administrativos. *(Colaborou Luisa Martins)*

Anacronismo na proteção da mulher pela CLT

Opinião Jurídica

Gabriela Duarte Lopes e Jorge G. Matsumoto

O artigo 386 da CLT, localizado no capítulo da proteção do trabalho da mulher e que prevê que, havendo necessidade de trabalho aos domingos, deverá ser organizada escala de revezamento quinzenal que favoreça o repouso dominical em semanas alternadas, tem gerado acalorados debates no meio jurídico, em especial em relação às comerciárias, em razão do que preceitua o art. 6º, § único, da Lei nº 10.101/2000 e a Constituição Federal.

O referido artigo, em que pese tenha sido de grande relevância na época em que foi criado (1943), deve ser relativizado de acordo com a atual realidade do mercado, bem como deve ser observada a evolução legislativa, como a Lei da Liberdade Econômica e, especificamente, do trabalho da mulher como no caso do trabalho noturno, insalubre e perigoso e em relação às horas extras. Desde 1943, todos evoluíram, devendo ser observada a evolução e flexibilização também com relação ao art. 386 da CLT.

Recentemente chegou ao STF a primeira ação que trata sobre o tema (0000619-11.2017.5.12.0054), movida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de São José e Região em face de Lojas Riachuelo S.A.

Nesta, o sindicato alega que a empresa descumpriu o art. 386 da CLT e pretendeu que nos casos em que for identificado que o descanso semanal remunerado (DSR) foi usufruído após dois domingos consecutivos de trabalho, o seu pagamento seja feito com adicional de 100% e reflexos, e que a empresa seja condenada a cumprir a determinação do art. 386 da CLT.

A tese de defesa, em resumo, sustenta que o referido artigo sequer foi recepcionado pela Constituição Federal, em razão de afronta direta aos art. 5º, I, que prevê que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, art. 7º, XX, que estabelece a proteção do mercado de trabalho da mulher, não devendo prevalecer normas que importem em direto ou indireto desestímulo à garantia ou abertura do mercado de trabalho para estas e art. 7º, XV, que estatui que o DSR será preferencialmente aos domingos e não obrigatoriamente.

A discussão para comerciárias, entretanto, vai além.

Isto porque, no caso do comércio em geral, há lei específica e posterior sobre o tema, dispondo o art. 6º, § único, da Lei nº 10.101/2000 que o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva.

Dessa forma, ainda que se considere que o art. 386 da CLT tenha sido recepcionado pela Constituição Federal, tratando-se de trabalhadora do comércio, tem aplicabilidade o disposto no artigo acima citado, pois trata-se de norma superveniente e específica aplicável para os comerciários em geral.

Na ação em referência, o TRT da 12ª Região, deu provimento ao recurso ordinário da empresa para julgar totalmente improcedente a ação, sob a fundamentação de que deve se aplicar o teor da Lei nº 10.101/2000. O sindicato apresentou recurso de revista, que não foi conhecido e, por fim, após novo recurso, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, decidiu que deve ser observada a regra do art. 386 da CLT.

O entendimento, entretanto, vai na contramão do que o comércio em geral tem adotado, ao indicar em suas escalas o descanso aos domingos apenas a cada três semanas, conforme a Lei 10.101/2000.

O artigo 386 da Consolidação das Leis do Trabalho deve ser relativizado considerando a realidade atual

A D. Ministra vice-presidente do TST deu seguimento ao recurso extraordinário interposto pela empresa. Entretanto, foi proferida decisão monocrática no STF, a qual negou provimento ao recurso, sob o fundamento de que o STF já tinha se manifestado sobre o assunto no Tema 528 da repercussão geral (RE 658.312).

No momento, aguarda-se julgamento do agravo interno, em que a empresa sustenta que, diferente do que decidiu a decisão agravada, o STF nunca se manifestou sobre o tema, de modo que a compreensão externada pela Corte no RE 658.312, não tem aderência estrita ao caso, eis que a discussão diz respeito à antinomia entre o disposto no art. 386 da CLT e o que preceitua o art. 6º, § único da Lei 10.101/2000, sob o enfoque dos artigos 5º, I; 7º, XV e XX da CF.

A decisão será de grande impacto para a sociedade, em especial para o setor do comércio, que vem aplicando, em nosso entendimento, de modo totalmente legal, o disposto no art. 6º, § único, da Lei nº 10.101/2000.

No mais, o art. 386 da CLT é anacrônico e deve ser relativizado considerando a realidade atual, sendo extremamente penoso admitir que empresas sejam condenadas ao pagamento de horas extras com adicional de 100% por descumprimento do referido, se o DSR foi gozado em outro dia da semana que não o domingo e se a Constituição Federal prevê que o DSR será gozado preferencialmente e não obrigatoriamente aos domingos.

Isso caracteriza enriquecimento ilícito, além de violação ao princípio da legalidade, já que não há disposição legal prevendo o pagamento de horas com adicional de 100% diante do não cumprimento do disposto no art. 386 da CLT.

Ainda, ao decidir, o STF deve observar se existe norma coletiva sobre a matéria, visto que o art. 611-A da CLT prevê que a convenção coletiva de trabalho tem prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre pacto quanto à jornada de trabalho.

Neste sentido, se há norma coletiva autorizando e não fazendo qualquer distinção entre o trabalho aos domingos para homens e mulheres, esta deve ser observada, em respeito ao referido dispositivo legal e ao art. 7º, XXVI, da CF que prevê o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Resta acompanhar a decisão final pelo STF e ver seus novos desdobramentos, em especial em razão do grande impacto que esta terá no setor do comércio como um todo.

Gabriela Duarte Lopes e Jorge Gonzaga Matsumoto são, respectivamente, sócia e sócio-conselheiro do Bichara Advogados.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13/05/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 13/05/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia: (i)** apreciação dos resultados das operações da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2022; e **(ii)** autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aprovar os resultados das operações da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2022; **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Maurizio Billi. Secretário(a): Maira Billi. Membros do Conselho de Administração: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Francisco Eduardo de Almeida Job, Juliana Rozenbaum Munemori, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Itapevi, 13/05/2022. **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 267.243/22-4 em 26/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14/06/2022

1. Data, Hora e Local: aos 14/06/2022, às 10h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Cidade de Itapevi/SP, CEP 06696-000. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças dos Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pelo Sr. Alexandre Mendes Palhares. **4. Ordem do Dia: (i)** Distribuição extraordinária de dividendos no valor bruto total de R$ 1.497.132,64; e **(ii)** autorização aos representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação da deliberação acima. **5. Deliberações:** A unanimidade dos acionistas presentes na Assembleia deliberou: **(i)** aprovar a distribuição extraordinária de dividendos, aos acionistas da Companhia, no valor bruto total de R$ 1.497.132,64, que será distribuído conforme proporção das ações detidas por cada acionista, provenientes do saldo de contas de dividendos a pagar; e **(ii)** autorizar os representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação da deliberação acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 14/06/2022. **Presidente:** Maurizio Billi; **Secretário:** Alexandre Mendes Palhares. **Acionistas: Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** neste ato representado pelo Administrador e representante legal **Oliveira Trust Servicer S.A.**, CNPJ: 02.150.453/0001-20; e **Maurizio Billi**. Mesa: Maurizio Billi - **Presidente,** Alexandre Mendes Palhares - **Secretário. JUCESP** nº 326.258/22-0 em 28/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS

CONVOCAÇÃO Nº 149/CEA/SSP-2022

AVISO DE COTAÇÃO

A Chefia Executiva Administrativa/SSP torna público que está recebendo cotações de preços conforme dados que seguem:

Processo nº: E:01206.0000045520/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultas psiquiátricas e de consultas psicológicas do tipo psicoterapia para os profissionais de segurança pública da Polícia Militar de Alagoas (PMAL).

Informações: Através do e-mail **sspalcompras.chea@gmail.com**, Telefones 82-3315-8622/2357 ou na Sala 321 da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

Prazo para envio das propostas: 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação.

Maceió, 28 de dezembro de 2022.

Shirley Santos de Oliveira

Gerente do Núcleo de Cotação/SSP-AL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS

CONVOCAÇÃO Nº 147/CEA/SSP-2022

AVISO DE COTAÇÃO

A Chefia Executiva Administrativa/SSP torna público que está recebendo cotações de preços conforme dados que seguem:

Processo nº: E:02100.0000004744/2021

Objeto: Locações de veículos leves e pesados.

Informações: Através do e-mail **sspalcompras@gmail.com**,

Telefones 82-3315-8622/2357 ou na Sala 321 da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

Prazo para envio das propostas: 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação.

Maceió, 28 de dezembro de 2022.

Shirley Santos de Oliveira

Gerente do Núcleo de Cotação/SSP-AL

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 36ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 36ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Sétima Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("7ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **17 de janeiro de 2023, às 10h00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 7ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 7ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 7ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a substituição do Cronograma de Pagamentos, conforme proposta publicada no site da Securitizadora; **(ii)** a exclusão da unidade 114 ("Unidade"), do empreendimento "Condomínio Alto de Franco", das Unidades em Estoque, em decorrência da quitação da Unidade pela compradora diretamente à Devedora; **(iii)** as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** a autorização para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente 7ª AGT. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 7ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@vortx.com.br. A 7ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 7ª AGT, conforme da cláusula 14.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 27 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

CM HOSPITALAR S.A.

CVM 02568-2 - Companhia Aberta ("Companhia")

CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57 - NIRE nº 35.300.486.854

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/09/2022

Data, Hora e Local: Realizada no dia 28/09/2022, às 14 hrs., reunidos por conf. tel., nos ter. do art. 13 do Est. Soc. da Comp. **Convocação e Presença:** Dispensada a conv. pre. em virtude da presença da totalidade dos membros do Cons.de Adm.. **Mesa:** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presidente; e Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** Ins. a reunião do Cons. de Adm. e discutidas as matérias, os membros apr., por unan. de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: (i) ratificar o aporte pela Comp. à CM PFS Hospitalar S.A., o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com o consequente aumento de capital na Cannes RJ Participações S.A. e na CM PFS Hospitalar S.A.; (ii) ratificar a ass. do 8º termo aditivo ao contrato de diagnóstico celebrado entre a Íntegra Medical Consultoria S.A. e Diagnósticos da América S.A., bem como a celebração do contrato de prestação de serviços entre a Comp. e a Gesto Saúde Sistemas Inform. Consultoria Médica Corretora de Seguros Ltda; e (iii) a Polí. de Patrocínio, Amostras e Campanhas, cuja cópia fica arq. na Sede da Comp. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavr. da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi apr. e ass. por todos os presentes. Presidente: Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Paula Paschoal Queiroz de Morais. Ribeirão Preto, 28 de setembro de 2022. Mesa: Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro - Presidente, Luiz Felipe Duarte Martins Costa, Secretário. JUCESP nº 641.361/22-1 em 27/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 10ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 10ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 23 de janeiro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Recebíveis Imobiliários da 10ª Emissão, Série Única da Emissora, celebrado em 29 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a transferência da totalidade das Quotas Alienadas de emissão da Glasgow Incorporações e Participações Ltda. ("SPE 2") detidas pelo Antonio Mario Yunes no montante de 0,6% (zero vírgula seis por cento), Cristiano Chammas Yunes no montante de 0,2% (zero vírgula dois por cento) e Rodrigo Chammas Yunes no montante de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ("Fiduciantes Pessoas Físicas"), para a AMY ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e que atualmente detém 99% (noventa e nove por cento) das cotas da SPE 2, de modo que com formalização e aprovação da presente Assembleia a AMY em conjunto com as Fiduciantes Pessoas Físicas deverão formalizar a transferência das cotas e enviar à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, a cópia do livro de registro de cotas refletindo a titularidade da AMY de 100% (cem por cento) do capital social da SPE 2, sendo certo será mantida como garantia da Emissão a totalidade das cotas da SPE 2 após a transferência de titularidade ("Transferência de Cotas"); **b)** Caso aprovado o item (i) acima, anuir previamente com a Transferência de Cotas da SPE 2 de forma a não incidir em Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto nos itens (e) e (p) da cláusula 6.4.2 do Termo de Securitização e dos itens (e) e (p) da cláusula 6.1.2 do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Nota Comercial, Em Série Única, para Colocação Privada, da Glasgow Incorporações e Participações Ltda."* ("Escritura de Emissão"), como também do Vencimento Antecipado previsto nos itens (k) e (v) do subtítulo "Do Vencimento Antecipado" da *"Cédula de Crédito Bancário nº 10012204009600"* ("CCB"); **c)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRI em circulação, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos utilizados neste Edital de Convocação iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Edital de Convocação, terão os significados que lhes são atribuídos no Termo de Securitização e demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 28 de dezembro de 2022. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Terceira Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("3ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de janeiro de 2023, às 10 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 3ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 3ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 3ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 3ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@framcapital.com. A 3ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 3ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 28 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 47ª E 48ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 47ª e 48ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Emissora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Segunda Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("2ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de janeiro de 2023, às 15 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 2ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 2ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 2ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 2ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@framcapital.com. A 2ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 2ª AGT, conforme cláusula 13.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 28 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª E 44ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª e 44ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **16 de janeiro de 2023, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a alteração conjunta dos seguintes cláusulas, termos e definições: **(i.a)** alteração do item xxviii, da Cláusula 5.1.2, da Escritura de Emissão de Debêntures, para que o valor limite da Dívida Líquida de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) seja atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde a data de emissão das Debêntures, com efeitos válidos a partir da apuração já realizada com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora referentes a 31 de dezembro de 2021 (inclusive); **(i.b)** a alteração da Cláusula 4.13.4 e 4.13.4.1, da Escritura de Emissão de Debêntures, para prever o pagamento de prêmio equivalente a 1,00% (um por cento) a ser pago em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, aplicável sobre a soma do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e da Remuneração, devidos na data do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(ii)** a alteração da Remuneração das Debêntures e da Remuneração dos CRI **de** 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano **para** 12,00% (doze inteiros por cento) ao ano, com vigência a partir da parcela de remuneração a ser paga aos investidores em janeiro/2023, isto é, referente a remuneração acumulada entre 25/12/2022 a 25/01/2023; **(iii)** aprovação das demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** autorização para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente 4ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.6 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.10 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 27 de dezembro de 2022.

Diretor de Relação com Investidores

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 29/09/2022

1. Data, Hora e Local: aos 29/09/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Cidade de Itapevi/SP, CEP 06696-000. **2. Convocação:** Diretor da Companhia, conforme previsto no Parágrafo Único, Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Alexandre Mendes Palhares e secretariados pela Sra. Claudia Nascimento Dall'Acqua. **4. Ordem do Dia:** [illegible] **5. Deliberações:** [illegible] **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29/09/2022. [illegible] **JUCESP** nº 621.725/22-5 em 19/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15/08/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 15/08/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia:** [illegible] **5. Deliberações:** [illegible] **6. Encerramento:** [illegible] **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 427.707/22-5 em 19/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30/08/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 30/08/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia:** [illegible] **5. Deliberações:** [illegible] **6. Encerramento:** [illegible] **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 474.226/22-0 em 14/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 16ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

São Paulo/SP, 29 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 37ª E 38ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

São Paulo/SP, 29 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

BANCO OURINVEST S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20 - NIRE 35300524179

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 05.04.2022

[illegible]

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28/06/2022

[illegible] ...à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022. **5.2.** Aprovar os Regimentos Internos dos Comitês, os quais estão arquivados na sede da Companhia. **5.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Maurizio Billi. Secretário(a): Maira Billi. Membros do Conselho de Administração: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Francisco Eduardo de Almeida Job, Juliana Rozenbaum Munemori, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Itapevi, 28/06/2022. **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 343.864/22-8 em 08/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11/11/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 11/11/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia: (i)** apreciação dos resultados das operações da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2022; e **(ii)** autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução da deliberação tomada nesta reunião. **5. Deliberações:** os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aprovar os resultados das operações da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2022; **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização da deliberação aprovada acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Maurizio Billi. Secretário(a): Maira Billi. Membros do Conselho de Administração: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Francisco Eduardo de Almeida Job, Juliana Rozenbaum Munemori, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Itapevi, 11/11/2022. **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 671.406/22-0 em 25/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 35ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **19 de janeiro de 2023, às 10 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e corporate@vortx.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.5 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 29 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

BANCO OURINVEST S.A.

CNPJ nº 78.632.767/0001-20 - NIRE 35300524179

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14.11.2022

Data, Hora, Local: 14.11.2022, às 09 hs. Sede social, na Av. Paulista, 1728 – 3º andar - São Paulo-SP. **Presença**: Representantes da única acionista. **Mesa**: Presidente: Samuel Jorge Esteves Cester. Secretária: Miquelina Tavares da Silva. **Deliberações Aprovadas:** o reestabelecimento da ordem cronológica das Assembleias Gerais do Banco, para efeito de arquivamento na JUCESP, a saber: **1. AGOE realizada em 05.04.2022 às 09 hs: 1.1.** Em 05.04.2022, às 09 hs, fora realizada a AGOE do Banco que deliberou sobre diversos assuntos, dentre eles, a eleição/reeleição dos membros da diretoria, constante no item 3 das deliberações da Sessão Ordinária da referida assembleia. **1.2.** Dentre os diretores eleitos em tal assembleia constava a reeleição do Sr. *Leandro Leardini Carbone* ("Sr. Leandro"), o qual já era diretor estatutário deste Banco, com mandato vigente até a *posse* dos que fossem eleitos na AGOE de 05.04.22, conforme Ofício 11847/2019-BCB/Deorf/GTSP2 de 10.06.2019. **1.3.** A reeleição deliberada na AGOE de 05.04.22 dependia de aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN") conforme determina a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970 de 25.11.2021 ("Res. CMN 4970"), inciso V do artigo 3º, transcrito abaixo: *"Art. 3º Dependem de autorização do Banco Central do Brasil: ... V - a posse e o exercício de eleitos ou nomeados para cargos em órgãos estatutários ou contratuais, condicionados ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos VI e VIII do art. 2º e das condições previstas no Capítulo V;"* **1.4.** Tal AGOE de 05.04.22 fora protocolizada no BACEN em 20.07.2022 e aguardava sua manifestação/concordância para que, após aprovado, fosse dado o prosseguimento no arquivamento do ato na JUCESP. **1.5.** A AGOE de 05.04.22 fora aprovada por nossa autarquia federal, o BACEN, em 10.10.2022 conforme Ofício 26565/2022-BCB/Deorf/GTSP2. **2. AGE realizada em 31.08.2022 às 15 hs: 2.1.** Enquanto o processo de reeleição da diretoria mencionada na AGOE de 05.04.22 estava aguardando o deferimento do BACEN, conforme item 1.4. supra, o Sr. Leandro, em 31.08.2022, pediu renúncia ao cargo de diretor estatutário, motivo pelo qual fora elaborada a AGE de 31.08.22. **2.2.** Para que a renúncia ocorrida tivesse *todos os efeitos jurídicos legais*, o Banco precisava arquivar a AGE de 31.08.22, que tratou da referida renúncia, nos órgãos competentes, isto é, na JUCESP e na Secretaria da Receita Federal ("SRF"), procedendo com a baixa do referido diretor no Quadro de Sócios e Administradores ("QSA") da JUCESP e da SRF. **2.3.** Desta feita, a AGE de 31.08.22 fora arquivada na JUCESP em 19.09.2022 nº 478.187/22-1, o que gerou a necessidade de elaboração desta AGE para reestabelecimento da ordem cronológica dos atos. **3. AGE realizada em 14.11.2022 às 09 hs: 3.1.** Com todo o exposto supra, os representantes da única acionista presentes nesse conclave, decidiram por elaborar esta AGE de 14.11.22 para reestabelecer a ordem cronológica dos arquivamentos das assembleias do Banco ocorridas na JUCESP, e, também para proceder com o arquivamento desta AGE e da AGOE de 05.04.22. **3.2.** Importante ressaltar que a ordem dos eventos, assembleia que deliberou a reeleição (AAGO de 05.04.22) e assembleia que deliberou a renúncia (AAGE de 31.08.22) ocorreram na devida ordem cronológica, não tendo sido possível respeitar a ordem cronológica tão somente para fins de arquivamento, pelo simples fato de que uma das assembleias dependia de prévia aprovação do BACEN enquanto a outra não. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 14.11.2022. **Presença:** Acionista**:** Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A., por seus diretores, Srs. Samuel Jorge Esteves Cester e Miquelina Tavares da Silva. JUCESP 691.380/22-3 em 15.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 39ª, 40ª E 41ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 39ª, 40ª e 41ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Primeira Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("1ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **18 de janeiro de 2023, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 1ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 1ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 1ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 1ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@vortx.com.br. A 1ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 9.3. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na 1ª AGT, conforme cláusula 9.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 29 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

ERRATA DE EDITAL

P.G 31.47.025 – Pregão Eletrônico 025/2022 – Contratação de empresa para a prestação de serviços na área de pronto-atendimento à saúde dos empregados / estagiários da CDHU que atuam no prédio sede da CDHU na Capital, Baixada Santista e demais escritórios no interior do Estado, e de administração e gerenciamento dos serviços de segurança do trabalho, com Técnico (a) de Segurança do Trabalho e medicina ocupacional, Médico (a) do Trabalho, Assistente Social, Psicólogo (a) do Trabalho e Profissional da área de Enfermagem, bem como desenvolvimento, implementação e aplicação de ginástica laboral nas dependências da Companhia, com vistas ao atendimento do quadro funcional da CDHU.

PREÂMBULO

Onde se lê:
OFERTA DE COMPRA Nº **25310125095202 2OC00036**

Leia-se:
OFERTA DE COMPRA Nº **253101250952022OC00038**

Tendo em vista a alteração acima, a CDHU comunica a prorrogação dos prazos: Envio da proposta eletrônica: 30/12/2022 – Abertura: 11/01/2023 às 09h.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 31/05/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 31/05/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a proposta da administração para distribuição de juros sobre capital próprio referente ao período de 01/01/2022 a 30/05/2022; **(ii)** a distribuição extraordinária de dividendos; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia, no limite do capital autorizado, mediante a capitalização da reserva de lucros, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(iv)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** manifestar-se favoravelmente à distribuição de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, referente ao período de 01/01/2022 a 30/05/2022, no valor de R$ 59.110.737,98, conforme proporção das ações detidas por cada acionista; **(ii)** aprovar a distribuição extraordinária de dividendos no valor de R$ 8.414.903,31, à conta de reservas de lucros existentes, conforme apurado nas demonstrações financeiras da Companhia referentes a 31/12/2021. Os dividendos ora aprovados serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório; **(iii)** aprovar o aumento do capital social da Companhia, no limite do capital do autorizado, de R$ 895.024.519,72 para R$ 1.035.024.519,72, sendo esse aumento no valor de R$ 140.000.000,00 efetivado por meio da capitalização da reserva de lucros da Companhia, sem a emissão de novas ações, nos termos do art. 169, § 1º da Lei 6404/76. a) Em virtude dessa deliberação, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.035.024.519,72, dividido em 858.714.812 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.* **(iv)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Maurizio Billi. Secretário(a): Maira Billi. Membros do Conselho de Administração: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Francisco Eduardo de Almeida Job, Juliana Rozenbaum Munemori, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Itapevi, 31/05/2022. **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 296.819/22-0 em 14/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15/07/2022

1. Data, Hora e Local: aos 15/07/2022, às 10h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Cidade de Itapevi/SP, CEP 06696-000. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4°, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças dos Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pelo Sr. Alexandre Mendes Palhares. **4. Ordem do Dia: (i)** Distribuição extraordinária de dividendos no valor bruto total de R$ 869.777,00; e **(ii)** autorização aos representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação da deliberação acima. **5. Deliberações:** A unanimidade dos acionistas presentes na Assembleia deliberou: **(i)** aprovar a distribuição extraordinária de dividendos, aos acionistas da Companhia, no valor bruto total de R$ 869.777,00, que será distribuído conforme proporção das ações detidas por cada acionista, provenientes do saldo de contas de dividendos a pagar; e **(ii)** autorizar os representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação da deliberação acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 15/07/2022. Presidente: Maurizio Billi; Secretário: Alexandre Mendes Palhares. **Acionistas: Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** neste ato representado pelo Administrador e representante legal **Oliveira Trust Servicer S.A.**, CNPJ nº 02.150.453/0001-20; e **Maurizio Billi**. Mesa: Maurizio Billi - **Presidente**, Alexandre Mendes Palhares - **Secretário**. **JUCESP** nº 390.283/22-8 em 01/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 3530041183-8

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25/10/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 25/10/2022, às 9h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itapevi/SP, na Rodovia Presidente Castelo Branco, 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, CEP 06696-000. **2. Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 15, §1° do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maurizio Billi e secretariados pela Sra. Maira Billi. **4. Ordem do Dia: (i)** aprovar a celebração do *Agreement and Plan of Merger* (contrato e plano de incorporação) e demais documentos relacionados, para aquisição pela Companhia, através de suas subsidiárias com sede nos Estados Unidos - Eurofarma USA Corp. e Eurofarma USA II Corp.- de 100% das ações representativas do capital social da Medimetriks Pharmaceuticals Inc. nos Estados Unidos, no valor de US$ 20.000.000,00 ("Contrato de Aquisição Medimetriks"); **(ii)** autorizar a aquisição pela Companhia, de determinados ativos e direitos detidos pelo Laboratórios Canonne Ltda. e pela Gemar Gestão de Investimentos Financeiros Marcas e Patentes, no valor aproximado de R$ 725.400.000,00 ("Transação"), cuja oferta vinculante foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"); e **(iii)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações**: os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aprovar a celebração do Contrato de Aquisição Medimetriks; **(ii)** autorizar a Transação; e **(iii)** autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente: Maurizio Billi. Secretário(a): Maira Billi. Membros do Conselho de Administração: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Francisco Eduardo de Almeida Job, Juliana Rozenbaum Munemori, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Itapevi, 25/10/2022. **Mesa:** Maurizio Billi - **Presidente,** Maira Billi - **Secretária. JUCESP** nº 645.968/22-5 em 07/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 17ª, 18ª E 19ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 17ª, 18ª e 19ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **20 de janeiro de 2023, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails priscila.salomao@ourinvest-re.com.br, jose.freitas@ourinvest-re.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 9.3. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 25% mais um de cada série dos CRI em Circulação presentes à 4ª AGT, nos termos das cláusulas 9.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 29 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

CCR S.A.

CNPJ nº 02.846.056/0001-97

NIRE nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 ÀS 10:00 HORAS

CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 698.025/22-2 em 23.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 4ª EMISSÃO (IF CRA019004SH) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 4ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRA" e "CRA", respectivamente), em atenção ao disposto na Cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 4ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A., celebrado em 27 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 09 de janeiro de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** A celebração de aditamento ao Termo de Securitização para alterar a forma de convocação da Assembleia de Titulares dos CRA e a forma de veiculação dos atos e decisões decorrentes da emissão que envolvem interesses dos Titulares dos CRA, de forma a compatibiliza-la com o procedimento previsto na Resolução CVM 60, conforme minuta anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@planner.com.br respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 29 de dezembro de 2022. **OPEA SECURITIZADORA S.A. -** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Realizada em 23 de novembro de 2022, às 15:30 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida pelo Sr. Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** Apreciar e aprovar o investimento estratégico Gaia X. **4. Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram o investimento estratégico Gaia X, para aquisição de nova Impressora FFG Dual Slotte, conforme recomendação do Comitê de Estratégia. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, que vai por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 23 de novembro de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8612534 em 21/12/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 224188313 - 13/12/2022. Autenticação: 1529B8D82A61F3DC0E55D76DF1FDACB5C3C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

BANCO ABC BRASIL

BANCO ABC BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 28.195.667/0001-06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue: **DATA E HORÁRIO:** 23 de janeiro de 2023, às 12h. **LOCAL:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado. **ORDEM DO DIA:** (a) Redefinir a quantidade de membros do Conselho de Administração para o mandato vigente; (b) Eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia; e (c) Examinar proposta do Conselho de Administração para reforma parcial do Estatuto Social, com a finalidade de alterar: (i) o caput do art. 22 que trata da composição da Diretoria da Companhia; (ii) os parágrafos 1º e 8º do art. 27, que tratam, respectivamente, da composição e competências do Comitê de Auditoria; e (iii) o parágrafo 1º do art. 28, que trata da composição do Comitê de Remuneração. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** (i) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias a serem deliberadas na Assembleia, mas poderão participar de forma digital, observadas as orientações dos itens (ii) a (vi) abaixo. (ii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, mediante comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.). (iii) Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia. (iv) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. (v) Não será disponibilizado Boletim de Voto a Distância, visto que a Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, não se enquadra nas hipóteses elencadas pelo Art. 26, §1º da Resolução CVM 81/22. (vi) Orientações adicionais para participação por meio de sistema eletrônico serão disponibilizadas no site http://ri.abcbrasil.com.br. Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site http://ri.abcbrasil.com.br e nos sites da CVM e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 29 de dezembro de 2022

KHALED SAID RAMADAN KAWAN

Presidente do Conselho de Administração

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação Presencial n 010/2022 - Modo de Disputa Fechado. Objeto: Obra de reconstrução do pavimento asfáltico da via de serviços da sede da Prodesp. Data da abertura da sessão pública: às 11h do dia 23/01/2023. Local de credenciamento, entrega e abertura dos envelopes: Prodesp - Rua Agueda Gonçalves, 240 - Taboão da Serra - SP - aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e cópias obtidas através dos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "Fornecedores - Editais de Licitação" e www.imesp.com.br, opção "enegociospublicos".

Secretaria de Governo

COMUNICADO

Acha-se aberta na secretaria de estado da saúde - coordenadoria geral de administração a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 347/2022 - 090102000012022OC00539** referente ao processo **SES-PRC-2021/39017,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE DADOS DO AMBIENTE VIRTUALIZADO DA SES-SP,** a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "bolsa eletrônica de compras do governo do estado de São Paulo", **cuja abertura está marcada para o dia 17/01/2023 às 10:00 horas.**

os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/12/2022,** o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.